

**Projeto Parques e Fauna:  
Plano de Manejo da Área de Relevante  
Interesse Ecológico Costeira de Zimbros**

Instituição Financiadora:



---

**DIAGNÓSTICO DO PATRIMÔNIO  
HISTÓRICO-CULTURAL (MATERIAL)**

---

Execução:



Participação:



## SUMÁRIO

<i>4. Diagnóstico Arqueológico</i> .....	<i>iv</i>
<b>4.1 Apresentação</b> .....	<b>iv</b>
<b>4.2 Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>4.3 Metodologia</b> .....	<b>4</b>
4.3.1 Procedimentos Metodológicos.....	4
4.3.1.1 Trabalhos de Gabinete.....	5
4.3.1.2 Trabalhos em campo.....	6
<b>4.4 Aspectos da cultura material das sociedades do passado na Península de Porto Belo</b> .....	<b>9</b>
4.4.1 As pesquisas arqueológicas na literatura pertinente.....	9
4.4.2 A história pré-colonial.....	15
4.4.3 A história colonial e pós-colonial.....	16
4.4.3.1 A chegada dos primeiros europeus.....	16
4.4.3.2 Ocupação militar e início da colonização.....	17
4.4.3.3 O desenvolvimento comercial e mercantil (1820-1880).....	23
4.4.3.4 Diversificação produtiva e atividade manufatureira (1880-1930).....	25
4.4.3.5 A ascensão da indústria pesqueira (1930-1980).....	27
4.4.3.6 As antigas comunidades da Costeira de Zimbros.....	29
<b>4.5 O Trabalho desenvolvido em Campo</b> .....	<b>36</b>
4.5.1 As entrevistas.....	37
4.5.1.1 Entrevistas realizadas na ARIE Costeira de Zimbros.....	37
4.5.1.2 Entrevistas realizadas na área do Entorno Imediato.....	38
4.5.1.3 Entrevistas realizadas na área do Entorno Não-Imediato.....	43
4.5.2 O Levantamento de Sítios Arqueológicos.....	44
4.5.2.1 ARIE Costeira de Zimbros.....	44
4.5.2.2 Área de Entorno Imediato.....	54
4.5.2.3 Área de Entorno Não-Imediato.....	57
<b>4.6 Resultados</b> .....	<b>57</b>
<b>4.7 Considerações Finais</b> .....	<b>83</b>
<b>4.8 Recomendações</b> .....	<b>84</b>
<b>4.9 Referências Bibliográficas</b> .....	<b>87</b>

<b>Anexo I – Entrevistas.....</b>	<b>90</b>
<b>Anexo II – Localização dos Sítios Arqueológicos - Arie Costeira de Zimbros e Entorno Imediato.....</b>	<b>104</b>
<b>Anexo III – Localização dos Sítios Arqueológicos – Entorno Não-Imediato.....</b>	<b>106</b>
<b>Anexo IV – Localização dos Sítios Arqueológicos na Península de Porto Belo.....</b>	<b>108</b>

#### 4. Diagnóstico Arqueológico

##### Equipe Técnica:

<b>Coordenação</b>	Teresa Domitila Fossari <i>Arqueóloga e Dra. em Geografia</i> <i>Diretora do Museu Universitário/UFSC</i> <i>Coordenadora do Laboratório de Arqueologia (LAR)</i>
<b>Pesquisadores</b>	Ângelo Renato Biléssimo <i>Mestre em História</i> <i>Pesquisador do Laboratório de Arqueologia (LAR)</i>  Maria Madalena Velho do Amaral <i>Mestre em Arqueologia</i> <i>Pesquisadora-Colaboradora do Laboratório de Arqueologia (LAR)</i>
<b>Estagiário</b>	Lucas Bond Reis <i>Graduando em Museologia/UFSC</i>
<b>Execução</b>	Laboratório de Arqueologia (LAR) <i>Museu de Arqueologia e Etnologia Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral - MARquE - UFSC</i>

##### 4.1 Apresentação

Este relatório apresenta o diagnóstico do patrimônio Histórico-Cultural da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Costeira de Zimbros elaborado durante o ano de 2012. Trata-se, em síntese, do resultado das pesquisas de gabinete e de campo, voltadas para a identificação de aspectos da cultura material das populações que viveram naquele espaço, desde as que iniciaram o povoamento na área até aquelas do passado recente. Esse patrimônio vem sendo evidenciado pelos sítios arqueológicos do período pré-colonial, período colonial e período pós-colonial.



## 4.2 Introdução

A Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Costeira de Zimbros situa-se no extremo sul do município de Bombinhas, na Península de Porto Belo. A Unidade de Conservação (UC) foi criada em 2001, pelo Decreto Municipal nº 418/01, para “proteger as características naturais extraordinárias dos ecossistemas continentais que abrigam exemplares raros da biota local e regional, com todos os recursos naturais associados e sua biodiversidade”.

A área da ARIE é delimitada pelas seguintes coordenadas geográficas: extremo NE: Latitude Sul 27º 09' 01", Longitude Oeste 48º 31' 13" e extremo SW: Latitude Sul 27º 13' 02", Longitude Oeste 48º 36' 07".

A convite da Prefeitura Municipal de Bombinhas, desde 2010, uma equipe multidisciplinar da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) composta por profissionais e estudantes vem estudando os meios biótico, físico e antrópico desta área para elaborar propostas para o Plano de Manejo da referida APA. Coube a equipe do Laboratório de Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia (MARquE) da UFSC elaborar o Diagnóstico do Patrimônio Histórico-Cultural da ARIE da Costeira de Zimbros, ou seja, identificar e cadastrar os sítios arqueológicos existentes nesta área. O presente estudo foi orientado pelo Termo de Referência publicado pela Prefeitura de Bombinhas e pela legislação específica de proteção do patrimônio arqueológico nacional (Lei 3.924 de 1961, Portarias 07/1988 e 230/2002 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN).

A partir de informações preliminares, buscou-se levantar aspectos histórico-culturais das populações que viveram no espaço que, hoje, se identifica como ARIE Costeira de Zimbros, bem como nas áreas do seu entorno imediato, ocupadas pelas comunidades de Zimbros, no município de Bombinhas; Santa Luzia, Praia da Maria Amélia e Praia da Ponta Grande, no município de Porto Belo.

Tendo em vista produzir um diagnóstico do Patrimônio Histórico-Cultural da ARIE Costeira de Zimbros, foram realizadas as seguintes atividades: entrevistas com os moradores locais; levantamento bibliográfico sobre as pesquisas arqueológicas e históricas; registro dos vestígios materiais de populações passadas de períodos mais remotos (pré-colonial) e de períodos mais recentes (colonial e pós-colonial).

As terras que hoje compreendem esta ARIE vêm sendo ocupadas desde o período pré-colonial<sup>1</sup>. Foi no séc. XVIII que se deu a fundação da Enseada das Garoupas, hoje município de Porto Belo e mais recentemente, em 1992, Bombinhas foi desmembrada do município de Porto Belo. As ocupações que nelas se sucederam deixaram marcas na paisagem contemporânea, sob forma de sítios arqueológicos - documentação indispensável junto às tentativas de entendimento da história da ARIE Costeira de Zimbros e seu entorno.

Entretanto, os marcos divisórios entre estes dois municípios – que em termos geomorfológicos pertencem ao mesmo domínio – não têm sentido quando se trata de evidências arqueológicas que remontam ao período pré-colonial. As sociedades daquele passado exploravam e dominavam amplas áreas, sendo que, provavelmente, a Península de Porto Belo inteira teria sido território de ocupação das mesmas. Deste modo, se fez necessário estender o levantamento de sítios pré-coloniais por toda a península.

Assim pode-se dizer que o Patrimônio Histórico-Cultural da ARIE Costeira de Zimbros e de seu entorno, é representado por sítios arqueológicos que remetem a aspectos da cultura material de sociedades que ocuparam a área do período pré-colonial ao passado mais recente, ou seja, até os anos de 1970 aproximadamente.

Os vestígios da cultura material das sociedades humanas do passado reunidos nos sítios arqueológicos constituem patrimônio cultural, que remetem aos mais diferentes registros materiais da existência humana.

A cultura material, produto de atividades das sociedades humanas em todos os tempos e lugares, pode ser vista como o segmento do meio físico socialmente apropriado pelo homem, que intervém, modela, dá forma aos elementos deste meio, segundo propósitos e normas culturais, como artefatos, estruturas e modificações da paisagem. (MENEZES, 1983)

A Arqueologia ao estudar a cultura material traz à tona aspectos do cotidiano, não registrados por outra disciplina, partindo de evidências da cultura material levanta informações sobre a distribuição espacial e temporal das diferentes populações, suas tecnologias, sua organização social, seus cerimoniais (principalmente os funerários). (FOSSARI, 2004).

O sítio arqueológico é o espaço físico que apresenta vestígios de atividades humanas, nele desenvolvidas, no passado. Tais evidências podem estar representando espaços ocupados pelas habitações, áreas de trabalho, e/ou locais de cerimoniais. Estes vestígios constituem

---

<sup>1</sup> Em terras do litoral catarinense esse período teria se iniciado por volta de 5.000 anos AP (antes do presente).

(artefatos, ecofatos e/ou estruturas)<sup>2</sup> deixados pelo grupo quando abandonou o local que vinha ocupando.

Deste modo, a documentação fundamental para a produção de conhecimento sobre as populações do passado são os sítios arqueológicos. Acrescente-se que no caso de sociedades que não faziam uso de linguagem escrita e/ou iconográfica, somente através dos sítios – diagnosticados por artefatos como cerâmica, pontas de flecha e machados feitos de rocha; e outros objetos que remetem a atividades de produção e consumo, desempenhadas cotidianamente ou não – é possível inferir aspectos de tais existências.

Sob tal partido, o sítio arqueológico deve ser investigado enquanto documentação de comportamento humano e não como uma entidade que tenha existência própria. (FOSSARI, 2004)

Deste modo, devem ser alvo de proteção e gerenciamento, visto que a sobrevivência dos sítios arqueológicos é indispensável, para permitir aos arqueólogos e outros cientistas – estudá-los e interpretá-los, em nome das gerações presentes e a vir, e para seu futuro. (ICOMOS, 1990)

Tendo em vista que o Patrimônio Arqueológico é um recurso cultural frágil e não renovável, todos os planos de ocupação do solo decorrentes de projetos desenvolvimentistas carecem de regulamentação para evitar ou minimizar a destruição deste patrimônio. As políticas de proteção ao Patrimônio Arqueológico devem ser sistematicamente integradas àquelas relacionadas ao uso e ocupação do solo bem como às relacionadas à cultura, ao meio ambiente e à educação. (ICOMOS, 1990)

---

<sup>2</sup> **Artefato:** objeto portátil, usado, alterado ou produzido pelo homem; **ecofato:** evidência não artefactual, orgânicas e/ou inorgânicas; **estrutura:** artefatos não portáteis e outras evidências arqueológicas que, ao serem removidas do sítio arqueológico podem ser destruídas, como manchas de fogueiras, buracos de estacas.

### 4.3 Metodologia

A metodologia utilizada neste levantamento, desenvolvido em parte nos municípios de Porto Belo e Bombinhas, teve por preocupação identificar e cadastrar os sítios arqueológicos que representam ocupações dos diferentes períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial.

#### 4.3.1 Procedimentos Metodológicos

Com o objetivo de levantar aspectos da cultura material das ocupações do passado nesta península, foram realizadas pesquisas de gabinete e de campo. Enquanto que as pesquisas de gabinete compreenderam o levantamento bibliográfico, as pesquisas de campo envolveram entrevistas com moradores locais e o levantamento arqueológico.

A partir do levantamento bibliográfico buscou-se conhecer a história das sociedades humanas na área da ARIE Costeira de Zimbros e em seu entorno, desde o período pré-colonial até o período colonial e pós-colonial (império e república), bem como, das comunidades mais recentes do entorno da ARIE Costeira de Zimbros.

Levantou-se informações preliminares disponíveis na literatura pertinente, sobre as sociedades que ocuparam a Península de Porto Belo. De caráter arqueológico e histórico, esta literatura dando conta da história da ocupação humana regional, facilitou os encaminhamentos da pesquisa de campo.

As informações de caráter arqueológico referentes às populações do período pré-colonial nesta Península permitiram esboçar o quadro da distribuição espacial de suas ocupações. A localização dos sítios arqueológicos deste período pode sugerir fatores que teriam influenciado na escolha do local para instalação de suas moradias. Neste caso, observando-se na paisagem do entorno do sítio, aspectos como proximidade de corpos d'água, de matéria-prima para obtenção de artefatos e locais propícios para caça pesca, por exemplo.

Por outro lado, as informações sobre a história<sup>3</sup> colonial e pós-colonial remetem a série de ocupações que marcaram o litoral do atual território catarinense, apontando para a miríade de relações e dinâmicas que marcaram a trajetória do Império Português no sul do Brasil.

---

<sup>3</sup> As pesquisas aqui apresentadas se basearam somente em fontes secundárias.

#### 4.3.1.1 Trabalhos de Gabinete

Os trabalhos de Gabinete, que implicaram em pesquisa na literatura arqueológica e histórica, objetivaram contextualizar os sítios arqueológicos que constituem o patrimônio cultural existente na área. A pesquisa da literatura arqueológica foi fundamental em termos dos registros de populações do período pré-colonial desta Península, do mesmo modo que a literatura histórica para os eventos acontecidos a partir do século XVIII.

A literatura da arqueologia reúne fontes escritas sobre resultados de diferentes tratamentos dispensados aos sítios arqueológicos. Trata-se de levantamentos de sítios com ou sem prospecção e pesquisas de salvamento, na Península de Porto Belo. Parte destes resultados encontra-se publicado e parte somente nos arquivos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Por outro lado, para se evidenciar a totalidade dos sítios arqueológicos presentes em uma determinada paisagem, necessário se faz empreender levantamento arqueológico. Um levantamento arqueológico implica em localizar, quantificar e diagnosticar o estado de conservação dos sítios arqueológicos de uma determinada área, bem como identificar suas características físicas (morfologia, dimensões e vestígios arqueológicos presentes na superfície) e da paisagem na qual estão inseridos. Através deste procedimento busca-se verificar as possibilidades de estudos dos mesmos, levando em conta que se trata de fenômenos que não são isolados, uma vez que, sociedades neles representadas eram inter-relacionadas, integrando um dado sistema cultural.

A prospecção corresponde às interferências de poucas dimensões, também denominada poço-teste, no solo de um sítio, executadas com trado manual e/ou por meio de escavações que não ultrapassam 1m x 1m, para coletar dados sobre estratigrafia, tipos de material arqueológico (artefatos, ecofatos e estruturas).

Uma pesquisa de salvamento envolve escavações arqueológicas realizadas em caráter de emergência para a liberação daquele espaço face à iminência de construção pública ou civil, ou naqueles que corriam riscos de destruição devido à especulação imobiliária, por exemplo.

Na literatura histórica, buscaram-se informações a respeito dos variados momentos da ocupação do local, principalmente sobre os migrantes de origem luso-brasileira, portuguesa (com destaque para as ilhas atlânticas), africana e afro-brasileira. É das relações entre esses diversos referenciais culturais, além de outros processos posteriores, que emerge a população local contemporânea de Bombinhas e Porto Belo.

#### 4.3.1.2 Trabalhos em campo

Os trabalhos realizados em campo deram conta de dois procedimentos distintos: entrevistas e levantamento de sítios arqueológicos. As entrevistas foram realizadas com moradores das comunidades do entorno da ARIE Costeira de Zimbros; enquanto que o levantamento de sítios arqueológicos foi executado a partir de observações “in loco” na ARIE, no entorno imediato e no entorno não imediato.

##### 4.3.1.2.1 As Entrevistas

As entrevistas foram um instrumento de fundamental importância - supriram, em parte, a lacuna das fontes secundárias sobre a ocupação da Costeira de Zimbros, visto que as mesmas se atêm à ocupação do núcleo urbano de Porto Belo; como também permitiram levantar aspectos histórico-culturais das antigas comunidades que lá viveram, a partir do início do século XX.

As entrevistas foram realizadas com antigos moradores e/ou descendentes das famílias que tradicionalmente viveram na Costeira de Zimbros e que hoje moram em seu entorno imediato, mais especificamente das comunidades de Canto da Praia de Zimbros e Praia de Zimbros, no município de Bombinhas; Santa Luzia e Praia da Ponta Grande, no município de Porto Belo. Na área de abrangência da ARIE foram entrevistados, dois moradores - caseiros de novos proprietários que adquiriram as terras a partir dos anos de 1970, quando os nativos se retiraram para outras localidades, principalmente para Zimbros e Santa Luzia.

Além desses, foram entrevistados alguns moradores de Canto Grande, área fora do entorno imediato da ARIE, mas que faz parte da Baía de Zimbros. A história desses moradores se entrelaça com a das demais comunidades ali instaladas, desde o início da colonização europeia, a partir do séc. XVIII. Deste modo, as informações levantadas também contribuíram para o entendimento da ocupação da Costeira de Zimbros.

Abre-se aqui um parêntese, para esclarecer que se tornou imprescindível estender a pesquisa para o Canto Grande, Praia de Bombas, Praia do Trapiche (antigamente chamada de Praia do Embrulho), Praia da Sepultura e Ponta do Zarling<sup>4</sup>, uma vez que entre as informações prestadas pelos informantes tomou-se conhecimento sobre a existência de sítios arqueológicos nestes locais. Considerando que as populações pré-coloniais exploravam um território muito maior do que aquele ocupado pelos luso-brasileiros, é possível que estes locais também teriam feito parte do território de captação de recursos das populações pré-coloniais – evidenciado

---

<sup>4</sup> Em campo contou-se com o auxílio do Sr. Bond, jornalista e colaborador na preservação do patrimônio arqueológico local, atualmente mora na Praia de Zimbros; e do Sr. Luis Martins da Silva Júnior do Museu de Bombas - que serviram como guias no registro dos sítios arqueológicos presentes nas praias citadas.

pelo registro da ocorrência de sítios arqueológicos no interior da ARIE, no seu entorno imediato e no seu entorno não-imediato.

Todas as entrevistas foram registradas em fichas prevendo o levantamento de dados sobre o informante, sua genealogia, a história local e o patrimônio arqueológico; além de outros dados, como coordenadas UTM do local onde foi realizada a entrevista, endereço, telefone para contato e data. (Anexo I)

#### *4.3.1.2.2 Levantamento de Sítios Arqueológicos*

Pelo que consta na literatura consultada, pode-se dizer que o patrimônio arqueológico da Península de Porto Belo remete a um período que teria se iniciado há mais de 3.000 anos aC, ou seja, a partir da chegada dos primeiros povoadores da área. As marcas das vivências desses pioneiros identificados como caçadores-coletores estão inseridas na paisagem contemporânea sob forma de sambaqui.

Os sítios arqueológicos do tipo sambaqui, morfologicamente, se apresentam em elevação estratificada por camadas de conchas associadas com outros restos faunísticos, carvão, artefatos e sepultamentos, sendo encontrados ao longo de quase toda a costa brasileira.<sup>5</sup> Assim, este termo deve ser compreendido como uma categoria genérica que identifica evidências arqueológicas com tais características, pois somente a pesquisa arqueológica poderá produzir conhecimento sobre aspectos culturais de cada grupo que se assentou no local em diferentes tempos.

Os sambaquis representam locais de habitação de grupos caçadores-coletores, uma vez que em seus estratos são constantes as evidências de artefatos e ecofatos associados a restos de fogueira.

Morfologicamente os sítios de ocupação pré-colonial Jê raramente ultrapassam 1,50m de altura, cujos estratos de solo arenoso são permeados por conchas, outros restos faunísticos, carvão, artefatos e sepultamentos. Tais ocupações vêm sendo diagnosticadas pelas evidências da produção cerâmica que apontam para recipientes utilitários em formas esféricas e de tamanhos pequenos, com diâmetros variando entre 12 a 20cm; de coloração variando entre o laranja e o cinza-escuro ou mesmo preto, raramente decorados. Provavelmente eram usados para cozinhar seus alimentos, pois são comuns fragmentos da base impregnados de carvão.

---

<sup>5</sup> É um fenômeno universal, pois também ocorre em outros países das Américas e nos demais continentes.

Uma *oficina lítica* segundo Amaral (1995) corresponde ao local “... de polimento de artefatos líticos, constituindo uma área de atividade específica. O fato de estarem fora da área de habitação, permite concebê-las, também, como uma área extensiva a esta, integradas por uma ou mais rochas (suporte) com marcas resultantes da aplicação da técnica de polimento para a fabricação de artefatos líticos.”

As *inscrições rupestres*, *sinalizações rupestres* ou *petroglifos* como também são conhecidas, se caracterizam morfológicamente por desenhos - figurativos ou não - gravados em superfícies de rocha e/ou matacões e que podem ser incluídos naquela categoria identificada genericamente como *arte rupestre* ou *arte na rocha*.

Além destas categorias as pesquisas já realizadas nesta Península citam a presença de *abrigo sob rocha* e de *sítios rasos de sepultamentos*. O primeiro, segundo Rohr (1984, p. 81) “... são formados por paredões rochosos que apresentam uma parte alta saliente, formando uma espécie de telhado natural, capaz de oferecer abrigo...”. Estes locais eram ocupados por populações pré-coloniais esporadicamente ou de maneira mais intensa; em alguns além de vestígios de alimentação e artefatos são encontrados sepultamentos.

Quanto aos *sítios rasos de sepultamentos* Rohr (1984, p. 84-5) comenta que estes se caracterizam “... pelo elevado número de sepultamentos neles encontrados (...) são terreiros de antigas aldeias de populações (...) que sepultavam os seus falecidos no chão da própria casa.” A espessura da camada arqueológica varia entre 30 cm a 1m. Além dos sepultamentos compõe-se de restos de alimentação: carvão vegetal, conchas, ossos de peixes e de outros animais; os artefatos são análogos àqueles encontrados em sambaquis.

Por outro lado, também integram este patrimônio os sítios arqueológicos do período colonial e pós-colonial – vestígios de ocupações do final do século XVIII época da fundação da Enseada das Garoupas e início do século XIX. Morfológicamente os sítios arqueológicos do período pós-colonial são identificados por evidências de antigas edificações ligadas a funções doméstica, econômica e/ou ritual.

Em campo o levantamento dos sítios arqueológicos abrangeu a área da ARIE propriamente dita, as áreas de entorno imediato e não-imediato, aqui denominadas: *Área da ARIE Costeira de Zimbros*, *Área de Entorno Imediato* e *Área de Entorno Não-Imediato*.

Além das informações obtidas na literatura consultada, a identificação dos sítios arqueológicos também foi norteadas pelas informações orais obtidas junto aos informantes, facilitando a vistoria no interior da ARIE Costeira de Zimbros e no entorno, buscando averiguar locais de provável ocorrência de vestígios arqueológicos.



Percorreu-se a pé cada sítio arqueológico identificado, registrando-se em fichas as informações mais gerais, como aspectos da paisagem, tipo de evidências arqueológicas neles encontradas, estado de preservação, entre outras<sup>6</sup>.

Os registros obtidos apontaram para duas categorias de sítios relacionados a grupos cultural e temporalmente diferenciados: sítios do período pré-colonial e do período pós-colonial.

#### **4.4 Aspectos da cultura material das sociedades do passado na Península de Porto Belo**

##### *4.4.1 As pesquisas arqueológicas na literatura pertinente*

As informações sobre as pesquisas em sítios arqueológicos desta Península foram extraídas de levantamentos sem intervenções, de prospecções e escavações de salvamento, apresentadas por ordem cronológica.

As primeiras pesquisas nesta área foram executadas pelo Pe. Raulino Reitz em 1950, em um sítio do período pré-colonial, situado em Canto Grande, conhecido como “cemitério de índios”. O sítio “... se estende de mar (baía) a mar (oceano), por toda a encosta do morro, até a Ilhota, em cujas rochas há pilões esculpidos na pedra.” Ou seja desde a Praia de Canto Grande até a Ilhota - localizada entre a Praia de Mariscal e Praia da Conceição.<sup>7</sup> (apud Kohl, 2001, p. 19)

Segundo Kohl (2001), antes das escavações, Reitz realizou uma visita ao local, quando populares lhe mostraram artefatos de rochas coletados no sítio arqueológico, como abridores, machadinhas, quebra-nozes, raspadores e uma pedra furada; também comentaram sobre um “zoólito em forma de ave” que teria sido coletado no sítio. Naquela escavação Reitz teria evidenciado sepultamentos primários e secundários, muitos dos quais com oferendas mortuárias, como colares confeccionados com chapinhas circulares de conchas enfiadas em fios de fibra de plantas nativas. Além de artefatos líticos como machadinhas, material cerâmico<sup>8</sup>, uma única ponta de flecha e outros objetos não identificados. Todo o material coletado encontra-se no Museu Dom Joaquim Azambuja, em Brusque/SC.

---

<sup>6</sup> Posteriormente, estes dados foram registrados em fichas do IPHAN - Ficha de Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA), para serem obrigatoriamente encaminhadas ao IPHAN/SC, não constando deste relatório.

<sup>7</sup> Na presente vistoria, verificou-se que estes “pilões”, são marcas que compõem uma área de confecção de artefatos em rochas - uma oficina lítica; bem como, as terras pretas na encosta do morro do Canto Grande, próximo à Ilhota, que possivelmente trata-se de vestígios do sítio arqueológico citado por Reitz. (Ver capítulo Resultados deste Relatório)

<sup>8</sup> Apesar de não descrever se a cerâmica está relacionada aos grupos Jê ou Guarani, pode-se inferir que se trata de cerâmica Jê, levando-se em conta a localização do sítio arqueológico na paisagem.

A partir da década de 1960, o Pe. João Alfredo Rohr deu início as suas pesquisas na Península de Porto Belo, registrando sítios arqueológicos do período pré-colonial na Ilha João da Cunha. Posteriormente, em 1973 e 1978 registrou outros sítios arqueológicos nesta Península.

No catálogo de sítios arqueológicos de Santa Catarina, Rohr (1984) apresenta os sítios arqueológicos de Porto Belo, sendo dois sambaquis, um de sinalizações rupestres e dois sítios rasos de sepultamentos, denominados: Porto Belo 1, Porto Belo 2, Porto Belo 3, Porto Belo 4 e Porto Belo 5, respectivamente.

O Sítio Porto Belo 1 é caracterizado como um sambaqui, localizado na Praia do Embrulho, em Bombinhas, a 50m da praia. Em sua visita em 1978, Rohr (1984, p. 122) dá conta que o mesmo foi, em parte, afetado ao “... construir a estrada, destruíram diversos sepultamentos.”, nele encontrou também conchas misturadas com humus, ossadas de baleia e de peixe.<sup>9</sup>

Este mesmo sítio foi visitado em 1983, pelos arqueólogos Teresa Fossari e Klaus Richter, quando estava sendo destruído pela construção de um prédio. Segundo as informações do “mestre de obras” – prestadas a estes arqueólogos – foram encontrados em torno de 30 sepultamentos (localizados entre 30 cm a 80 cm de profundidade), sendo que apenas dois crânios incompletos foram guardados e depois doados ao Museu Universitário da UFSC. Todos os sepultamentos apresentavam coloração avermelhada, associados a vértebras de costelas de baleia (uma delas media mais de 4m de comprimento). Havia grande quantidade de conchas, ossos de peixe e artefatos líticos. (FOSSARI & RICHTER, 1983)

O Sítio Porto Belo 2 é caracterizado como um sambaqui localizado próximo ao trevo de acesso a Porto Belo. Em sua visita em 1973, Rohr (1984) dá conta que o mesmo foi em grande parte destruído, registrando a presença de conchas, carvão vegetal, quebra-coquinhos e ossadas de peixe, entre outros.

O Sítio Porto Belo 3 é descrito como de Sinalizações Rupestres, localizado no centro da Ilha de João Cunha na baía de Porto Belo, foi cadastrado em 1966. Configura-se por um paredão de diabásio de 5m<sup>2</sup> “... coberto de sinais, gravados na rocha, com formato de círculos concêntricos, linhas paralelas onduladas, linhas paralelas quebradas, quadriláteros, figuras estilizadas de vegetais e outras mais complexas.” (ROHR, 1984, p. 122).

---

<sup>9</sup> A equipe de arqueologia cadastrou numa área muito próxima a este sambaqui a oficina lítica Praia do Trapiche (Ver capítulo Resultados deste Relatório).

O Sítio Porto Belo 4, situado em Bombinhas a sudoeste da Ponta do Zarling, é caracterizado como um Sítio Raso de Sepultamentos. Em sua visita em 1973, Rohr (1984, p. 122) dá conta que ao “... construírem a estrada que passa sobre o sítio e destruíram diversos esqueletos humanos.” Registra, ainda a presença de húmus escuro de mistura com carvão, conchas, ossadas de peixe e sepultamentos humanos.

O Sítio Porto Belo 5, situado em Bombinhas em terrenos da atual Igreja de Zimbros, é caracterizado como um Sítio Raso de Sepultamentos. Em sua visita em 1973, Rohr (1984, p. 123) dá conta que as evidências se estendem “... sobre uma área de mil metros quadrados, com húmus. Amadores retiraram do sítio diversos crânios e outro material arqueológico.”

Na Ilha do Arvoredo, Rohr (1984) localizou um sítio de inscrição rupestre, nos anos de 1966, caracterizado por um paredão de diabásio, localizado na praia norte da Ilha, coberto de sinalizações (em círculos concêntricos, círculos simples e pontos alinhados paralelamente e figuras estilizadas de homens e animais) e um bloco isolado de diabásio com gravações linhas quebradas paralelas.

Posteriormente Fossari *et all* (1988a) apresentam seis sítios arqueológicos na Ilha do Arvoredo: - Sambaqui Arvoredo II localizado no Porto Norte, citado por Rohr (1969, p. 13-4) como um sambaqui de 20m de diâmetro e 3m de altura; - Abrigo cerâmico Arvoredo III na localidade de Engenho Velho; - Sinalização Rupestre Arvoredo IV na localidade de Porto Sul; - Sinalização Rupestre Arvoredo V, também na localidade de Porto Sul; - Oficina lítica Arvoredo VI e - Oficina lítica Arvoredo VII.

Também na Ilha do Arvoredo, em sua parte central, localidade de Engenho Velho, Fossari et al (1988a) encontraram evidências de uma ocupação pré-colonial Jê - provavelmente acampamento.

Posteriormente, outros pesquisadores realizaram levantamentos na Península de Porto Belo. Montardo et all (1996) registraram a ocorrência de dois sambaquis: Sambaqui Perequê I e Sambaqui Perequê II, sendo que este último foi registrado por Rohr (1984) como Porto Belo 2.

Em seu livro sobre a história do município de Porto Belo, Kohl (2001), cita a presença de uma oficina lítica na praia de Porto Belo e outra na Praia do Trapiche, em Bombinhas.<sup>10</sup>

Comerlato (1998) cadastrou um sítio do período pós-colonial, representado pelas estruturas arquitetônicas remanescentes da Armação de Baleia da Ilha João da Cunha,

---

<sup>10</sup> Apesar da citação da existência destes sítios, os mesmos ainda não foram cadastrados no IPHAN, o que será feito a partir deste levantamento arqueológico. (Ver capítulo Resultados apresentado mais adiante)

construída no ano de 1826, registrando a antiga carioca de Porto Belo, em 2003. (cf. CNSA/IPHAN).

No ano seguinte, Comerlato (1999) executou prospecções no Sambaqui da Rua 13, localizado na Praia de Bombas, registrando a presença de camada arqueológica numa profundidade de até 1,37m, de restos faunísticos principalmente conchas e ossos e de artefatos (uma ponta de osso, três dentes de seláquios perfurados e um artefato lítico polido).

Outro sambaqui localizado na Praia de Bombinhas foi prospectado por Lima (2003, p. 1-2), que o denominou de Sambaqui da Rua do Papagaio<sup>11</sup>. O sítio com extensão de, aproximadamente, 1540 m<sup>2</sup>, apresenta “uma lâmina de deposição de material arqueológico (material conchífero e ósseo de origem animal) com aproximadamente 90 cm de espessura, sendo observado o início desta deposição de material, entre 20 e 97cm de profundidade”.

Lavina (2005) executou escavações de salvamento no Sambaqui da Rua 13 situado no município de Bombinhas, procedimento adotado face à intensa especulação imobiliária na orla das praias de Bombas e Bombinhas.

O autor evidenciou sepultamentos humanos, vestígios de fauna (conchas, ossos de peixes, de aves e de mamíferos), artefatos líticos, ósseos e conchíferos. Em uma análise preliminar, o pesquisador distinguiu três ocupações, sendo duas pré-coloniais e uma colonial. A primeira delas estaria relacionada a sociedades de pescadores e coletores; produtores de artefatos líticos (lâminas polidas, polidores, percutores, artefatos fusiformes e lascas de quartzo hialino) e ósseos (pontas polidas feitas, a partir de ossos de mamíferos e aves, e artefatos fusiformes, em osso e com bulas timpânicas de cetáceo). A ocupação que sucedeu a primeira foi evidenciada pela presença de seis sepultamentos, encontrados entre 30-50 cm – associados com ossos de cetáceo carbonizados ou em conexão anatômica; lâminas polidas e blocos de diabásio/granito – provavelmente material depositado junto aos mortos. Também foram encontrados ossos humanos esparsos, próximo a eles havia estruturas de blocos de rochas brutas e artefatos líticos (lascados e polidos) ou lascas e vértebras de peixes. A terceira ocupação, segundo o pesquisador, estaria associada a populações européias ou com forte influência européia possivelmente datada entre os séculos XVII e XIX; foram coletados fragmentos de cerâmica colonial neobrasileira produzidos em torno, alguns com esmalte e fragmentos de faiança fina. (LAVINA, 2005)

---

<sup>11</sup> Este Sambaqui da Rua do Papagaio foi escavado por Osvaldo Paulino da Silva na década passada, porém o resultado dessa escavação ainda não veio a público e não consta nos arquivos do IPHAN.

Masi (2007) realizou sondagens arqueológicas em diferentes setores da Ilha João da Cunha, encontrando um local que descreve como sendo um “solo de coloração preta, com aproximadamente 30 cm de espessura, indicando a possibilidade de ocupação humana no local” (p. 14) em cuja superfície coletou dois artefatos líticos. Posteriormente, segundo o autor, foram encontrados, nessa área, ossos humanos durante o preparo do solo para o cultivo.

Das pesquisas mais recentes, destaca-se o Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico e Histórico-Cultural desenvolvido como subsídio para o Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental (APA) da Ponta do Araçá, localizada no município de Porto Belo. Neste levantamento não-interventivo, cadastrou-se sete novos sítios arqueológicos, sendo que seis remetem às ocupações do período pré-colonial e um do período pós-colonial. (FOSSARI *et all*, 2012)

Segundo os pesquisadores, os sítios do período pré-colonial constituem três oficinas líticas situadas na praia do Araçá e na Ponta do Caixa D’Aço, respectivamente e dois de habitação Jê. O único sítio do período pós-colonial cadastrado foi evidenciado por ruínas de muros de pedras (taipa), não sendo possível inferir sua função – talvez estariam integrados a uma das propriedades que mantinham escravos, na Península de Porto Belo, no início do século XIX, conforme discutido mais adiante. (FOSSARI *et all*, 2012)

No levantamento executado no Cadastro Nacional dos Sítios Arqueológicos (CNSA) do IPHAN, verificou-se que o mesmo não se encontra atualizado, visto que há o registro de apenas um sítio arqueológico no município de Bombinhas: o sambaqui da Rua 13; enquanto que os demais estão localizados como pertencentes ao município de Porto Belo, incluindo aqueles registrados por Rohr (1984). Na época de cadastramento junto ao CNSA, o município de Bombinhas<sup>12</sup> não havia sido desmembrado do território de Porto Belo. Portanto, alguns dos sítios citados acima, estão localizados no atual território do município de Bombinhas.

Além da falta de atualização quanto à localização dos sítios arqueológicos, há diferenças nos registros das fichas cadastrais do IPHAN se comparados com os dados originais de Rohr (1984), no que se refere à nomenclatura dos sítios. Para evitar registros díspares, montou-se uma tabela descrevendo as diferenças de nomenclatura e a localização atualizada dos sítios arqueológicos. Também foi incluída a nomenclatura adotada por Montardo *et all* (1996) ao citarem o sítio arqueológico Porto Belo 2, com outra denominação. (Tabela 101)

O presente levantamento terá como base a nomenclatura adotada por Rohr (1984), visto que foi este pesquisador que realizou os primeiros registros do patrimônio arqueológico pré-colonial na Península de Porto Belo.

---

<sup>12</sup> Este município foi emancipado em 1992.

<b>Nome do Sítio - Rohr (1984)</b>	<b>Nome do Sítio - CNSA</b>	<b>Nome do Sítio Montardo <i>et all</i> (1996)</b>	<b>Município</b>
Porto Belo 1	Porto Belo IV		Bombinhas
Porto Belo 2	Porto Belo III	Perequê II	Porto Belo
Porto Belo 3	Ilha de João Cunha		Porto Belo
Porto Belo 4	Porto Belo II		Bombinhas
Porto Belo 5	Porto Belo I		Bombinhas

#### 4.4.2 A história pré-colonial

Em termos gerais, pode-se dizer que o povoamento pré-colonial da faixa costeira catarinense, se iniciou por volta de 5.020<sup>13</sup> anos AP<sup>14</sup> sendo que se estendeu até a chegada dos primeiros navegantes europeus, no séc. XVI. Neste período, teriam aqui se instalado, três levas populacionais diferenciadas no tempo e no espaço: os grupos caçadores-coletores; os pescadores e os agricultores.

Os primeiros habitantes da Península de Porto Belo, foram populações de caçadores-coletores que deixaram como vestígios de suas atividades os sítios arqueológicos identificados como sambaquis. Tinham uma economia baseada na caça-pesca e coleta, contavam com animais marinhos: baleia, peixes, tartaruga e uma grande variedade de moluscos; e terrestres: anta, porco do mato, capivara, veado, jaguatirica entre outros. Confeccionavam uma grande variedade de artefatos, em rocha: machados (grande parte polidos ou parcialmente polidos), batedores, quebra-coquinhos, amoladores e adornos; em osso: pontas, anzóis, furadores, espátulas, pesos de redes que comprovam uma variedade de técnicas de captura e adornos. (FOSSARI, 1991)

Posteriormente, outras populações culturalmente diferenciadas chegam à região de Porto Belo, por volta dos séculos VII e VIII d.C, são populações pré-coloniais Jê<sup>15</sup>. Segundo FOSSARI (2004), tinham um sistema característico de ocupação<sup>16</sup>, abrangendo áreas de residências e áreas de atividades específicas: as oficinas líticas de polimento e as inscrições rupestres.

Os grupos pré-coloniais Jê tinham uma economia fortemente centrada na pesca, complementada com mamíferos terrestres e marinhos e algumas espécies de moluscos, crustáceos, aves e répteis. A produção artefactual destes grupos incluía artefatos líticos e cerâmicos e instrumentos de matéria-prima orgânica (ossos, dentes e conchas). Da indústria lítica, destacam-se os artefatos lascados, polidos e semipolidos – machados, tembetás, plaquetas e quebra-cocos. (FOSSARI, 2004; 1991)

Apesar das informações históricas apontarem uma ocupação Guarani – na faixa costeira catarinense – não foram registradas informações sobre sítios arqueológicos relacionados a estes grupos na Península de Porto Belo. Segundo estas informações, os Guarani

---

<sup>13</sup> A datação mais antiga para ocupações pré-coloniais na Ilha de Santa Catarina. (MASI, 1999).

<sup>14</sup> AP significa antes do presente.

<sup>15</sup> Também conhecidas na literatura como produtoras da cerâmica de tradição Itararé.

<sup>16</sup> Como observou na Ilha de Santa Catarina.

viviam na costa ao sul da Capitania de São Vicente, desde Cananéia até o Rio Grande. (CABRAL, 1994)

Entretanto, caberia aqui ressaltar que os Guarani constituem a terceira e última leva a chegar na faixa costeira catarinense, a partir do séc. XII. A base de subsistência dos Guarani incluía o cultivo de alguns vegetais, caça, pesca e coleta. Dentre os produtos que cultivaram, se destacam a mandioca, cará, abóbora, milho, algodão, pimenta, inhame e tabaco. Sendo o tabaco inferido pela presença, em muitos sítios, de pequenos "cachimbos" feitos de cerâmica. (FOSSARI, 1991)

Segundo Santos (1973) no primeiro século da conquista as populações Guarani do litoral catarinense foram dizimadas ou levadas aos mercados de escravos de São Vicente.

#### *4.4.3 A história colonial e pós-colonial*

##### *4.4.3.1 A chegada dos primeiros europeus*

Os primeiros contatos de europeus com o litoral de Santa Catarina se deram com viajantes de expedições que almejavam explorar o litoral sul da América e tinham, em sua maioria, como destino final o Rio da Prata. O litoral do estado era considerado um dos melhores pontos de parada entre o Rio de Janeiro e o Rio da Prata, não eram raras as expedições que efetuavam desembarques na região antes de seguir viagem. (BILÉSSIMO, 2011)

A presença de europeus não corresponde, assim, necessariamente, à ocupação efetiva do território. Muitas vezes pontos da região serviam de apoio a expedições de longo curso, como locais de aguada e abastecimento das embarcações. É possível supor que nos primeiros dois séculos da presença europeia tenham se desenvolvido modelos de contato e comércio que incluíam populações de variadas origens, inclusive indígenas, não apenas nas enseadas da região como por todo o litoral. A presença de naufragos e marinheiros desgarrados pode ter sido a tônica nos primeiros contatos.

Descrito como de vasta oferta de boa água e alimentos, o litoral de Santa Catarina além de propiciar madeiras de qualidade para reparos e adequações nas embarcações, também era descrito comumente como habitado por populações de boa relação com os navegadores, em especial ibéricos, tanto em relação a suas populações nativas quanto aos pequenos núcleos de novos habitantes que começavam a se formar ali. (CORREA, 2004)

O panorama de pacatos vilarejos pontilhando o litoral da região, basicamente dedicados à subsistência e longe dos auspícios do Império Português – que, ao menos formalmente, dominava aquelas paisagens – só veio a ser alterado com a decisão de Lisboa de



fortificar sua presença na região, como maneira de fortalecer suas posições no cenário do Atlântico Meridional. (BILÉSSIMO, 2008)

Durante a segunda metade do século XVII surgem as primeiras tentativas, bem sucedidas, de uma povoação permanente e organizada na região das chamadas Terras de Sant'Anna, que compreendem grande parte do litoral de Santa Catarina. Empreendidas por vicentistas, consolidavam a presença portuguesa na região e proporcionavam um apoio às expedições ao sul do território e uma ligação consistente entre o continente de São Pedro e os grandes centros, inclusive o Rio de Janeiro. A primeira povoação a ser fundada foi Nossa Senhora das Graças do Rio de São Francisco, por Manoel Lourenço de Andrade no ano de 1645. Situada em uma ilha na parte norte da capitania, deu origem à cidade de São Francisco do Sul. Anos depois, em 1673, Francisco Dias Velho funda, na Ilha de Santa Catarina, a vila de Nossa Senhora do Desterro, que viria a ser o centro administrativo da região. Três anos depois, em 1676, Domingos Brito Peixoto fundava, cerca de 120 quilômetros ao sul da Ilha de Santa Catarina, em uma região de lagoas, dunas e restingas, Santo Antonio dos Anjos da Laguna, atual cidade de Laguna. (CORREA, 2004)

Essas primeiras ocupações do litoral garantiram à Coroa Portuguesa a posse efetiva da região, enquanto a questão do direito legal sobre as terras permaneceria ainda objeto de disputa entre as potências ibéricas. Dentro da estratégia portuguesa, desde a segunda metade do século XVIII foi incentivada a ocupação da região, parte do projeto colonial português. Além do incentivo oficial da Corte, o próprio processo de desenvolvimento resultou em um aumento populacional e uma diversificação econômica.

#### 4.4.3.2 Ocupação militar e início da colonização

Em 1737 é criada a Capitania de Santa Catarina, com sede na Ilha de Santa Catarina, o que elevava sua categoria e significava uma maior aproximação com Lisboa. A instalação de fortalezas na região e o aumento populacional modificam algumas características da região. Inicia-se o desenvolvimento de um sistema econômico mais complexo, tendo como ponto central o Porto de Desterro. O Porto ligava as várias regiões da capitania com o mercado externo, seja através da exportação de excedentes ou da importação de produtos manufaturados, além de servir de centro do comércio realizado dentro da região. (BILÉSSIMO, 2008)

Algumas características do território que viria a formar o município de Bombinhas aumentam a dificuldade de definir-se com mais detalhe arranjos comerciais e sociais da região, e de maneira especial na atual Zimbros. Ainda que a futura Porto Belo esteja a menos

distância por terra, o importante porto de Tijucas pode ser alcançado por embarcações sem a necessidade de abandonar-se as águas calmas da enseada. Populações interessadas em contato com centros maiores poderiam optar, dependendo de suas necessidades, entre as duas povoações. Devido a essas características, aliadas a pouca disponibilidade de fontes para a região que permitam separar as atividades de Zimbros, no período, de outros pontos da península, não foi possível mensurar a importância de cada ponto.

As várias povoações do litoral também se desenvolveram na esteira da capital. Em um documento de 1750, a freguesia de São Miguel, que incluía então a Enseada das Garoupas, é descrita como tendo pouco mais de 1.000 habitantes, embora o documento não deixe claro se dentro deste número se conta a população cativa. (BILÉSSIMO, 2011)

Tanto pela relativa escassez de fontes quanto pela interligação dos processos na região, a investigação de aspectos da então Enseada das Garoupas e da região que viria a ser o município de Bombinhas requer uma compreensão de aspectos da expansão colonial europeia e do desenvolvimento econômico, social e político da região que viria a ser o Brasil. Em seus primeiros anos é de especial interesse as disputas do Império Português com seus rivais europeus, em especial seu vizinho ibérico. Também se revela importante compreender algumas dinâmicas do Brasil colonial e de sua relação com os outros espaços sob o domínio português, em especial a importância da população cativa e das redes de contato estabelecidas entre os cidadãos.

A sociedade do período se organizava de forma amplamente hierarquizada, com relações de poder que limitavam a ascensão social e estabeleciam papéis sociais bem definidos, prescrevendo condutas e ações que deveriam ser seguidas pelos indivíduos durante toda a vida, além de implicações que se seguiam até depois da morte. Este cenário, no entanto, apesar de pouco flexível abrigava em seu interior espaço para resistências e estratégias que o tornavam mais complexo. A ascensão social, neste sentido, mesmo incomum, podia ser verificada. Muito era negociado entre as várias camadas da população, ainda que a violência, aberta ou velada, estivesse regularmente permeando as interações entre os grupos. A escravidão e o 'comércio de almas' não era o único, mas o mais perceptível sinal da dominância da violência nas relações sociais. (CARDOSO, 2008)

Embora a concentração de cativos fosse maior nas áreas das grandes unidades exportadoras, como o açúcar baiano ou o café paulista, ela também existia, como importante parcela da população, nas áreas de abastecimento, inclusive onde a mão de obra familiar era

largamente utilizada. Em Santa Catarina, por exemplo, a concentração de cativos na população mantém-se significativa até o final do século XIX. (SIMÃO, 2008)

A utilização da mão de obra escrava, no entanto, não era a única forma de trabalho naquela sociedade. A predominância da mão de obra familiar, ainda que coadunada com os trabalhadores cativos, tem profundos reflexos na organização econômica. Para Fragoso,

*À semelhança do que ocorria no Rio Grande, em Santa Catarina também vamos encontrar uma agricultura de alimentos (principalmente voltada para a farinha de mandioca) assentada no trabalho familiar com recurso ou não do trabalho escravo. O caráter camponês destas agriculturas, tanto no Rio Grande como em Santa Catarina, é atestado pelos problemas gerados no desempenho agrícola, quando da época dos alistamentos militares, fenômeno frequente em se tratando do sul, de uma área de fronteira e de constantes conflitos militares. Fundado no trabalho familiar, o recrutamento implicava desvio da mão de obra da produção agrícola. (FRAGOSO, 1998, p.143)*

Embora a produção ocorresse em unidades bastante fechadas e auto-suficientes, baseadas em relações de trabalho não capitalistas, o escoamento da produção e as questões sociais e políticas exigiam a formação de redes de contato entre as propriedades. Os proprietários, celebrizados na figura do senhor de engenho, tinham muito poder dentro de sua propriedade, mas necessitavam de articulação para relacionar-se em outras esferas.

Todo o território formava, assim, uma intrincada rede de negócios, com relações entre as diversas regiões. As áreas produtoras de charque no Rio Grande do Sul, por exemplo, que iriam alimentar os grandes contingentes cativos envolvidos na produção do açúcar pernambucano, também alimentavam seus trabalhadores com a farinha de mandioca catarinense, ou mesmo a produzida no sul da Bahia, assim como muito da produção de Minas Gerais ia aos portos do sudeste através do lombo de mulas compradas de São Paulo. (FRAGOSO, 1998) Era através dessas articulações que as populações de Porto Belo se relacionavam, direta ou indiretamente, com pessoas de outras paragens. Muitas vezes temos a visão de comunidades, nos séculos XVIII e XIX, como populações isoladas. Essa interpretação não encontra eco na realidade, pois mercadorias, pessoas e ideias circulavam por redes que abarcavam todo o país.

Temos assim, nos tempos coloniais, estruturas não capitalistas como base para a economia. E elas não se limitam às relações escravistas. O peão da estância gaúcha, assim como o agregado da região sudeste e o que muitos autores chamam de trabalho camponês catarinense – a unidade de produção baseada na força de trabalho dos membros da família –

são exemplos desta variação nas relações de produção no Brasil. Todas elas, no entanto, respondem à lógica da manutenção das relações hierarquizadas que permeia a sociedade e a economia do Brasil. São essas estruturas, entre outros fatores, na verdade, que, através da manutenção de um variado mercado interno de abastecimento, ajudam a manter as relações com o mercado externo, como a exportação de açúcar e café e o comércio de escravos. (FRAGOSO, 1998)

As populações das terras da atual Bombinhas estavam, assim, sujeitas às dinâmicas sociais e políticas brasileiras. Acima de todos estava o rei, sendo da corte de Lisboa que emanavam ordens e políticas que definiam os caminhos do vasto império português. Muitas das atitudes do governo português tinham como objetivo, declarado ou sub-reptício, afastar as pretensões da Coroa Espanhola sobre as terras da América Meridional. A disputa, além do plano militar e político, também acontecia no nível econômico, com acusações mútuas de contrabando e a implantação de normas mercantilistas e protecionistas. É nesse cenário de disputas que o desenvolvimento da presença portuguesa em Santa Catarina toma vulto.

Tomava assim forma o projeto de ocupar de maneira efetiva o sul da então colônia, de vital importância pela proximidade com as possessões espanholas. Essa ocupação associava o desenvolvimento econômico e populacional – que garantiria rendas à Coroa e auxiliaria nas possibilidades de ganhos com a região – com a manutenção e desenvolvimento do poderio militar, cuja presença era necessária tanto no caso de uma guerra aberta quanto como meio de limitar as opções espanholas, através da projeção de poder. Uma presença mais maciça, em especial com populações mais significativas numericamente, também reforçava as pretensões de Portugal à posse da área, ainda disputada entre as duas nações.

A partir de meados do século XVIII se instalam numerosas povoações ao longo do litoral catarinense, passando a constituir uma rede de contatos com as ocupações mais antigas, notadamente São Francisco, Laguna e Desterro. Embora alguns pontos de povoamento se destaquem, a população estava, de modo geral, espalhada por todo o litoral, servindo os lugarejos de centros econômicos e sociais para estas populações. (BILÉSSIMO, 2011) As redes de contato e comércio eram bastante intrincadas, com os pequenos portos da península mantendo contato, principalmente, com as vilas de Porto Belo e Tijucas.

Assim, desde o início, o litoral de Santa Catarina teve seu desenvolvimento atrelado a questões políticas, administrativas e militares, mais do que econômicas.

*O êxito da Ilha de Santa Catarina e de parte da província no mercado de produção de gêneros alimentícios esteve condicionado à herança colonial. A Ilha e a costa catarinense*

*foram povoados em função das necessidades estratégicas da coroa portuguesa e não em função de objetivos econômicos, como por exemplo as regiões de Minas Gerais e São Paulo. As necessidades militares e administrativas sobrepujaram inicialmente os interesses de ordem econômica. (HUBENER, 1981, p. 15)*

Embora a ocupação colonial dos atuais municípios de Porto Belo/Bombinhas remeta aos primórdios da expansão europeia, os estudos sobre a região costumam atribuir grande importância ao estabelecimento da Colônia Nova Ericeira, instalada no início do século XIX na região. Realizada a partir de famílias oriundas de Ericeira, comunidade predominantemente pesqueira localizada cerca de 50 km ao norte de Lisboa, não parece ter logrado grande êxito em seus objetivos de melhor distribuir, no litoral da província, a população. Menos de duas décadas depois de instalada, o presidente da Província Feliciano Nunes Pires já relatava como fato consumado o fim da malograda iniciativa.

*Não se pode também escurecer que as colonizações por conta do Estado, sobre gravosas, mal correspondem ao seu intuito [...] Exemplo temos na Colonia dos Ericeiros, que não custou pouco [...] nem huns nem outros se derão aos trabalhos para que se mandarão vir [...] Ainda que muito menos, e talvez com menos máos efeitos, isto acontece tambem com outros estrangeiros. (PIRES, 1835, p. 7)*

As povoações do período colonial no Brasil, ao contrário do que muitas vezes se coloca, eram altamente dinâmicas, com migrações internas e contatos permanentes. Alvo de constantes iniciativas estatais, o desenvolvimento e a configuração demográfica eram preocupação permanente, em especial após a conjuntura mundial apontar para um inevitável declínio do sistema escravista.

Tais iniciativas muitas vezes não se desenvolviam como o planejado pelos poderes estatais, com as famílias ali assentadas logo abandonando o lugar em favor de povoações mais desenvolvidas. No litoral catarinense não parece ter sido diferente:

*Em 1819 por ordem de El Rei D. João VI chegaram de Ericeira (Portugal) 101 pessoas de ambos os sexos; e a maior parte das quais , parece que só veio por vencer as diárias e vender os utensílios da lavoura e pesca que recebeu. Muitos a quem se deram essas casas [...] não se deram aos trabalhos, para que se mandaram vir, ou que se devia esperar, segundo as profissões que se supôs terem no seu país, tornaram-se quase todos, assim pode dizer-se, mascates e taverneiros, vendendo por preço diminuto as suas propriedades e até abandonando-as inteiramente. (COELHO, 2005, p. 231-232)*

Tais dinâmicas acabam por originar comunidades que abarcam populações de diversas origens, criando manifestações e práticas culturais bastante complexas. Mais recentemente, em especial a partir da segunda metade do século XX, aprofunda-se movimentos que buscam referenciais “puros” de formação cultural. Títulos como de “a cidade mais alemã do Brasil” e “a décima ilha de Açores” são ostentados com orgulho por grande número de indivíduos, em manifestações que acabam por invisibilizar a presença de populações diversas.

Não nos parece possível, assim, atribuir um “peso” específico a cada uma das iniciativas ou modificações populacionais que ali se desenvolveram. Seria lícito afirmar, entretanto, que a população atual da região tem origem bastante diversa, resultado de séculos de ativas mudanças demográficas, desenvolvimento local e grande diversidade de influências culturais.

Ainda que por vezes se busque – e nesse aspecto Santa Catarina destaca-se no panorama nacional – uma identidade homogênea para a população, não podemos esquecer que mesmo as pequenas póvoas da época faziam parte de uma sociedade dinâmica e vibrante, ainda que permanentemente sufocada por estruturas políticas e sociais profundamente injustas, da qual a marca da escravidão é nódoa permanente. Conforme Cardoso, neste panorama desenvolvia-se uma *“vida absenteísta e aristocratizante, mas igualmente articulada a certa pluralidade cultural, negociada, na qual o governante era um rei em um lugar de muitos reinos e, os pobres de cristo, em seus cortiços, constituíam eles menores na cadeia dos seres”* (CARDOSO, 2008, p. 34.)

Nesse cenário, tanto as atividades marítimas como a confecção dos instrumentos necessários eram importantes partes do trabalho diário. A extração de madeiras das matas da região, além de importante atividade comercial, garantia o material para a confecção de embarcações pelos artesãos locais. Outra atividade de grande importância, a fiação a partir do algodão, era reservada às mulheres, assim como a confecção de peças, a partir dos tecidos produzidos, tanto para uso das famílias – como roupas e produtos para a casa, como toalhas e colchas – quanto para utilização nas atividades da comunidade, como cordas e redes de pesca. (BILÉSSIMO, 2011)

É importante destacar que, ao contrário do que muitas vezes se tem afirmado, as atividades de produção não se limitavam ao consumo local, de subsistência, mas significavam a produção de um excedente que, ainda que não de grande vulto, permitia à região se inserir nas redes de comércio e produção que ligavam todo o território.

Era, então, através dos comerciantes e negociantes que o mercado interno catarinense se nutria. Entrelaçando os vários atores, essas redes ligavam o produtor da Enseada das Garoupas ao consumidor final de seu produto. E essas redes não se limitavam a Santa Catarina. A produção local era enviada para outras províncias e para o exterior, do mesmo modo que produtos de outras paragens chegavam à Enseada. Neste sentido, apesar do escasso e difícil acesso por terra, a comunidade não era tão isolada como pode parecer a princípio. Nos porões das embarcações, além de produtos para o consumo vinham também novas ideias, maneiras de agir e obras culturais. A comunidade, a partir desses contatos, reelabora sua maneira de agir, modificando-a de acordo com suas necessidades e desejos. O comércio permitia que os habitantes adquirissem equipamentos e produtos que não eram produzidos localmente, como algumas ferramentas e produtos de luxo, que se tornavam indispensáveis para a vida daquela sociedade. (BILÉSSIMO, 2008)

#### 4.4.3.3 O desenvolvimento comercial e mercantil (1820-1880)

As relações comerciais no litoral de Santa Catarina até o século XIX se davam, basicamente em três esferas. No Atlântico, a colônia relacionava-se em especial com Portugal, que procurava não descuidar de seus privilégios de metrópole, e com a África, de onde chegava a mão de obra cativa que iria impulsionar os engenhos e as minas do Brasil. Era neste plano que se concentravam os grandes comerciantes, e onde eram, via de regra, construídas as grandes fortunas do país. O comércio dos grandes navios durante muito tempo foi pensado como o comércio *per se* do século XIX.

Um segundo nível, o comércio inter-regional, realizava os contatos comerciais entre as capitanias, posteriormente províncias. Era o comércio das grandes tropas de bovinos que iam abastecer as regiões mineradoras – embora outros meios de transporte, inclusive marítimos, também fossem utilizados – e no qual Santa Catarina levava sua farinha às charqueadas do sul e aos grandes centros do país, em especial o Rio de Janeiro.

Perpassando todas as regiões da colônia, estava o comércio miúdo, intra-regional, feito por carroças e pequenas embarcações, e que muitas vezes podia não envolver trocas monetárias. Era aqui o lugar dos atravessadores, que compravam do pequeno produtor e revendiam nos centros urbanos, ficando com o lucro gerado no processo. (BILÉSSIMO, 2011)

Nesse período a Enseada das Garoupas incluía-se como fornecedor de produtos agrícolas, fruto das roças que se espriavam em seu território, e subprodutos da pesca da

baleia, além de madeiras e outros produtos da região. Dados do final do século XIX<sup>17</sup> colocam a “Parochia do Senhor Bom Jesus do Afflictos de Porto Bello” como um produtor agrícola, com grande parte da população dedicada às atividades da lavoura e atividades domésticas, com atividade industrial quase inexistente. Na vizinha “São Sebastião da Foz das Tijucas Grandes” a situação é semelhante, embora apresente uma população cerca de um terço maior e já alguma presença, embora ainda incipiente, das chamadas “profissões manuaes ou mecânicas”, que indicam o início de processos de industrialização.

O mesmo documento indica que a pesca, como atividade comercial, também não tinha expressão, embora seja possível presumir que ela estava presente como complemento à subsistência ou atividade recreativa da população.

A mão de obra cativa tinha forte presença na região, que mantinha entre 10% a 15% de sua população escravizada no final do século XIX. Podemos supor que a posse de cativos, assim como nas demais regiões da província, incluía-se em modos de produção que também contavam com a mão de obra familiar e a proveniente de outras formas não capitalistas de trabalho. (BILÉSSIMO, 2011) Não nos é possível definir com precisão a importância da mão de obra remunerada neste cenário, mas a presença de poucos “jornaleiros”<sup>18</sup> entre a população nos indica a pouca utilização desta modalidade de trabalho.

A Enseada das Garoupas tinha que lidar com as ordens emanadas de Desterro, do Rio de Janeiro e, durante o período colonial, de Lisboa. Os pequenos agricultores da região, por exemplo, recebiam interferências estatais que chegavam às escolhas sobre o que plantar e em qual quantidade, com punições a serem aplicadas em caso de descumprimento. Ao mesmo tempo que a distância dos centros de poder lhes dava alguma autonomia, pela dificuldade de se fazer cumprir as ordens dadas, sua pouca influência os deixava a mercê de arbítrios, tendo que seguir aquilo que as instâncias de poder definiam como necessário. Convém lembrar, no entanto, que estamos tratando de uma sociedade muito influenciada pelo prestígio e pelas relações dos envolvidos, onde uma proximidade com alguém influente podia representar um alívio nas exigências ou uma certeza de pagamentos que de outra forma podiam levar anos para serem efetuados.

Esse sistema, em que a competição estava sobrepujada pelos interesses de pessoas em posição de mando e a busca por prestígio superava o interesse no lucro, gerou uma classe

---

<sup>17</sup> Recenseamento de 1872. BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. Relatório da Diretoria Geral de Estatística, dirigido ao Ministro dos Negócios do Império, Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, por Jose Maria do Couto, diretor geral interino, em abril de 1873 [sobre 1872]. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1873.

<sup>18</sup> Jornaleiro era um termo utilizado para designar trabalhadores, livres ou cativos, que alugavam sua força de trabalho à proprietários, normalmente recebendo pagamento por dia (jornada) trabalhado.



senhorial, de grandes proprietários, no mais das vezes senhores de escravos, que tinha grande parte do poder político e ocupava o topo da estratificação social da região. O grande sucesso, neste cenário, não era a obtenção do lucro, de grandes fortunas – embora seja claro que elas eram necessárias e desejáveis – mas o acúmulo de prestígio e o alcance de uma destacada posição social. Percebe-se que muitas vezes atividades que renderiam mais lucro eram preteridas, buscando-se atividades que significavam uma maior possibilidade de distinção social. Embora os grandes negócios estivessem no comércio, muitas vezes optava-se por atividades agrícolas, consideradas mais dignas e que rendiam maior prestígio.

#### 4.4.3.4 Diversificação produtiva e atividade manufatureira (1880-1930)

Aparentemente, o processo de desenvolvimento de alternativas produtivas espalhava-se pelo litoral catarinense. Em descrições de viajantes e cronistas que estiveram na região em meados dos oitocentos, transparece uma economia pujante e diversificada. Apesar de não constituir uma grande área produtiva nos moldes do nordeste brasileiro ou de Minas Gerais, havia profícuas relações comerciais e mercantis que permeavam todo o espaço, inclusive com um número significativo de bem sucedidos proprietários rurais, embora normalmente explorando lotes menores de terra, se comparado com outras regiões do país.

Ainda que passasse por tal processo de diversificação das modalidades e produtos produzidos, a farinha de mandioca ainda era o principal produto da pauta catarinense. Através das análises de documentos do ministério da fazenda do Império, depreende-se que o único produto catarinense a ter um importante protagonismo no cenário nacional, durante todo o século XIX, é a farinha.

A região era assim um cenário eminentemente agrícola, com forte proximidade com o espaço do mar. Mantinha profundas ligações com Desterro, que era ponto irradiador do poder político e econômico, e exercia um papel de intermediação entre as diversas regiões do litoral e outros pontos do império e do exterior.

Embora nos refiramos aqui em especial à Enseada das Garoupas e à região que é hoje o município de Bombinhas, é lícito supor que tais características também se apliquem a outros pontos do litoral catarinense.

A cidade de Desterro exercia um papel, no período, semelhante ao de uma metrópole a colonizar o litoral catarinense. Era ali que se desenvolvia a pequena indústria manufatureira nascente e eram tomadas as decisões que iam repercutir por toda a província. Esse cenário só viria a se modificar a partir do final do século XIX, à medida que outros centros se desenvolviam, com destaque para a região norte - impulsionada pelas dinâmicas das novas

ondas de imigração, em especial a alemã, que recebiam forte incentivo do estado. (BILÉSSIMO, 2008)

Era, assim, de grande importância a figura do atravessador, pequenos capitais que compravam produtos produzidos nas comunidades e negociavam com as casas comerciais de Desterro, lucrando com o *spread* da operação. Esses personagens eram centrais na vida econômica da região, pois representavam um dos principais pontos de entrada de capitais nas localidades. De todo modo, essas pessoas são pouco percebidas na historiografia, também porque deixavam poucos registros. Torna-se, assim, difícil descrever com maiores detalhes sua atuação, embora seja possível supor que eram pessoas com relacionamentos tanto entre as comunidades de lavradores das regiões produtoras como entre os negociantes de grosso trato de Desterro, fortemente sujeitos às flutuações do mercado, em razão do caráter fragmentado de seu comércio.

Essa miríade de pequenos produtores, vivendo do trabalho nas lavouras, propiciava grande dinamismo à economia catarinense, com variedade de produtos e arranjos de produção. Eram esses produtos, fruto do trabalho da população de Porto Belo, assim como de outros pontos do litoral e da ilha de Santa Catarina, que permitiam a existência da indústria nascente de Desterro. Alimentando as populações que não mais realizavam o trabalho na agricultura, tornavam possível uma maior divisão social do trabalho. (BILÉSSIMO, 2011)

À medida que se aproximava o final do século XIX, novas possibilidades se apresentavam. Novos núcleos populacionais, com o desenvolvimento impulsionado pelas novas levas de imigração europeia, em especial, alemães e italianos, e pelo forte investimento dos poderes estatais, modificavam o panorama da região. Contatos entre os novos núcleos e os antigos pontos de povoação do litoral foram estabelecidos, e os produtos oriundos das comunidades tradicionais eram negociados com os produzidos nas colônias.

Novamente o papel do atravessador tem destaque, substituindo o destino final de Desterro – que nesse período teria seu nome trocado para Florianópolis – pelas colônias, que tinham interesse nos produtos de Porto Belo, bem como necessidade de exportar sua própria produção. Os negociantes subiam os rios, em especial o Itajaí, com suas embarcações carregadas de produtos, permanecendo alguns dias nas colônias, negociando no próprio espaço dos barcos, até realizarem a viagem de volta, trazendo produtos coloniais para revender, lucrando nas duas pontas da operação. (SILVA, 1992)

A partir do começo do século XX a pesca, que era até então uma atividade restrita, que se incluía entre outras para auxiliar na sobrevivência daquela população, passa,

paulatinamente, a se profissionalizar, tornando-se a principal atividade da comunidade. Essa modificação no panorama daquela sociedade vai redundar na aproximação de seus habitantes com o espaço do mar, virando-se as costas às lavouras que representaram, tradicionalmente, o principal meio de sobrevivência das populações.

Pequenos capitais eram investidos em embarcações e apetrechos de pesca. Grande parte do resultado da atividade ficava com o proprietário destes instrumentos, cuja qualidade e disponibilidade eram imprescindíveis para o sucesso em uma atividade que começava a aplicar novos métodos de produção. A posse da terra perde valor, ainda que esta continuasse representando um ativo importante por seu valor de troca. É essa desvalorização da posse da terra, por um lado, e a necessidade de capitalização, por outro, que décadas mais tarde vai culminar na troca de terrenos por baixos valores, propiciando a base para uma expansão imobiliária na região. A essa altura, as comunidades tradicionais já se encontravam totalmente dependentes da pesca para garantir sua sobrevivência.

#### 4.4.3.5 A ascensão da indústria pesqueira (1930-1980)

A partir da década de 1930, com os eventos que levaram à ascensão de Getúlio Vargas ao poder e as novas correlações de forças nos panoramas político, econômico e social brasileiro, novos arranjos de produção emergem, modificando relações por todo o território nacional. É o período de decadência dos grandes produtores de café do Rio de Janeiro e de São Paulo, e o início de um período de industrialização do qual emergiria o Brasil urbano que dominaria as relações comerciais.

O cenário em Santa Catarina parece se alterar a partir da virada do século XIX e início do XX, na esteira de grandes mudanças como o fim do regime de escravidão, a proclamação da república e o início das atividades industriais na região norte do estado. Profundas transformações políticas e sociais entram em curso, com o declínio das elites de negociantes de Desterro, que até então controlavam o Porto da cidade e tinham ascendência sobre negócios realizados em toda a região. Uma nova elite empresarial e industrial surge e começa a ganhar espaço. É um dos símbolos destas mudanças a perda de importância do Porto de Desterro e a ascendência econômica dos Portos de Itajaí e São Francisco, escoadouros das nascentes indústrias da região. (BILÉSSIMO, 2008)

A década de 30 marca o início do forte processo de industrialização concentrado no norte do estado, embora em outras regiões o fenômeno também seja perceptível, modificando o panorama social e econômico.

O porto de Itajaí, que já emergira como alternativa ao decadente porto de Desterro/Florianópolis passa a concentrar importantes negócios da indústria pesqueira. Com a disponibilidade de grandes reservas de peixes de bom valor comercial e disponibilidade de uma mão de obra acostumada às fainas do mar, a região, incluindo Zimbros, se tornou um atrativo polo para a nascente indústria da pesca.

As nascentes indústrias pesqueiras, tanto instaladas em Itajaí como mais distantes, a exemplo de Santos e Rio Grande, também parecem exercer atração sobre as populações locais. Esse aproveitamento da mão de obra local, no entanto, não parece significar o abandono ou o desmantelamento das atividades artesanais, surgindo muitas vezes como complementação da renda e como atividade temporária. A partir de dinâmicas locais, como partilhas de terras entre herdeiros e esgotamento do solo, mudanças ocorrem permanentemente na distribuição e utilização das terras na comunidade.

Outras mudanças também são de grande importância. Nas décadas de 50 e 60 do século XX o estado começa a assumir novas funções, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento. Setores como os de transportes, eletricidade e armazenagem passam a receber maiores investimentos. Do mesmo modo, o Brasil passa por processos que aprofundam tanto as condições do comércio interno, entre as suas regiões, a maioria das quais passam por dinâmicas de urbanização e industrialização, quanto a sua inserção no comércio internacional – com a diversificação da pauta de exportações e o incremento das importações, em especial de bens industrializados. (SILVA, 1992)

Os investimentos estatais em infraestrutura, processo do qual o grande símbolo é a abertura e pavimentação de rodovias, modificou drasticamente o cenário da produção das pequenas comunidades costeiras. Uma dinamização ocorria e a distância que separava Porto Belo e a atual Bombinhas dos grandes centros diminuía consideravelmente. Ao mesmo tempo em que facilitava a circulação da produção artesanal e industrial de centros como Blumenau, Joinville e Florianópolis; também aproximava as populações destas cidades das pequenas comunidades tradicionais. Esse movimento de aproximação, aliado à maior facilidade no acesso, irá estimular, alguns anos depois, o fenômeno das chamadas “segundas residências”, ou casas de veraneio, e juntos passam a constituir um forte impulso à urbanização e ao turismo na região.

#### 4.4.3.6 As antigas comunidades da Costeira de Zimbros

A Costeira de Zimbros pode ser caracterizada como uma área de encosta, junto à enseada de Zimbros, que se estende desde o Morro de Zimbros, em Bombinhas, até a foz do rio Santa Luzia<sup>19</sup> em Porto Belo.

Apresenta-se recortada, dando lugar a várias praias, além de costões rochosos. De Zimbros em direção à Santa Luzia existem catorze praias, que variam de tamanho, desde aquelas pequenas que desaparecem com maré alta, até aquelas maiores com planícies banhadas por córregos que nascem nas elevações mais altas e deságuam no mar.

As praias da Costeira de Zimbros, em sua maioria receberam suas denominações levando-se em conta o nome de seus primeiros proprietários ou moradores que ali se estabeleceram. De acordo com Barentin & Bayer (2006) as praias mais importantes são: Ribeiro (hoje conhecida como Cantinhoo da Praia de Zimbros), Cardoso, Lagoa, Casqueiro (hoje conhecida como Prainha), Praia do Hermínio, Praia Triste, Praia da Bernardinha, Praia da Santa Simas, Praia Vermelha, Ponta Grande, Praia da Andorinha, Prainha do Rufino, Buraco do Padre, Maria Amélia e Ponta da Santa Luzia (Barra do rio Santa Luzia).

Sua cobertura vegetal de mata atlântica encontra-se em processo médio a avançado de regeneração, visto que, desde o século XIX com a sua ocupação por luso-brasileiros até meados do século XX, suas matas deram lugar às plantações de mandioca, cana de açúcar, banana e café; além das atividades extrativistas de lenha.

Segundo Henrique Boiteux (1928, p. 24) por volta da metade do século XIX, estradas não existiam e sim caminhos transitáveis por cavaleiros e carros puxados a boi; o mais cômodo e fácil apesar de longo era o fluvial. A não ser a estrada que “contornava o litoral com todos os defeitos e acidentes topográficos intactos, nenhuma outra existia.”

A estrada do litoral interligava São Francisco à Ilha de Santa Catarina e sua abertura data de 1736. De acordo com Almeida Coelho (2005, p. 322) em 1785, parte dessa estrada, “desde o lugar chamado - Inferninho - na Freguesia de São Miguel, até São Francisco, foi reparada (pelos moradores sem estipêndio algum)” para os cofres públicos.

Note-se que essa estrada passava pela atual comunidade de Santa Luzia, conforme o bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho do Rio de Janeiro em visita a Garoupas (hoje Porto Belo), em 1815. Segundo o seu relato, ele havia passado por um caminho que ligava Garoupas

---

<sup>19</sup> Este rio situa-se no sopé do Morro de Santa Luzia, faz divisa entre os Municípios de Porto Belo e Tijucas.

a São Miguel, "... há a volta do formidável Morro dos Bobos<sup>20</sup>, que faz a base da cordilheira que vai terminar na Ponta das Garoupas, e que faz a beirada dos Zimbros fronteira ao morro dos Ganchos...". Comenta, ainda, que faltava fazer a metade do caminho dos Bobos.<sup>21</sup> (apud KOHL, 2001, p. 105)

De acordo com documentos de época, em 1836 ainda não havia um caminho entre os Zimbros e Bobos, somente uma picada, forçando os moradores a passarem pelo mar. Nesta época foi construída uma ponte no rio dos Bobos, e outra no caminho de Zimbros. (KOHL, 2001, p. 87)

Mas, as estradas, caminhos e pontes estavam sempre a mercê das enchentes, em 1838 uma enchente destruiu a ponte do rio dos Bobos e outras menores. Muitas vezes o conserto não era tão rápido, Henrique Boiteux (1928) informa que em 1860 foi consertada a ponte dos Bobos. Se não houve outro conserto anteriormente, os moradores esperaram 22 anos para sua reconstrução. Neste caso, possivelmente a travessia era feita em canoas.

Barentin & Bayer (2006, p. 26) comentam que no final do século XIX foi construída uma estrada estadual interligando Tijucas a Itajaí. Começaram a surgir edificações ao longo da rodovia que saía de Tijucas passava por Santa Luzia, Alto Perequê, Perequezinho, Perequê, Meia Praia e Itapema até atingir o Morro do Boi em Camboriú. Ao longo desta estrada foram se instalando moradores, dando origem a várias comunidades.

Como já mencionado, as comunidades que viveram no entorno da Costeira de Zimbros tiveram origem em meados do séc. XVIII, quando os primeiros povoadores se dirigiram para a região das Garoupas vindos de Cananéia.

A região de Porto Belo é considerada núcleo secundário da migração açoriana, em 1753, dos açorianos que desembarcam na Ilha de Santa Catarina, algumas famílias se estabeleceram nas imediações da Enseada das Garoupas. (BOITEUX, 1928; PIAZZA, 1983; KOHL, 2001)

Mas, foi a partir de 1776, que o governo de Gama Freitas deu início à povoação da Enseada das Garoupas com moradores das comunidades de São Miguel e Santo Antônio de

---

<sup>20</sup> O Morro dos Bobos, hoje denominado de Morro de Santa Luzia. O nome Bobos "... é oriundo de um pássaro aquático assim chamado devido ao seu comportamento, era facilmente apanhado pois ficava imóvel perante uma aproximação." (KOHL, 2001, p. 128)

<sup>21</sup> Possivelmente este caminho é aquele que liga Perequê a Santa Luzia, passando pelo rio dos Bobos.

Lisboa. Aí estabeleceu 60 casais e nos territórios vizinhos Camboriú, Bombas, Zimbros, Ganchos e Tijucas. Num total de 500 pessoas incluindo escravos. (BOITEUX, 1928)

Para facilitar a comunicação entre as novas povoações foram abertos caminhos “... nas margens dos rios caudalosos, determinou o governador o estabelecimento de moradores, encarregados dos serviços de passagens.” Próximo à foz do rio Tijucas, existia um posto de passagem que servia aos moradores que se dirigiam a Ganchos, Armação da Piedade e São Miguel. (BOITEUX, 1928, p. 12)

O núcleo inicial de povoamento das comunidades de Santa Luzia (antigamente denominada de Bobos), Zimbros e Bombas data da metade do século XVIII, como demonstrado acima. Mas, é no início do século XIX, no governo de Teixeira Omem, que são estabelecidos novos sesmeiros, mais exatamente na encosta do Morro dos Bobos e em Zimbros.<sup>22</sup>

Das sesmarias concedidas destacam-se as de José Machado Flores, José Coelho Gomes e Domingos Rodrigues Pereira que receberam sesmarias na localidade de Bobos em 1802; a de José Machado Flores no Morro dos Bobos<sup>23</sup>, em 1804; Alferes Luiz Tavares Freire e João de Amorim de Lima no Canto dos Bobos, em 1809 e Manoel Ferreira no Sítio dos Bobos, em 1821. Na localidade de Zimbros, em 1805 foram concedidas terras a Ignacio Rodrigues de Oliveira e Manoel de Souza Rego e em 1810 a Florentina Maria de Jesus herdeira de Roque de Oliveira.<sup>24</sup> (KOHL, 2001)

A ocupação desta região se intensifica com a fundação da colônia Nova Ericeira, em 1818. Segundo Piazza (1983) no início de 1820, poucos eram os ericeiros que estavam contentes em seus estabelecimentos e por falta de terrenos, nove dos colonos foram acomodados em espaço devoluto na encosta do Morro dos Bobos, hoje Santa Luzia.

As primeiras citações sobre os proprietários de terras na Costeira de Zimbros são fornecidas quando foram adquiridas mais terras para assentamento dos novos colonos Ericeiros, em 1820. Da relação de terras disponíveis para venda na enseada das Garoupas e suas vizinhanças constam aquelas situadas desde a encosta dos Bobos para o Zimbros, consideradas como “... terras incultas de morro mas menos más.” (KOHL, 2001, p. 72)

---

<sup>22</sup> A concessão de sesmarias, que se iniciou com as capitânicas hereditárias, foi o sistema escolhido para o povoamento das colônias e tornou-se a base do regime de propriedade. (KOHL, 2001)

<sup>23</sup> Possivelmente esta propriedade localizava-se na atual Costeira de Zimbros.

<sup>24</sup> Destaque-se que dos entrevistados, antigos moradores da Costeira de Zimbros, somente o sobrenome Cardoso foi registrado atualmente em algumas famílias. (Ver Nota 25)

A primeira propriedade pertencia a Antonio José de Oliveira, seguida da propriedade de Antonio Cardoso<sup>25</sup> e a de Vicente Antonio - cujos terrenos mediam 150 braças de frente e 750 de fundos. Já os Ericeiros receberam lotes bem menores com 30 braças por 100 braças<sup>26</sup>.

É interessante destacar que nessa mesma época, início do período imperial, latifundiários escravistas instalam suas propriedades na Península de Porto Belo, incluindo a Costeira de Zimbros.<sup>27</sup>

Partindo dos estudos de Silva (1992, p. 78) pode-se inferir que a instalação de grandes propriedades rurais, no início do século XIX, na Península de Porto Belo, teve suas raízes na retração da economia mundial entre 1815-1847. No interior da nação brasileira foram realizados ajustes a fim de substituir a importação, por produtos cultivados nas fazendas "... onde se utilizaram recursos ociosos como terras, instrumentos de trabalhos, escravos etc."

Estas unidades eram compostas de casa-grande, senzala e engenhos, em muitas havia uma diversificação da capacidade produtiva da unidade com cafezais, arrozais, bananais, laranjais, teares e criação de animais. (SILVA, 1992)

Ainda, segundo Silva (1992) a partir de 1847, há uma expansão do mercado mundial, em nível local, propiciando o ingresso destas grandes unidades produtivas no mercado agro-exportador. Desta forma, declinava a produção diversificada nas fazendas, que passaram a se especializar em alguns produtos. Estas unidades voltavam-se, sobretudo, para as produções de madeiras e cereais (principalmente arroz e milho).

Este movimento mundial, ao incorporar o latifúndio com suas produções especializadas, criou no plano local, a possibilidade histórica de arrendamento das fazendas aos pequenos produtores, em especial, pescadores-agricultores. Desta forma, estes pequenos produtores arrendavam engenhos e terras para produzir, principalmente, a farinha de mandioca e o açúcar. Para tanto, destinavam uma renda produto ao proprietário dos meios de trabalho. (SILVA, 1992, p. 90)

No final do século XIX, uma nova contração no mercado mundial, vai ter seus reflexos na economia brasileira motivando o *segundo processo substituidor de importações* –

---

<sup>25</sup> Possivelmente a sua propriedade abrangia as atuais praias do Cardoso, da Lagoa e Triste; segundo os relatos de Biléca, descendentes da família Cardoso moraram na Praia Triste até o século XX. (apud BARENTIN & BAYER, 2006)

<sup>26</sup> Aproximadamente 330x1650m e 66x220m, respectivamente.

<sup>27</sup> Sobre estas grandes propriedades rurais, baseou-se em Silva (1992), pois somente nesta autora obteve-se tais informações. Apesar de não citar diretamente as propriedades da Península de Porto Belo, cita aquelas existentes no município vizinho (Ganchos, hoje Governador Celso Ramos).



assegurado pelas unidades artesanais e manufatureiras nascidas nas cidades, com destaque para os setores de tecidos e alimentos. (SILVA, 1992)

Em nível local, os reflexos destas mudanças vão engendrar um novo quadro de amplas diferenciações sociais. Segundo Silva (1992) o latifúndio, ao mesmo tempo, que acelerou o desenvolvimento das forças produtivas, contraditoriamente produziu uma série de conflitos no interior de suas unidades, como a resistência de trabalhadores escravos que foram obtendo suas liberdades, até a intensa e indiscriminada exploração, por exemplo, do setor madeireiro levando ao esgotamento do solo; conjuntamente há uma queda no volume das exportações. Como consequência, tem início o declínio do latifúndio local, algumas famílias tiveram seus bens leiloados pelo poder público, para cobrir dívidas com o Estado; outras famílias migraram para Florianópolis e outras permaneceram na região de Governador Celso Ramos.

Dos grandes proprietários de terras no município de Bombinhas, destacam-se as famílias Rebelo e família Mafra. José Vieira Rebelo era filho do capitão José Rebelo (primeiro sesmeiro) – um dos maiores proprietários de terras da região, senhor de muitos escravos e grande plantador de arroz. Na praia da Sepultura, havia a propriedade de José da Silva Mafra, que se estendia desta praia até a Ponta das Garoupas, onde criava animais; dono de um número significativo de escravos.<sup>28</sup> (KOHL, 2001)

Mais, exatamente, na Costeira de Zimbros, as informações apontam duas grandes propriedades, uma na Praia do Cardoso e outra em Santa Luzia, no município de Porto Belo. A primeira pertencia a Porfírio Ignácio dos Santos, português que veio para Santa Catarina em 1827, tinha propriedades na Ilha dos Macucos e também “... morou numa elegante e imponente casa, no alto de um outeiro na Praia do Cardoso em Porto Belo, cujas ruínas ainda estão lá.”<sup>29</sup> (CORRÊA, 1988, p. 25)

Outros autores como Barentin & Bayer (2006) informam, ainda, que Porfírio possuía escravos e além da casa grande, havia a senzala, os engenhos e a lavoura.

A propriedade em Santa Luzia pertencia a Francisco José Peixoto (Chico Peixoto) que possuía terras e plantações, além de engenhos de arroz, descascador de café e engenho de serra, era “considerado um dos poderosos daquela região.”<sup>30</sup> (BARENTIN, 2004, p. 203)

---

<sup>28</sup> Hoje, ainda, existem as ruínas das antigas taipas que demarcavam as propriedades da família Rebelo (entre a Praia de Bombas e a Praia de Bombinhas) e da família Mafra (Praia da Sepultura). (Ver Capítulo Resultados deste Realtório)

<sup>29</sup> Segundo o Sr. Mauri Hermínio Martins (natural da Praia Triste), as ruínas da casa não mais existem, as paredes foram derrubadas e as fundações estão sob a vegetação. Na presente vistoria, a equipe de arqueologia não encontrou os vestígios da edificação.

<sup>30</sup> As ruínas foram cadastradas, neste relatório, como Sítio Arqueológico Casa Grande de Santa Luzia.

Na região dos Bobos (hoje Santa Luzia) grande número de escravos vivia na fazenda de Chico Peixoto, perto da “Casa Branca”. Após a libertação continuaram morando perto da fazenda, formando um núcleo populacional na foz do rio dos Bobos, seus descendentes formam uma numerosa parte dos moradores de Santa Luzia. (KOHL 2001, p. 162)

Segundo Barentin & Bayer (2006) possivelmente, na Praia Vermelha, também existiu uma outra fazenda como mostram os alicerces de pedra de um antigo casarão, possivelmente construído por escravos no final do séc. XVIII ou início do século XIX.<sup>31</sup>

\* \* \*

Informações do período republicano, mais precisamente do início do século XX, sobre as comunidades que viviam na Costeira de Zimbros, foram publicadas por Barentin & Bayer (2006) que se basearam em narrativas de Manoel Theodoro Moreira (Biléca), antigo morador da Costeira.<sup>32</sup>

Em suas narrativas Manoel Theodoro Moreira (Biléca) dá conta de aspectos do “... cotidiano daquelas humildes famílias do início do século XX, valentes pescadores, caçadores e agricultores.” (BARENTIN & BAYER, 2006, p. 16)

De acordo com as narrativas do seu “Biléca”, por volta de 1920, o litoral catarinense era relativamente tranquilo, as povoações mais expressivas da região eram Tijucas, Porto Belo e Ganchos. Enquanto que, nesta mesma época, havia em Bombinhas poucas casas de agricultores pescadores e alguns engenhos e ranchos de canoas.

Desde a colonização do litoral catarinense, famílias de açorianos, madeirenses, ericeiros e afro-descendentes se estabeleceram na Costeira de Zimbros. Muitos afro-descendentes da Costa Esmeralda<sup>33</sup> têm origem em Camboriú, inclusive a família do pai de seu Biléca - que posteriormente com alguns membros transferiram-se para Perequê em Porto Belo. (BARENTIN & BAYER, 2006)

Devido ao parentesco entre os afro-descendentes da Costeira de Zimbros e os de Camboriú havia um relacionamento intenso entre os mesmos. Por volta dos anos de 1930

---

<sup>31</sup> Segundo o Sr. Mauri Hermínio Martins, nascido na Praia Triste, existem as fundações de três antigos casarões na Costeira de Zimbros: na Praia do Cardoso, na Praia da Lagoa e na Praia Vermelha. E que havia as ruínas de um antigo casarão na Praia Triste que foi totalmente destruído quando da abertura de estradas para loteamentos nesta praia nos anos de 1980.

<sup>32</sup> Nascido em Perequê em 1906, de família afro-descendente, foi trabalhar na Costeira de Zimbros em 1923, com 17 anos; casou, em 1931, com Maria, natural da Praia do Cardoso, filha de Antonio Joaquim, nascido em 1876 época da escravatura. Depois morou na Praia da Ponta Grande e no Cantinho de Zimbros.

<sup>33</sup> A Costa Esmeralda abrange os municípios de Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Governador Celso Ramos e Tijucas. (BARENTIN & BAYER, 2006)

quando seu Biléca residia na Praia do Cardoso, numerosas famílias de afrodescendentes também lá viviam, destacando-se aquelas da Praia do Cardoso, Praia Triste e Praia da Lagoa.

Seu Biléca também comenta sobre os descendentes de europeus da Costeira, como é o caso das duas viúvas “brancas” que eram donas de terras - a Santa Simas e Bernardinha cujas praias onde moravam, ainda, hoje são denominadas com seus respectivos nomes. (BARENTIN & BAYER, 2006)

No começo do século XX muitas propriedades possuíam grandes bananais e cafezais destinados ao consumo doméstico e à venda para Florianópolis, Tijucas e praias vizinhas. O comércio entre as cidades do litoral era geralmente feito pelo mar em pequenas embarcações a vela. Porém, a maioria das famílias da Costeira de Zimbros vivia da agricultura e da pesca artesanal, comercializando com moradores de Santa Luzia e/ou da plantação de banana em pequena escala e extração de lenha comercializando localmente e em Florianópolis. Com a venda de tais produtos compravam mantimentos e utensílios cerâmicos. Muitas das plantações de pequena escala (como banana e feijão) na Costeira de Zimbros ocupavam terrenos acidentados de encostas sujeitos a chuvas torrenciais que lavavam o solo, conseqüentemente afetando a pequena produção. (BARENTIN & BAYER, 2006)

As casas eram construídas no sopé dos morros ou no alto dos tabuleiros, sendo possível identificar ainda hoje os locais dos casarões pertencentes aos antigos senhores de escravos. Alicerces de pedra que sustentavam os velhos casarões de madeira, também são visíveis, uma incontestável prova de que a Costeira foi densamente povoada no passado. (BARENTIN & BAYER, 2006)

A partir da memória de seu Biléca, sabe-se que nos primeiros anos do século XX, havia uns doze engenhos de cana e de farinha instalados nas praias da Costeira de Zimbros. Desse passado permanecem as histórias orais repassadas pelos descendentes daqueles antigos moradores e os vestígios materiais de suas vivências.

#### **4.5 O Trabalho desenvolvido em Campo**

Antes do início dos trabalhos de campo, propriamente dito, empreendeu-se visitas a museus locais – Museu e Aquário Marinho de Bombinhas e o Mirante Eco 360° situado no Morro do Macaco – tendo em vista conhecer a história regional e local e identificar no acervo arqueológico aquelas peças provenientes de sítios da ARIE Costeira de Zimbros e/ou do seu entorno.

O Museu e Aquário Marinho de Bombinhas, situado na Rua Leopardo, nº 800, no Bairro Zé Amandio, mantém uma exposição de material arqueológico, composta por artefatos coletados em vários sítios (sambaquis, líticos, naufrágios, etc.), provenientes de várias partes do Brasil como do exterior. No Mirante Eco 360° visitou-se a pequena exposição de material arqueológico, a qual é composta basicamente por artefatos coletados em sambaquis ou em sítios líticos (coleção sem registro de procedência), além de alguns objetos encontrados em naufrágios.

Foram realizadas, ainda, visitas aos sítios arqueológicos cadastrados na literatura arqueológica para levantar aspectos da paisagem em que estão inseridos e verificar possíveis materiais arqueológicos dispersos na superfície dos mesmos.

Os trabalhos de campo envolveram as entrevistas com moradores locais, bem como levantamento de sítios arqueológicos, a partir de observações “in loco”, na ARIE Costeira de Zimbros, no entorno imediato e não-imediato. (Figura 182)

Figura 182 - Vista Geral da Costeira de Zimbros, a partir do Morro do Canto Grande: 1. Cantinho das Pedras; 2. Praia do Cardoso; 3. Prainha; 4. Praia da Lagoa; 5. Praia Triste; 6. Praia Vermelha; 7. Ponta Grande; 8. Santa Luzia.



#### 4.5.1 *As entrevistas*

O levantamento de informações orais sobre a Costeira de Zimbros foi realizado a partir de entrevistas com moradores do interior da ARIE e das comunidades do Entorno Imediato e do Entorno Não-Imediato, no município de Bombinhas e no município de Porto Belo.

##### 4.5.1.1 Entrevistas realizadas na ARIE Costeira de Zimbros

Na área de abrangência da ARIE Costeira de Zimbros não há mais famílias tradicionais. Os novos proprietários, compradores de suas terras a partir dos anos de 1970, vivem em outros locais; somente três mantêm caseiros em suas propriedades - na Praia Triste e na Praia Vermelha.

Foram entrevistados o Sr. Mauri Hermínio Martins natural da Praia Triste, hoje cuida da propriedade que no passado era de sua própria família; e o Sr. Osnildo Soares caseiro das propriedades da Barom Imóveis e de Nino Becker na Praia Vermelha. (Figuras 183 e 184)

Figura 183 - Sr. Osnildo indicando o local onde situava-se a serraria movida a roda d'água, na Praia Vermelha.

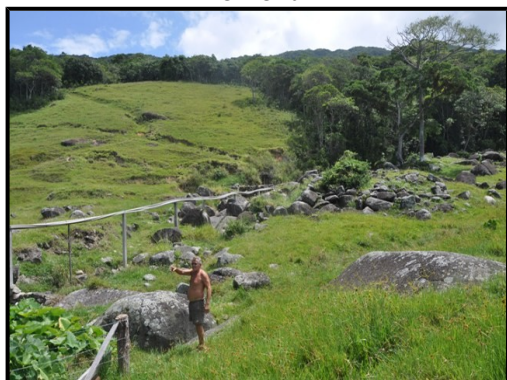


Figura 184 - Entrevista com o Sr. Mauri Hermínio Martins, realizada na casa onde nasceu, na Praia Triste.



#### 4.5.1.2 Entrevistas realizadas na área do Entorno Imediato

Foram entrevistados 32 moradores das comunidades da Praia do Canto de Zimbros e de Zimbros, no município de Bombinhas e da Praia da Ponta Grande e de Santa Luzia, no município de Porto Belo.

Alguns moradores de Zimbros foram procurados duas vezes, na primeira ocasião com o intuito de levantar informações sobre as antigas comunidades da Costeira de Zimbros; na segunda, visando informações sobre o sambaqui Porto Belo 5, situado em terrenos da Igreja de Zimbros conforme Rohr (1984).<sup>34</sup>

Na Praia do Canto de Zimbros – foram entrevistados quatro moradores, dos quais somente o Sr. Marino da Silva é natural do Cantinho da Praia de Zimbros; o Sr. Joel Osvaldo da Silva aí mora há 42 anos; os outros dois são moradores novos. (Figuras 185 e 186)

---

<sup>34</sup> Na vistoria executada pela equipe de arqueologia, nenhum vestígio foi encontrado; mas segundo informantes, abaixo da superfície existe terra preta. Para mais detalhes ver as entrevistas no **Anexo I** deste relatório.

Figura 185 - Entrevista realizada com o Sr. Marino da Silva.



Figura 186 - Entrevista realizada com o Sr. Joel Osvaldo da Silva.



Na Praia de Zimbros – foram realizadas oito entrevistas, todas com antigos moradores da Costeira de Zimbros. Destes, quatro nasceram na Praia do Cardoso e um na Praia Vermelha; os três outros nasceram em outros locais e foram morar na Costeira de Zimbros nos anos de 1930/1940, aproximadamente.

→ *Dos antigos moradores da Praia do Cardoso* – entrevistou-se os descendentes das famílias Matias, Simeão da Silva e Neves.

Da família Matias a equipe conversou com o Sr. Manoel Bertoldo Matias (Neca) com 84 anos e sua filha Sra. Marlete Otília da Silva, com 66 anos, nascidos na Praia do Cardoso. (Figuras 187 e 188)

Figura 187 - Entrevista realizada com o Sr. Manoel Bertoldo Matias (Neca).



Figura 188 - Entrevista realizada com a Sra. Marlete Otília da Silva.



Da família Simeão da Silva prestaram informações a Sra. Conceição Maria da Silva Pereira (Cecinha), 65 anos e seu marido Sr. João Pereira, 80 anos; ela natural da Praia do Cardoso, ele foi morar lá em 1943. (Figura 189)



Da família Neves entrevistou-se o Sr. Manoel Ludgero da Silva, 87 anos (Nequinha), natural da Praia do Cardoso. (Figura 190)

Figura 189 - Entrevista realizada com a Sra. Cecinha e Sr. João Pereira.



Figura 190 - Entrevista realizada com o Sr. Nequinha e Sra. Dinha, antiga moradora da Praia Triste.



→ *Dos antigos moradores da Praia Triste* – entrevistou-se por duas vezes a Sra. Deolinda Hercília Martins (Dinha), 83 anos que nasceu em Canto Grande e depois de casada foi morar na Praia Triste nos anos de 1940. (Figura 191)

→ *Dos antigos moradores da Praia Vermelha* – prestaram informações o casal Sr. Antonio Rosa, 87 anos, nascido nesta praia e sua esposa Sra. Elza Francisca de Lima Rosa, 85 anos nascida em Zimbros, que para lá mudou após seu casamento. (Figura 192)

Figura 191 - Entrevista realizada com a Sra. Dinha, em sua residência.



Figura 192 - Entrevista realizada com o casal Sr. Antonio Rosa e Sra. Elza Rosa.





Em Santa Luzia foram entrevistados 15 moradores, todos naturais da localidade e que mantinham um forte contato com as antigas comunidades da Costeira de Zimbros. Foram entrevistados os descendentes das famílias Cláudio, Coelho, Cabral, Alexandre e Simas - as mais antigas da localidade.

Da família Cláudio - prestaram informações o Sr. Genésio José Carlos Cláudio, 81 anos e sua esposa Sra. Lindaura Maria de Lima Cláudio, 77 anos; o filho do casal Sr. Hamilton Cláudio e netos - moradores do canto onde tem início o morro de Santa Luzia. (Figuras 193 a 196)

Figura 193 - Entrevista realizada com o Sr. Genésio José Carlos Cláudio e Lindaura Maria de Lima.



Figura 194 - Entrevista realizada com o Sr. Hamilton Cláudio e filhos.



Figura 195 - Sr. Hamilton Cláudio fazendo rede de pesca.



Figura 196 - Entrevista com o Sr. Loreci Claudio e Sr. Norberto da Silva.



Da família Coelho entrevistou-se a Sra. Dalila José Coelho, 79 anos, cujas terras de seus antepassados localizavam-se no início do morro de Santa Luzia, e da família Cabral a Sra. Maria Ambrosina (Clarismundo) Cabral, 87 anos e sua filha Lorena. (Figuras 197 e 198)

Figura 197 - Entrevista com a Sra. Dalila José Coelho.

Figura 198 - Entrevista com a Sra. Maria Ambrosina Cabral e filha Lorena.



Da família Régis prestaram informações, a Sra. Maria Balbina Régis, 109 anos, nascida em Santa Luzia, e da família Simas Alexandre a Sra. Augusta Zacarias (Simas) Alexandre, 75 anos. (Figuras 199 e 200)

Figura 199 - Entrevista com a Sra. Maria Balbina Régis e a neta Maria Cardoso.



Figura 200 - Entrevista com a Sra. Augusta Zacarias (Simas) Alexandre.



Na Praia da Ponta Grande foram realizadas 3 entrevistas com pescadores nascidos em Santa Luzia, mas que aí vivem como “posseiros”; descendentes da família Carlos, considerada como uma das mais antigas de Santa Luzia: Sr. Nilto José Carlos, 50 anos e Antônio Napoleão Carlos, 54 anos. Também foi entrevistado o Sr. João dos Santos, antigo caseiro da propriedade do Sr. Nino Becker na Praia Vermelha. (Figuras 201 e 202)

Figura 201 - Entrevista com Sr. Nilto José Carlos, na Praia da Ponta Grande.



Figura 202 - Entrevista com Sr. João dos Santos, na Praia da Ponta Grande.



#### 4.5.1.3 Entrevistas realizadas na área do Entorno Não-Imediato

Entre os moradores das comunidades de Canto Grande e Praia da Conceição, locais que teriam sítios arqueológicos, foram entrevistadas oito pessoas.

Estas entrevistas facilitaram a vistoria na área onde se encontrava o sítio arqueológico do Canto Grande<sup>35</sup> escavado por Reitz em 1950<sup>36</sup>; bem como possibilitaram cadastrar dois novos sítios arqueológicos conforme Capítulo *Resultados* deste Relatório. (Anexo 1; Figuras 203 e 204)

Figura 203 - Entrevista com o Sr. José Florêncio Filho (Juca), realizada em frente à igreja de Canto Grande.



Figura 204 - Entrevista com o Sr. Hermínio Damásio Vieira. Ponta da Ilhota.



<sup>35</sup> Na vistoria executada pela equipe de arqueologia, no local informado pelos entrevistados, nenhum vestígio foi encontrado; mas segundo as informações orais, abaixo da igreja de Canto Grande e da Rua João José da Cruz, ainda existem vestígios do cemitério de índio. Para mais detalhes ver as entrevistas no **Anexo I** deste relatório.

<sup>36</sup> Conforme anteriormente mencionado.



#### 4.5.2 O Levantamento de Sítios Arqueológicos

O levantamento arqueológico foi realizado na ARIE Costeira de Zimbros, na Área de Entorno Imediato e na Área de Entorno Não-Imediato.

##### 4.5.2.1 ARIE Costeira de Zimbros

A ARIE Costeira de Zimbros abrange as praias do Cantinho das Pedras, Cardoso, Lagoa, Prainha, Hermínio, Praia Triste, Praia da Bernardinha, Praia da Santa Simas e Praia Vermelha. Sendo que a vistoria não abrangeu as praias do Hermínio, da Bernardinha e da Santa Simas devido à dificuldade de acesso.

Em geral, a ARIE Costeira de Zimbros apresenta relevo irregular com terras baixas (planícies) e/ou costões rochosos nas proximidades do mar e terras em elevação (colinas e morros); bem drenada por córregos que nascem nas elevações e deságuam nas praias; recoberta, sobretudo, por vegetação secundária em diferentes estágios de regeneração.

As praias são interligadas por uma trilha principal – remanescente de um antigo caminho transitado por cavaleiros e carros de bois, provavelmente aberto no início do século XIX – que interligava Zimbros à Santa Luzia, em Porto Belo.

A vistoria arqueológica foi realizada a partir da inspeção visual da *superfície*, percorrendo a trilha principal, as trilhas secundárias, os caminhos e os costões rochosos existentes em cada praia. (Figuras 205 a 208)

Figura 205 - Vistoria na trilha principal que liga a Praia da Lagoa a Praia Triste.



Figura 206 - Vistoria na trilha principal que liga a Praia Triste a Praia Vermelha.



Figura 207 - Vistoria em uma trilha secundária na Praia da Lagoa.

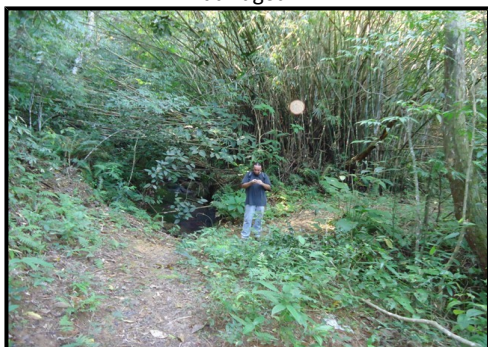


Figura 208 - Vistoria no costão norte da Praia Vermelha.



#### 4.5.2.1.1 Cantinho das Pedras

O Cantinho das Pedras situa-se no costão sul da praia do Canto de Zimbros, onde tem início a ARIE Costeira de Zimbros. A praia do Canto de Zimbros começa no pé do morro do Valagão e termina num amontoado de pedras que o separa da Praia de Zimbros. Neste local é comum a prática de “acampamentos”; não foram encontrados vestígios arqueológicos nem mesmo escombros de edificações modernas. (Figuras 209 a 213)

Na vistoria executada não foram encontrados vestígios arqueológicos no Cantinho das Pedras, nem mesmo escombros de edificações modernas.

Figura 209 - Vista parcial da Costeira de Zimbros: 1. Cantinho das Pedras e 2. Praia do Cardoso.

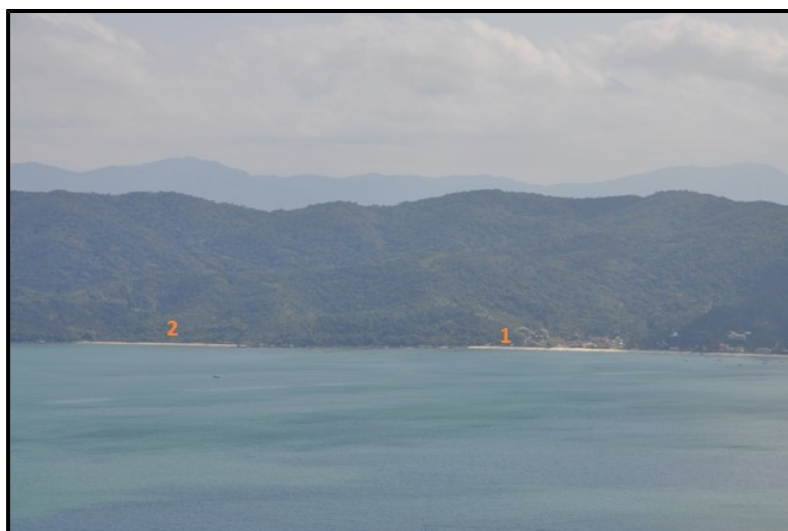


Figura 210 - Vista da Costeira de Zimbros, a partir da praia do Canto de Zimbros.



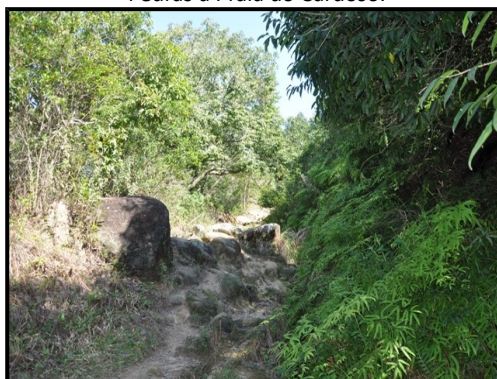
Figura 211 - Vista em detalhe do Cantinho das Pedras, início da ARIE Costeira de Zimbros.



Figura 212 - Detalhe da área utilizada para "acampamentos" no Cantinho das Pedras.



Figura 213 - Início da trilha que liga o Cantinho das Pedras a Praia do Cardoso.



#### 4.5.2.1.2 Praia do Cardoso

Situada no nordeste da ARIE da Costeira de Zimbros, compreende uma planície arenosa limitada nas extremidades nordeste e sudoeste por elevações de terra com costões rochosos graníticos a beira mar. Nas proximidades do canto sudoeste, um riacho deságua no mar.

Nesta praia, a partir da Vistoria foi possível registrar fundações de antigas edificações, tanto na encosta do morro quanto na planície recortada pelo riacho. Estas fundações foram cadastradas como sítios arqueológicos pós-coloniais conforme Capítulo Resultados deste Relatório.

Na planície, que no passado abrigou várias moradas, destacam-se árvores exóticas – *pinus elliotti*, além de bananeiras e outras espécies frutíferas; foram coletados fragmentos de louça que afluam à superfície. Também foram registrados escombros de uma construção moderna, abandonada, numa elevação do canto sudoeste da praia. (Figuras 214 a 218)



Figura 214 - Vista geral da Praia do Cardoso, em detalhe a planície que no passado abrigou várias moradas.



Figura 215 - Vista da praia e do canto norte da Praia do Cardoso.



Figura 216 - Vista da Praia do Cardoso, a partir do canto sul.



Figura 217 - Curso d'água na planície da Praia do Cardoso.



Figura 218 - Escombros de edificação moderna localizada numa elevação a SW.



#### 4.5.2.1.3 Prainha

Situada entre a Praia do Cardoso e a Praia da Lagoa, caracteriza-se por uma pequena praia que é limitada por costões graníticos, com a presença de blocos e matacões à beira mar. De um modo geral, a área é coberta por vegetação arbórea com a presença de bambuzais.

A partir da Vistoria foi possível registrar estruturas de um poço e de um forno, na beira da praia, construídos com tijolos evidenciando construções mais recentes. A Prainha é utilizada como um ponto de apoio à pesca constatado pela presença de uma embarcação e material de pesca. (Figuras 219 a 222)

Figura 219 - Vista do costão norte da Prainha, ao fundo a Praia do Cardoso.



Figura 220 - Vista do costão sul da Prainha, ao fundo a Praia da Lagoa.



Figura 221 - Barco, rede e demais materiais utilizados nas atividades de pesca, Prainha.



Figura 222 - Estruturas em alvenaria, na Prainha.



#### 4.5.2.1.4 Praia da Lagoa

Esta praia é composta por uma planície arenosa que, em grande parte, é margeada pela lagoa que denomina a localidade. É limitada a nordeste e a sudoeste por costões



graníticos com a presença de intrusões de diabásio. Apresenta vegetação arbustiva entre o mar e a lagoa e vegetação arbórea em regeneração na direção das cotas altas.

A partir da Vistoria foi possível registrar um sítio arqueológico pré-colonial (ver Resultados). Registrou-se, ainda um caminho que segundo o Sr. Mauri Hermínio Martins<sup>37</sup> conduz às ruínas de um antigo casarão situado junto à cachoeira.<sup>38</sup> Posteriormente este caminho passou a ser utilizado pela prefeitura de Bombinhas para abastecimento de água. Na planície registraram-se fundações de construções modernas feitas com tijolos e cimento. (Figuras 223 a 227)

Figura 223 - Vista parcial da Costeira de Zimbros: 1. Cantinho das Pedras; 2. Praia do Cardoso; 3. Prainha e 4. Praia da Lagoa.



Figura 2241 - Vista geral da Praia da Lagoa, a partir do costão norte.

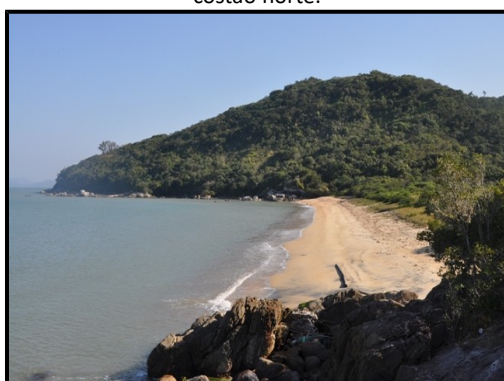


Figura 225 - Vista geral da Praia da Lagoa, em detalhe rio da Lagoa, a partir do costão sul.



<sup>37</sup> Natural da praia Triste.

<sup>38</sup> A equipe de arqueologia não encontrou os vestígios das fundações do antigo casarão devido á vegetação espessa que o encobre.

Figura 226 - Captação de água utilizada em Bombinhas, do rio da Praia da Lagoa.



Figura 227 - Escombros de construção recente na Praia da Lagoa.



Na encosta da elevação entre a Praia da Lagoa e a Praia Triste foi observada uma estrutura de alvenaria - sob as coordenadas 22 J 742013 E 6990111 - que segundo o Sr. Mauri Hermínio Martins, corresponde ao muro de uma casa de madeira construída por volta de 1990. Segundo o informante, o proprietário era do Rio de Janeiro, que teria ali morado durante quatro anos; em seguida a casa foi desmontada e transportada para outro local, mas o “novo dono” ainda conserva as terras na Costeira. (Anexo 1: Entrevistas e Figuras 228 e 229)

Figura 228 - Detalhe do muro externo da propriedade de 1990.

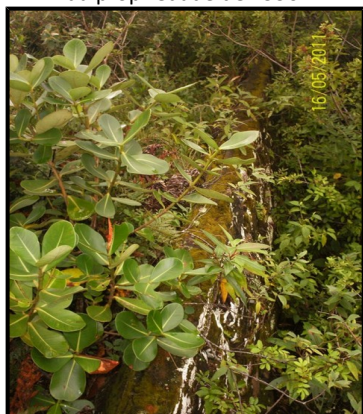
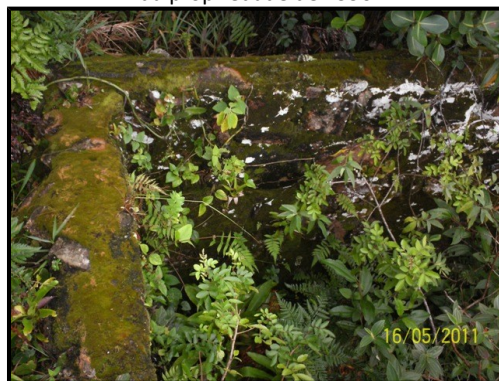


Figura 229 - Detalhe do muro externo da propriedade de 1990.



#### 4.5.2.1.5 Praia Triste

Esta área compreende uma pequena enseada, composta por uma planície arenosa e por uma ponta em elevação que costeia o mar, localizada a sudoeste da Praia da Lagoa. Em ambas as extremidades constam formações rochosas graníticas com o afloramento de outros tipos de rochas, como diabásio. De um modo geral, a área é recoberta por vegetação arbustiva.

A partir da Vistoria foi possível registrar um sítio arqueológico pré-colonial e dois sítios do período pós-colonial (ver Resultados). Ainda existe nesta praia uma casa de madeira

característica da Costeira de Zimbros dos anos de 1940 aproximadamente. Registrou-se também, uma estrada que ligava a Vila Nova em Porto Belo à Praia Triste; segundo o Sr. Mauri Hermínio Martins esta estrada destruiu as ruínas de um antigo casarão situado nesta praia. No canto sudoeste da praia, próximo ao início da trilha que leva à Praia Vermelha, existe uma edificação de madeira abandonada.<sup>39</sup>

Na planície registraram-se fundações de construções recentes feitas com tijolos e cimento; no canto sudoeste da praia, próximo ao início da trilha que leva à Praia Vermelha, existe uma edificação de madeira abandonada. (Figuras 230 a 234)

Figura 230 - Vista parcial da Costeira de Zimbros: 1. Praia da Lagoa; 2. Praia Triste e 3. Praia Vermelha; ao fundo, elevação mais alta chamada Morro da Montaria.

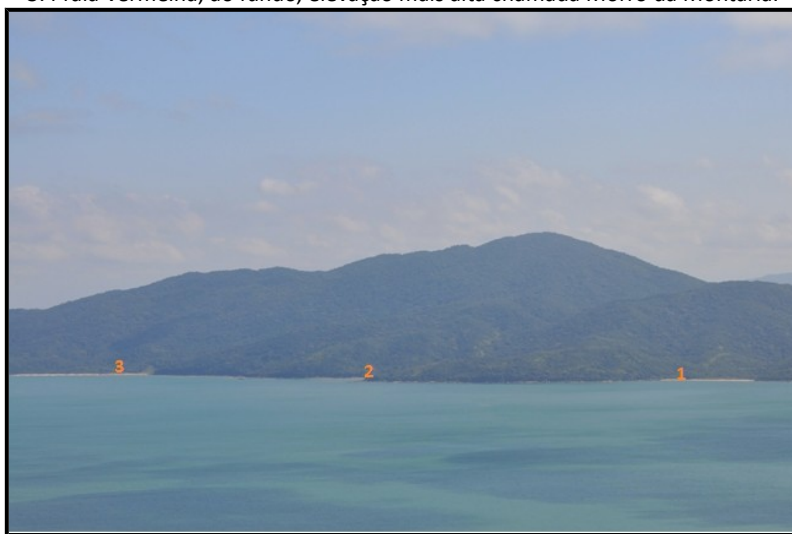


Figura 231 - Vista geral da Praia Triste a partir do costão sul.



Figura 233 - Em detalhe, antiga casa de madeira, característica da Costeira dos anos de 1940.

Figura 232 - Detalhe do costão norte, onde existem antigas casas de madeira.



Figura 234 - Vista do costão granítico situado a norte da Ponta da Praia Triste.

<sup>39</sup> A empresa M. Rosemann foi a responsável pela abertura desta estrada tendo em vista um loteamento por volta dos anos de 1980, segundo o informante Sr. Mauri.





#### 4.5.2.1.6 Praia Vermelha

Esta área abrange uma superfície arenosa de maior dimensão - em comparação com as citadas anteriormente -, sendo que é a praia que se situa na extremidade sudoeste da ARIE da Costeira de Zimbros. Em geral, a área é recoberta por vegetação arbórea, com exceção de um trecho desmatado e utilizado como pasto. Aproximadamente na porção central da praia, dois riachos deságuam no mar.

Em meio à área de pasto, existe uma residência de propriedade da Barom Imóveis; e, nas imediações desta área, diversas fundações de antigas casas feitas com blocos de pedras, na encosta do morro. (Figuras 235 a 239)

Figura 235 - Vista parcial da Costeira de Zimbros: 1. Praia Vermelha; 2. Ponta Grande que marca o final da ARIE Costeira de Zimbros.



Figura 236 - Vista geral da Praia Vermelha a partir do costão sul.



Figura 237 - Vista do rio que deságua na praia.



Figura 238 - Vista da propriedade da Barom Imóveis. Praia Vermelha



Figura 239 - Vistoria junto à area mais alta da propriedade.



No canto sul desta praia - nas terras de propriedade de Nino Becker - existem além de uma residência, pomares de laranja e bananas; e um chão de uma antiga edificação. (Figuras 240 a 241)

Figura 240 - Vista do pomar de laranja, propriedade de Nino Becker.



Figura 241 - Vistoria junto ao antigo "chão de casa", no canto sul da Praia Vermelha.



#### 4.5.2.2 Área de Entorno Imediato

A Área de Entorno Imediato abrange as comunidades da Praia de Zimbros, no município de Bombinhas; e as praias da Ponta Grande, Pedra do Padre Jacó, Praia da Maria Amélia e Santa Luzia, no município de Porto Belo.

##### 4.5.2.2.1 Praia de Zimbros

Na Praia de Zimbros foram vistoriados os costões e a área em torno da igreja de Zimbros, local onde foi cadastrado um sambaqui denominado de Porto Belo 5 pelo arqueólogo Padre Rohr (1984). Segundo as informações orais este sítio estaria sob a área construída da igreja e salão de festas. Foi possível registrar junto ao terreno “terra preta” que pode ser remanescente do sítio arqueológico. (Figuras 242 a 244)

Figura 242. Vista parcial da Baía de Zimbros: 1. Praia de Zimbros; 2. Canto da Praia de Zimbros; 3. Praia do Cardoso.



Figura 243. Igreja da comunidade de Zimbros, edificada sobre o sítio arqueológico.



Figura 244. Em detalhe “terra preta” junto ao terreno da Igreja de Zimbros.





#### 4.5.2.2.2 Praia da Ponta Grande

Esta praia localiza-se na Costeira de Zimbros, no município de Porto Belo, limitando-se com a ARIE da Costeira de Zimbros, recoberta em geral por vegetação arbórea em estágio de regeneração.

A vistoria arqueológica foi realizada nos costões que limitam a Praia da Ponta Grande, na planície situada entre o mar e a estrada<sup>40</sup> que liga esta praia a Santa Luzia. (Figuras 245 a 247)

Figura 245. Vista parcial da Costeira de Zimbros: 1. Ponta Grande; 2. Praia da Ponta Grande; 3. Praia da Maria Amélia e 4. Santa Luzia.



Figura 246. Vista da Praia da Ponta Grande a partir do costão sul.

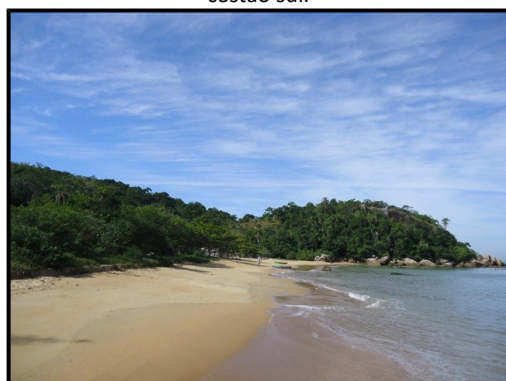
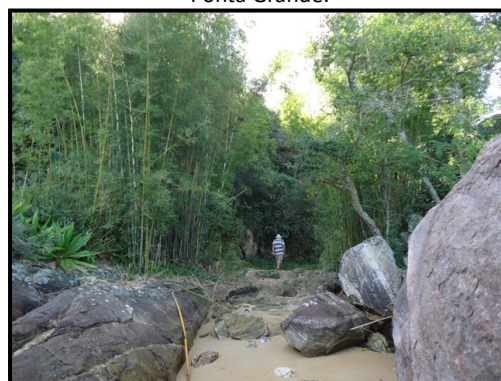


Figura 247. Equipe vistoriando o costão sul da Praia da Ponta Grande.



Na estrada que vai da Ponta Grande para a Praia da Maria Amélia, há uma grande pedra identificada com uma cruz, atrás dela encontra-se a gruta do Padre Jacó.

<sup>40</sup> Esta estrada que liga a comunidade de Santa Luzia à Praia Vermelha foi aberta após 1970 pelos novos proprietários, mas é trafegável com veículos motorizados somente no trecho entre Santa Luzia e a Praia da Ponta Grande; no trecho que conduz à Praia Vermelha não é mais trafegável.

Segundo Barentin & Bayer (2006, p. 135-36) essa pedra mostra o local onde foi encontrado um padre, supostamente vítima de naufrágio; que “... teria sido sepultado ali mesmo, entre o boqueirão e a pedra (...) marcada com a cruz como referência para identificar o local próximo à sepultura.” Apesar de não se saber a data certa os autores inferem que isto teria ocorrido no século XIX. (Figuras 248 e 249)

Figura 248. A pedra do padre Jacó, situada entre a Praia da Ponta Grande à Praia da Maria Amélia.



Figura 249. Detalhe de gravura em bloco de rocha, a cruz do Padre Jacó.



#### 4.5.2.2.3 Praia da Maria Amélia

Segundo Barentin & Bayer (2006) esta praia, hoje é mais conhecida como Praia do Canguá devido ao festival de pesca que a Prefeitura de Porto Belo promove há pouco mais de uma década; nos meses que este peixe migra para os costões desta praia, provavelmente na época da desova.

A vistoria arqueológica foi realizada nos costões e na planície situada entre o mar e a estrada que liga esta praia a Santa Luzia. (Figuras 250 e 251)

Figura 250. Vista geral da Praia da Maria Amélia, a partir do costão sul.



Figura 251. Equipe vistoriando o costão norte da Praia da Maria Amélia.



#### 4.5.2.2.4 Santa Luzia

Santa Luzia situa-se entre o morro da Costeira e a grande planície do rio Tijucas e marca o final da Costeira de Zimbros.



Nesta localidade a vistoria arqueológica foi realizada nas áreas entre as residências situadas no sopé do morro próximo à foz do rio de Santa Luzia, bem como na encosta deste morro em direção à Perequê - permitindo cadastrar uma antiga edificação do período pós-colonial denominado de Sítio Arqueológico Casa Grande de Santa Luzia. (Ver Capítulo Resultados deste Relatório e Figuras 252 e 253)

Figura 252. Final da Costeira de Zimbros, ao fundo planície do rio Santa Luzia e rio Tijucas.



Figura 253. Vista das residências junto ao rio Santa Luzia, em sua foz na baía de Tijucas.



#### 4.5.2.3 Área de Entorno Não-Imediato

Como fazendo parte da área de Entorno Não-Imediato foram consideradas as localidades do Canto Grande (Praia da Conceição/Ponta da Ilhota); Praia de Bombas (Ponta do Rebelo); Praia do Trapiche e Praia da Sepultura, no município de Bombinhas.

Nestas áreas a equipe não realizou vistoria, apenas se orientou pelas informações orais que apontavam para a existência de sítios arqueológicos, conforme registros apresentados mais adiante.

#### 4.6 Resultados

Apresentam-se aqui os resultados dos trabalhos de gabinete e das pesquisas de campo que buscaram levantar informações sobre o patrimônio Histórico-Cultural da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) da Costeira de Zimbros.

O levantamento da literatura arqueológica e da literatura histórica, desenvolvido em gabinete, permitiu delinear um panorama da ocupação humana na Península de Porto Belo. Da *literatura arqueológica* levantaram-se informações sobre sítios do período pré e pós-colonial, sendo que parte deles ainda está presente na paisagem contemporânea – formando o patrimônio arqueológico desta Península – enquanto que outros foram destruídos ou estão sob edificações ou mesmo ruas pavimentadas.

No que se refere ao primeiro período, encontrou-se o registro de 23 sítios arqueológicos representando espaços que, no passado, destinaram-se a funções diferenciadas, como áreas de habitação e áreas de atividades. Localizados na parte continental e nas ilhas adjacentes: Ilha João da Cunha em Porto Belo e Ilha do Arvoredo em Bombinhas.

Destes 23 sítios arqueológicos, 13 sítios foram localizados no município de Bombinhas, os quais são resultantes de atividades diferenciadas pelas populações do Período Pré-colonial. (Tabela 2)

Tabela 107. Sítios Arqueológicos do Período Pré-colonial registrados no Município de Bombinhas, segundo a literatura arqueológica.

Nº.	N	Nome do Sítio	Morfologia	Pesquisador	Localização
1	1	Porto Belo 1	Sambaqui	Rohr (1984)	Praia do Embrulho
2	2	Porto Belo 4	Sítio Raso de Sepultamentos	Rohr (1984)	Ponta do Zarling
3	3	Porto Belo 5	Sítio Raso de Sepultamentos	Rohr (1984)	Zimbros
4	4	Arvoredo I	Inscrição Rupestre	Rohr (1984)	Ilha do Arvoredo
5	5	Arvoredo II	Sambaqui	Fossari <i>et all</i> (1988a)	Ilha do Arvoredo
6	6	Arvoredo III	Abrigo cerâmico	Fossari <i>et all</i> (1988a)	Ilha do Arvoredo
7	7	Arvoredo IV	Inscrição Rupestre	Fossari <i>et all</i> (1988a)	Ilha do Arvoredo
8	8	Arvoredo V	Sinalação Rupestre	Fossari <i>et all</i> (1988a)	Ilha do Arvoredo
9	9	Arvoredo VI	Oficina lítica	Fossari <i>et all</i> (1988a)	Ilha do Arvoredo
10	1	Arvoredo VII	Oficina lítica	Fossari <i>et all</i> (1988a)	Ilha do Arvoredo
11	1	Sem denominação	Oficina lítica	Kohl (2001)	Praia do Trapiche
12	1	Sambaqui da Rua 13	Sambaqui	Comerlato (1999); Lavina (2005)	Praia de Bombas
13	1	Sambaqui da Rua do Papagaio	Sambaqui	Lima (2003)	Praia de Bombinhas

Também do Período Pré-colonial, resultantes de atividades diferenciadas, os outros 10 sítios arqueológicos foram localizados no município de Porto Belo (Tabela 3)

Tabela 108. Sítios Arqueológicos do Período Pré-colonial registrados no Município de Porto Belo, segundo a literatura arqueológica.

Nº.	Nome do Sítio	Morfologia	Pesquisador	Localização
1	Porto Belo 2	Sambaqui	Rohr (1984) / Montardo <i>et all</i> (1996)	Trevo de acesso a Porto Belo
2	Porto Belo 3	Sinalizações Rupestres	Rohr (1984)	Ilha João Cunha
3	Perequê I	Sambaqui	Montardo <i>et all</i> (1996)	Trevo de acesso a Porto Belo
4	Sem denominação	Oficina lítica	Kohl (2001)	Praia de Porto Belo
5	Praia do Araçá I	Oficina lítica	Fossari <i>et all</i> (2012)	Praia do Araçá
6	Praia do Araçá II	Sítio Jê	Fossari <i>et all</i> (2012)	Praia do Araçá
7	Ponta do Caixa D'Aço I	Oficina lítica	Fossari <i>et all</i> (2012)	Ponta do Caixa D'Aço
8	Ponta do Caixa D'Aço II	Oficina lítica	Fossari <i>et all</i> (2012)	Ponta do Caixa D'Aço
9	Ponta do Caixa D'Aço III	Oficina lítica	Fossari <i>et all</i> (2012)	Ponta do Caixa D'Aço
10	Ponta do Caixa D'Aço IV	Sítio Jê	Fossari <i>et all</i> (2012)	Ponta do Caixa D'Aço

Do período colonial e pós-colonial os registros dão conta de três sítios arqueológicos representados por antigas edificações ligadas a funções doméstica, econômica e ritual, todos situados no Município de Porto Belo. (Tabela 4)

Tabela 109 – Sítios Arqueológicos dos Períodos Colonial e Pós-colonial registrados no Município de Porto Belo, segundo a literatura arqueológica.

Nome do Sítio	Morfologia	Pesquisador	Localização
Carioca	Edificação	Comerlato (2003)	Centro de Porto Belo
Armação de Baleia	Ruínas de edificação	Comerlato (1998)	Ilha João da Cunha
Igreja Senhor Bom Jesus dos Aflitos	Edificação	FCC – fundação Catarinense de Cultura	Centro de Porto Belo
Ponta do Estaleiro I	Ruínas de muros de pedras (taipa)	Fossari <i>et all</i> (2012)	Ponta do Estaleiro

A partir do *levantamento da literatura histórica* reuniram-se informações sobre o início da colonização da Península de Porto Belo, que se deu com a fundação da Enseada das Garoupas, no século XVIII. Evento que atraiu as primeiras famílias para a região, inclusive para a Costeira de Zimbros, como mostram os documentos de época. Posteriormente, foi instalada a Colônia Nova Ericeira, no início do século XIX, com novos colonos portugueses que foram assentados no núcleo urbano de Porto Belo, bem como nos arredores do Morro dos Bobos (hoje Santa Luzia), início da Costeira de Zimbros.

A partir de então, Porto Belo começa a participar do comércio exterior entre a Província de Santa Catarina e Portugal e África. No âmbito inter-regional comercializava a farinha de mandioca entre as províncias do sul e do sudeste, em especial com o Rio de Janeiro. O comércio intra-regional naquela época se fundamentava em produtos frutos do trabalho da população de Porto Belo, assim como de outros pontos do litoral e da ilha de Santa Catarina, o que permitiu a existência da indústria nascente de Desterro. Envolvendo uma variedade de produtos e arranjos de produção, este comércio era feito por carroças e pequenas embarcações.

Até o final do século XIX, Porto Belo se destacava como um produtor agrícola, com grande parte da população dedicada às atividades da lavoura e atividades domésticas. Junto com a mão de obra familiar a mão de obra cativa tinha forte presença na região, que mantinha entre 10% a 15% de sua população escravizada no final do século XIX.

Nessa mesma época, início do período imperial, latifundiários escravistas instalam suas propriedades na Península de Porto Belo, incluindo a Costeira de Zimbros. Estas eram compostas de casa-grande, senzala e engenhos, sendo que em muitas havia uma diversificação de produção, como cafezais, arrozais, bananais, laranjais, teares e criação de animais.

Entre os grandes proprietários de terras no município de Bombinhas, destaca-se José Vieira Rebelo que era filho do capitão José Rebelo, o primeiro sesmeiro, um dos maiores proprietários da região, plantador de arroz, senhor de muitos escravos. Na praia da Sepultura, a propriedade de José da Silva Mafra se estendia até a Ponta das Garoupas, ocupada com a criação de animais; também com muitos de escravos.

Na Costeira de Zimbros havia duas grandes propriedades, uma na Praia do Cardoso e outra em Santa Luzia, no município de Porto Belo. Na Praia do Cardoso Porfírio Ignácio dos Santos - português que também tinha propriedades na Ilha dos Macucos - construiu um casarão no alto de um outeiro com senzala, engenhos e lavoura,

A propriedade em Santa Luzia, cujas terras pertenceram a Francisco José Peixoto (Chico Peixoto), além da casa grande mantinha plantações, engenhos de arroz, descascador de café, engenho de serra e um grande número de escravos.

No começo do século XX a pesca - que até então não tinha expressão, na Capitania de Santa Catarina - torna-se a principal atividade, aproximando seus habitantes com o espaço do mar, levando ao abandono das lavouras que representavam o principal meio de sobrevivência. Assim, as comunidades passam a depender totalmente da pesca. Entretanto, as comunidades da Costeira de Zimbros ainda dependiam da agricultura, complementada pela caça e pesca.

A partir da década de 1930, com as novas correlações de forças nos panoramas político, econômico e social brasileiro, modificam-se as relações por todo o território nacional, com a decadência dos grandes produtores de café e com a emergência da industrialização - resultando em um Brasil urbano dominando as relações comerciais.

Em Santa Catarina, além do processo de industrialização começa o desenvolvimento da indústria pesqueira. Com a disponibilidade de grandes reservas de peixes de bom valor comercial e disponibilidade de uma mão de obra acostumada às fainas do mar, a região, incluindo Zimbros, se tornou um atrativo polo para a nascente indústria da pesca.

Nas décadas de 50 e 60 do século XX - com o início da urbanização os investimentos estatais em infraestrutura: transportes, eletricidade, armazenagem e abertura e pavimentação de rodovias - modificou-se drasticamente o cenário da produção das pequenas comunidades costeiras. Tais modificações provocaram o deslocamento de muitos dos antigos moradores da Costeira para localidades em processo de urbanização, como Zimbros e Santa Luzia.

As *entrevistas* foram realizadas com moradores do interior da ARIE e com aqueles das comunidades do Entorno Imediato e Não-Imediato, no município de Bombinhas e de Porto Belo. Buscando informações sobre suas respectivas histórias de vida e sobre o patrimônio arqueológico local, reuniram-se dados sobre o cotidiano daqueles moradores e identificaram-se evidências de edificações do período pós-colonial - Império e República.

De acordo com a memória dos antigos moradores, que se refere aos anos de 1940 e 1950 em diante, as comunidades da Costeira de Zimbros eram muito pobres, viviam da pesca e mantinham pequenas plantações de rama, batata, taiá, inhame, aipim, banana e laranja, que encobriam os morros da Costeira. Suas casas eram de madeira, muito pequenas, ainda hoje existem duas: uma na Praia Triste e outra na Praia Vermelha.

A Praia do Cardoso e a Praia Vermelha eram as mais povoadas, sendo que nesta última existiam 16 casas e alguns engenhos de cana e de farinha. Por outro lado, em todas as outras praias, só havia um engenho de farinha em funcionamento, em cada uma delas.

No que se refere às evidências de edificações do período pós-colonial, mais precisamente do império, os moradores entrevistados deram conta da existência de três casarões do tempo dos escravos localizados na Praia do Cardoso, na Praia da Lagoa e na Praia Vermelha. Segundo eles, era comum encontrar, junto aos casarões, fragmentos de porcelana fina e cerâmica vidrada, sendo que há uns 10 anos ainda existiam as ruínas dos mesmos e hoje somente se avista suas fundações no meio da vegetação. Além disso, também falaram sobre as

ruínas de um antigo casarão na Praia Triste que foi totalmente destruído quando da abertura de estradas para loteamentos nesta praia nos anos de 1980.

Outras informações prestadas sobre antigas edificações apontam para o período da República. Trata-se de fundações de pedras de casas localizadas por toda a costeira. Por serem menores do que as edificações anteriores deveriam estar relacionadas a proprietários que lá se instalaram a partir do início do século XX, que viviam da agricultura e da pesca em pequena escala.

O *levantamento arqueológico* partiu dos dados reunidos na literatura arqueológica e nas informações levantadas durante as entrevistas, os quais nortearam a busca daqueles locais que ainda guardam, nas áreas mais altas, vestígios dos antigos casarões, possivelmente do século XIX. Também permitiram encontrar, principalmente, nas áreas próximas das praias, vários chãos e/ou fundações de antigas moradias que existiram até aproximadamente a década de 1960. Cabe ressaltar, que existem em algumas praias escombros de edificações modernas, possivelmente das décadas posteriores a 1980.

Foram registrados 15 sítios arqueológicos, observados “in loco”, dos quais sete testemunham ocupações humanas do período pré-colonial e oito do período pós-colonial (império e república).

Os resultados do levantamento dos sítios arqueológicos na área da ARIE Costeira de Zimbros e seu entorno serão apresentados em três blocos, o primeiro denominado “Área da ARIE”, o segundo “Área de Entorno Imediato” e o terceiro “Área do Entorno Não-Imediato”.

#### **Sítios arqueológicos registrados na ARIE Costeira de Zimbros**

Na área de abrangência da ARIE Costeira de Zimbros foram registrados nove sítios arqueológicos: sendo que dois remetem ao período pré-colonial e os demais às ocupações do período pós-colonial (época do Império e República), localizados nas praias do Cardoso, Lagoa, Triste e Vermelha.

Do período pré-colonial foram registradas duas oficinas líticas – uma delas situa-se na Praia da Lagoa e a outra na Praia Triste.

##### Oficina Lítica Praia da Lagoa I

(Coordenadas UTM 22J 742790 / 6990292– Datum SAD69)

Este sítio está situado no costão nordeste da Praia da Lagoa, em um afloramento granítico, a poucos metros da água. No entorno encontram-se outros afloramentos de granito, alguns com intrusões de outro tipo de rocha, além de blocos e matacões soltos.

É integrada por um suporte (a rocha que serviu para a execução do polimento), com uma marca - com forma de bacia côncava de pequenas dimensões. (Figuras 254 a 256)

Figura 254 . Vista geral do costão rochoso onde está o localizado o sítio Oficina Lítica Praia da Lagoa I



Figura 255 . Seta indicando a bacia de polimento.



Figura 256. Detalhe da bacia de polimento - Sítio Oficina Lítica Praia da Lagoa I





### Oficina Lítica Praia Triste I

(Coordenadas UTM 22J 741863 / 6989410 – Datum SAD69)

Este sítio está situado no canto leste da Praia Triste, em um matacão granítico, na margem esquerda de um córrego que deságua no mar. Encontra-se parcialmente encoberto por galhos de árvores. No entorno encontram-se outros blocos e matacões de granito.

É integrada por um suporte (a rocha que serviu para a execução do polimento), com cinco marcas - com forma de bacias côncavas, sendo que duas delas encontram-se em parte superpostas. (Figuras 257 a 259)

Figura 257. Seta indicando a localização do sítio Oficina Lítica Praia Triste I.



Figura 258. Bacias de polimento distribuídas no suporte que integra o sítio Oficina Lítica Praia Triste I.



Figura 259. Detalhe de duas bacias de polimento superpostas. Sítio Oficina Lítica Praia Triste I.





Do período pós-colonial foram registrados sete sítios arqueológicos, localizados nas praias do Cardoso, Lagoa, Triste e Vermelha.

Na Praia do Cardoso foram registrados três sítios arqueológicos localizados na encosta e na planície; pela morfologia, trata-se de fundações de edificações, que segundo os entrevistados são de um antigo engenho e de duas antigas residências, possivelmente do final do séc. XIX.

Segundo as informações históricas nesta praia existiu uma grande propriedade com Casa Grande e senzala de propriedade do Sr. Porfírio, instalada no início do século XIX. Na presente vistoria, a equipe de arqueologia não encontrou os vestígios da edificação; mas segundo informantes, as ruínas da casa não mais existem, as paredes foram derrubadas e as fundações estão sob a vegetação. (Figura 260)

Figura 260. Localização das evidências: 1. Fundação de um antigo engenho; 2. Material construtivo de antiga residência; 3. Fundação de antiga residência e 4. Local onde estariam as fundações da Casa Grande da Praia do Cardoso.



#### 1. Fundação de Antiga Edificação Praia do Cardoso I

(Coordenadas UTM 22J 743245 / 6990847 – Datum SAD69)

Este sítio está situado em média vertente da principal elevação existente na trilha que interliga a Praia de Zimbros e a Praia do Cardoso. A partir do caminho principal, o sítio localiza-se em sentido noroeste, aproximadamente 40m acima do nível do mar. Existe uma trilha secundária que facilita o acesso ao sítio.

Trata-se de um sítio pós-colonial, onde é possível evidenciar dois muros perpendiculares, feitos com blocos de rochas, justapostos de tal maneira que formam um

terraço. No lado NE das estruturas consta uma trilha, a partir da qual é possível encontrar outra construção com blocos de rochas sobrepostos, esta, por sua vez, localizada a NO do sítio.

As estruturas estão parcialmente encobertas por vegetação, sendo que, no terraço formado pelas estruturas de rochas, encontram-se árvores de pequeno e médio porte. Não foi coletado material arqueológico. (Figuras 261 a 265)

Segundo os entrevistados as estruturas de pedras são de um antigo engenho que existia no alto do morro.

Figura 261. Vista do canto norte da Praia do Cardoso, em detaque local onde estão situadas as evidências do Sítio Arqueológico Praia do Cardoso I.



Figura 262. Vista da Praia do Cardoso, a partir do sítio arqueológico Edificação Praia do Cardoso I.



Figura 263. Estruturas evidenciadas no sítio arqueológico Edificação Praia do Cardoso I.



Figura 264. Estrutura evidenciada no sítio Edificação Praia do Cardoso I.



Figura 265.- Equipe registrando o sítio Praia do Cardoso I.



## 2. Fundação de Antiga Edificação Praia do Cardoso II

(Coordenadas UTM 22J 743202 / 6990787– Datum SAD69)

Este sítio está situado em uma planície existente entre o mar e um curso d'água a noroeste da Praia do Cardoso. Nas proximidades do local consta uma zona de confluência de dois riachos, bem como áreas com plantação de banana. Localiza-se a aproximadamente 20m, em sentido nordeste, do sítio Praia do Cardoso II.

Trata-se de um sítio pós-colonial, onde é possível evidenciar a base, feita com blocos de rochas, de uma antiga edificação. Em um dos lados da base da construção, duas madeiras de formato quadrangular interrompem momentaneamente as rochas, sendo que se dispõe de tal forma que sugerem que o local seria uma porta. Em uma quina da base, consta uma coluna de madeira.

Assim como ocorre no sítio Praia do Cardoso I, no entorno da base da antiga edificação é possível evidenciar acúmulos de rochas e de telhas cerâmicas antigas. (Figuras 266 a 268)



Figura 266. Local de acúmulo de blocos de rochas e telhas, no sítio Praia do Cardoso II.



Figura 267. Em detalhe, local de acúmulo de telhas. Sítio Praia do Cardoso II.



Figura 268. Equipe registrando o sítio; à esquerda, pedras da antiga fundação.



### 3. Fundação de Antiga Edificação Praia do Cardoso III

(Coordenadas UTM 22J 743184/ 6990769 – Datum SAD69)

Este sítio está situado em uma planície existente entre o mar e um curso d'água a noroeste da Praia do Cardoso. Nas proximidades do local consta uma zona de confluência de dois riachos, bem como áreas com plantação de banana.

Trata-se de um sítio pós-colonial, onde é possível evidenciar ao menos três locais em que foram empilhados blocos de rochas e outros três em que telhas cerâmicas antigas foram concentradas. Em virtude do material encontrado, possivelmente havia uma edificação neste local. (Figuras 269 e 270)

Figura 269. Em detalhe, estruturas evidenciadas no sítio arqueológico Edificação Praia do Cardoso III.



Figura 270. Base de coluna de madeira evidenciada no sítio arqueológico Edificação Praia do Cardoso III.



Na Praia da Lagoa foi registrado um antigo caminho situado na encosta, que segundo os entrevistados ligava o caminho principal à antiga sede da Casa Grande e senzala de propriedade da família de Pedro Cardoso<sup>41</sup>, instalada no início do século XIX.

Na presente vistoria, a equipe de arqueologia não encontrou os vestígios da edificação; mas segundo informantes, as ruínas da casa não mais existem, as paredes foram derrubadas e as fundações estão sob a vegetação. (Figura 271)

Figura 271. Local onde estariam as fundações da Casa Grande da Praia da Lagoa.



---

<sup>41</sup> Pelo sobrenome trata-se de uma antiga família que possuía terras na Costeira desde o início do século XIX ou talvez no final do século XVIII, quando foram assentados alguns colonos ericeiros no Morro dos Bobos, hoje Santa Luzia. (Ver nota 25)

### Antigo Caminho Praia da Lagoa I

(Coordenadas UTM 22J 742752/ 6990336 – Datum SAD69)

Este sítio localizado a noroeste da Praia da Lagoa. O acesso se dá a partir da trilha que interliga a Praia do Cardoso a Praia da Lagoa, onde, na descida em direção a Praia da Lagoa, consta uma entrada na margem direita. Dali, o caminho segue no sentido noroeste, cruzando por ao menos dois riachos existentes no trajeto.

O Caminho é recoberto por gramíneas sendo que, em alguma aberturas, é possível evidenciar que o solo encontra-se compactado – o que atesta o seu uso intenso ao longo do tempo. Em alguns trechos, a via possui uma abertura em meio à mata de até 10 metros, o que facilita a circulação sobre este espaço. Em parte da margem direita, percorrendo o caminho em direção ao noroeste, é possível evidenciar estruturas de blocos de rochas sobrepostos, semelhantes a taipas.

Ao longo das margens do caminho consta material histórico, dentre os quais foi evidenciado uma telha antiga, feita em barro cozido, com formato oval, que possui uma marcação em formato de meia esfera em alto relevo.

Segundo informado pelo Sr. Amauri Hermínio Martins, o caminho dava acesso a uma antiga edificação que existia cerca de 50m antes do cruzamento do caminho com o primeiro riacho. Na construção teriam sido utilizados blocos rochosos. Entretanto, no local não foram encontrados vestígios. Posteriormente este caminho passou a ser utilizado pela prefeitura de Bombinhas para abastecimento de água. (Figuras 272 e 273)

Figura 272. Vista de um trecho do Antigo Caminho da Praia da Lagoa.



Figura 273. Detalhe de sobreposição de rochas na margem do Antigo Caminho.





Na Praia Triste foram registrados dois sítios arqueológicos do período pós-colonial, um deles está localizado no canto norte da Praia Triste, sobre uma ponta que divide a referida praia a uma prainha; o outro se encontra situado na planície junto ao córrego que deságua na praia. Segundo as informações locais havia as ruínas de um antigo casarão na Praia Triste que foi totalmente destruído quando da abertura de estradas para loteamentos nesta praia nos anos de 1980.

Segundo as informações locais havia as ruínas de um antigo casarão na Praia Triste que foi totalmente destruído quando da abertura de estradas para loteamentos nesta praia nos anos de 1880. Na presente vistoria, a equipe de arqueologia não encontrou os vestígios da edificação; mas segundo informantes, as ruínas da casa não mais existem, as paredes foram derrubadas e as fundações estão sob a vegetação. (Figura 274)

Figura 274. Localização das evidências: 1. Fundação de antiga edificação; 2. Pilares de tijolos maciços de antiga edificação e 3. Local onde estariam as fundações da Casa Grande da Praia Triste.



#### 1. Fundação de antiga Edificação Praia Triste I

(Coordenadas UTM 22J 741925 / 6989414 – Datum SAD69)

Este sítio esta localizado no canto norte da Praia Triste, sobre uma ponta que divide a referida praia a uma prainha onde consta um galpão de pesca. No interior de uma propriedade delimitada com cercas de arame farpado, nas proximidades de uma antiga casa de madeira. O local pode ser acessado pela praia ou por uma trilha que interliga a Praia da Lagoa a Praia Triste.

Trata-se da fundação de duas edificações antigas, a primeira evidenciada pela presença de seis pilares formando um retângulo; a partir da morfologia percebe-se que se trata



de fundações de uma antiga edificação de madeira, que segundo os entrevistados possivelmente foi construída nos anos de 1940 do séc. XX. Junto a estas evidências se encontra uma outra estrutura – feita com blocos de pedras, com cerca de meio metro de altura – que possivelmente trata-se da fundação de uma outra edificação (maior e mais antiga). Foram coletados fragmentos de cerâmica, na praia, próximo às edificações.

## 2. Colunas de antiga Edificação Praia Triste II

(Coordenadas UTM 22J 741896 / 6989497 – Datum SAD69)

Este sítio está situado no canto oeste da Praia Triste, na margem esquerda de um curso d'água que serpenteia esta área e deságua no mar. Trata-se de duas colunas feitas com tijolos maciços, as quais se encontram tombadas no solo. Tais indícios apontam para a possibilidade da existência de alguma edificação maior no local. (Figuras 275 e 276)

Figura 275 - Vista do local onde se encontra o sítio arqueológico Edificação Praia Triste II.



Figura 276 - Vista das ruínas da antiga edificação, em detalhe colunas de tijolos maciços, à beira do córrego.



Na Praia Vermelha foram registradas fundações de edificações, que segundo os entrevistados são de antigas residências, possivelmente do final do séc. XIX e início do século XX. Hoje, a área é da Barom Imóveis, que mantém uma antiga casa de madeira como sede da propriedade.

Segundo o Sr. Osnildo Soares, caseiro, que reside no local há quase 20 anos, ainda existem as fundações de uma edificação onde funcionava uma venda de secos e molhados.<sup>42</sup> Comentou ainda sobre a *eira* – local para secagem do café, para tanto utilizavam superfícies planas no solo ou nas rochas existentes nesta praia. Também existia uma serraria movida a roda d'água. (Figura 277)

---

<sup>42</sup> As informações da literatura apontam que esta fundação era de um “Alicerce de pedra de um antigo casarão na Praia Vermelha, possivelmente construído por escravos no fim do séc. XVIII ou início do séc. XIX.” (BARENTIN & BAYER, 2006, p. 65)

Figura 277. Localização das evidências arqueológicas: 1 a 3. fundações de antigas edificações (maiores); 4 a 5. fundações de antigas edificações (menores); 7. antiga casa de madeira e 8. local da antiga serraria.



### Conjunto de Fundações de Antigas Edificações da Praia Vermelha

(Coordenadas UTM 22J 740633 / 6988904 – Datum SAD69)

Este conjunto está situado no canto nordeste da Praia Vermelha, em uma área encoberta por vegetação de gramínea, onde constam afloramentos rochosos e matacões soltos na superfície. O local atualmente é utilizado para pastagem de gado; pode ser acessado por via terrestre através de uma trilha que interliga a Praia Triste a Praia Vermelha ou através da trilha que interliga a Ponta Grande a Praia Vermelha. (Figura 97)

Trata-se de seis fundações de antigas edificações, todas elas construídas através da sobreposição e do encaixe de blocos de rochas de tamanhos variados. Pela forma e distribuição das fundações foram ainda subdivididas em dois conjuntos diferenciados: o primeiro composto por três fundações maiores ocupando áreas planas; duas delas encontram-se a poucos metros ao norte da faixa de areia e a outra, na porção mais alta do terreno. (Figura 277: evidências 1, 2 e 4 e Figuras 278 a 282)



Figura 278. Vista do local onde se situa o Conjunto de Fundações



de Antigas Edificações da Praia Vermelha.

Figura 279. Detalhe das fundações 1 e 2; a segunda foi danificada pelas raízes da árvore.



Figura 280. Detalhe da fundação 1; segundo moradores, neste local havia uma venda de secos e molhados.



Figura 281. Detalhe da fundação 3; localizada na porção mais alta do terreno.

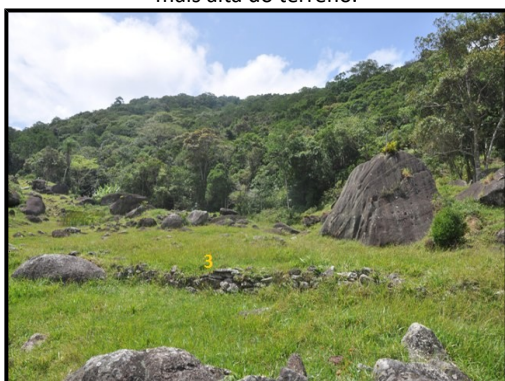
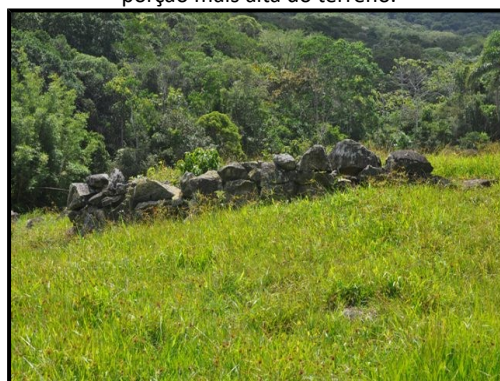


Figura 282. Em detalhe a fundação 3, localizada na porção mais alta do terreno.



O segundo subconjunto composto por fundações menores ocupando uma área bem menor, distribuídas nas encostas dos morros. Uma delas situa-se na extremidade leste do terreno, sendo que é possível vê-la nos primeiros metros da margem esquerda da trilha que interliga a Praia Vermelha a Praia Triste; as outras duas encontram-se no sudoeste da

propriedade, na margem direita de um curso d'água que corta a propriedade e deságua no mar. (Figura 277: evidências 3, 5 e 6 e Figuras 283 e 284)

Figura 283. Em detalhe localização da fundação 4, na encosta NE do morro.



Figura 284. Em detalhe, localização das fundações 5 e 6, na encosta SW do morro.



### Sítios arqueológicos registrados na área do Entorno Imediato

Nesta área, somente na comunidade de Santa Luzia foi registrado um sítio do período pós-colonial, denominado *Casa Grande de Santa Luzia*.

#### Casa Grande de Santa Luzia

(Coordenadas UTM 22J 737846 / 6988391 – Datum WGS84)

Trata-se de remanescente de uma antiga residência pertencente a Francisco Peixoto (Chico Peixoto) com paredes espessas feitas com blocos de rochas e tijolos; associada a uma estrutura soerguida com seixos, que compunha um sistema de captação d'água do casarão, além de uma pilastra de pedra, sem função definida. (Figuras 285 a 287)

Figura 285. Vista da área onde se encontram as ruínas da Casa Grande de Santa Luzia e o segmento da estrada que conduz à Costeira de Zimbros (em amarelo); a partir da Estrada que liga Santa Luzia a Perequê.



Figura 286. Vista da ruína da Casa Grande Santa Luzia.

Figura 287. Registro de uma pilastra de pedra, sem função definida.





### **Sítios arqueológicos registrados na área do Entorno Não-Imediato**

Nas localidades de Praia da Conceição, Praia de Bombas e Praia da Sepultura, registraram-se seis sítios arqueológicos do período pré-colonial e do pós-colonial.

Do período pré-colonial foram registrados quatro sítios arqueológicos, nas praias da Conceição (Ponta da Ilhota), Praia de Bombas (Ponta do Rebelo) e na Praia do Trapiche.

#### **Oficina lítica Ilhota I**

(Coordenadas UTM 22J 748402 / 6988926 – Datum SAD69)

Este sítio está situado no sudoeste da Ilhota, localizada entre a Praia de Mariscal e a Praia da Conceição. O local pode ser acessado por meio da Rua Pirajá, que passa ao sul da Ilhota.

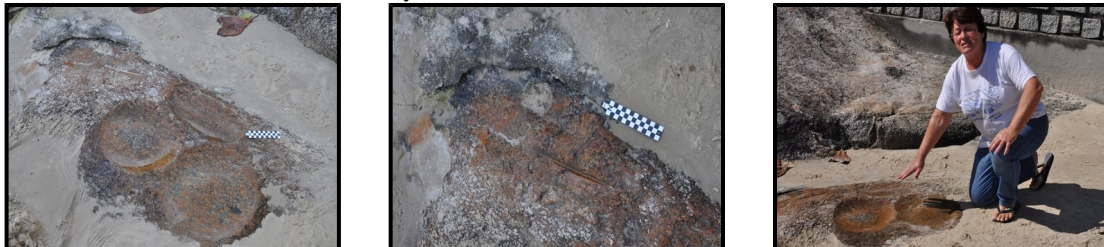
É integrada por um suporte (afloramento granítico), com quatro marcas - com formas de bacias côncava e côncavas convexas e um sulco (marca longitudinal côncava). Destas, três unidades encontram-se próximas, sendo duas bacias côncavo-convexas e um sulco. A bacia isolada encontra-se parcialmente encoberta por uma estrutura de cimento construída sobre o sítio. Com a variação da maré e a movimentação da areia da praia, é possível que novas unidades sejam descobertas.

Segundo a Sra. Florência Lindomar de Melo (Nena) sua família sempre chamou estas marcas de “forninho, pois parece um forninho de fazer farinha.” Associa as bacias de polimento como locais de secar, fomalha e forno raso para encalar a farinha. (Figuras 288 e 289)

Figura 288. Vista geral do sítio Ilhota I, situado na Ilhota.



Figura 289. Em detalhe, bacias de polimento que integram o sítio oficina lítica Ponta da Ilhota I; e a Dona Nena mostrando semelhanças da oficina lítica com um “forninho” de fazer farinha.



### Oficina lítica Ilhota II

(Coordenadas UTM 22J 748446 / 6988992 – Datum SAD69)

Este sítio está situado na ponta norte da Ilhota, esta que está localizada entre a Praia de Mariscal e a Praia da Conceição. O local pode ser acessado por meio da Rua Pirajá, que passa ao sul da Ilhota.

É integrada por um suporte (afloramento granítico), com uma marca - com forma de bacia côncavo-convexa de pequenas dimensões. Encontra-se bastante erodida, devido às intempéries. (Figuras 290 e 291)

Figura 290. Vista geral do sítio Ilhota II.



Figura 291. Em detalha, bacia de polimento.



### Oficina Lítica Praia de Bombas I

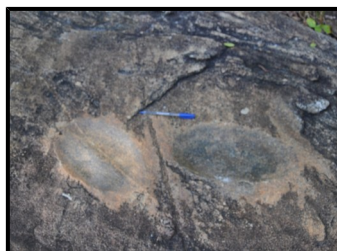
(Coordenadas UTM 22J 747838 / 6994907 – Datum SAD69)

Localiza-se junto ao córrego que desemboca na Ponta do Rebelo. É integrada por um suporte (afloramento granítico); c/ quatro marcas - bacias côncavas e côncavo-convexas. (Figuras 292 e 293)

Figura 292. Formação rochosa onde estão as bacias de polimento.



Figura 293. Em detalhe, bacias de polimento que integram o sítio oficina lítica Praia de Bombas I.





### Oficina Lítica Praia do Trapiche

(Coordenadas UTM 22J 749590 / 6994811 – Datum SAD69)

Este sítio está localizado na Enseada de Bombinhas, entre a Praia de Bombinhas e Praia do Embrulho, nas proximidades e sob um trapiche; integrada por várias bacias de polimento: côncavas e côncavo-convexas, de dimensões variadas, feitas em um afloramento granítico. (Figuras 294 e 295)

Figura 294. Trapiche, que denomina a praia, construído sobre o sítio arqueológico.

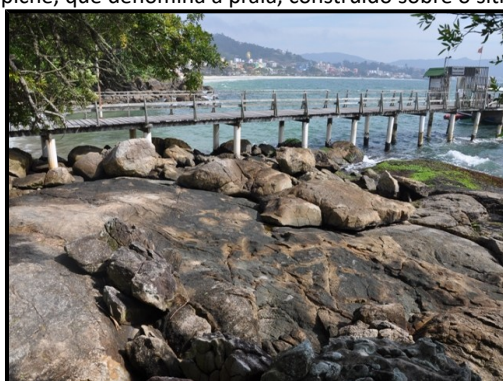


Figura 295. Em detalhe, bacias de polimento que integram o sítio oficina lítica Ponta do Trapiche I



Devido à construção do trapiche pela Prefeitura do Município de Bombinhas encima da oficina lítica, cuja interferência comprometeu e vem comprometendo a integridade física do sítio – tornam-se urgentes ações que protejam este patrimônio público federal.

Acrescente-se que no local também foi erguida uma placa que pretensamente estaria instruindo sobre a importância do sítio arqueológico; entretanto seus dizeres perpassam informações erradas sobre a história pré-colonial catarinense, um total “desrespeito” com a sociedade. (Figura 296)

Este tipo de sítio arqueológico - como qualquer outro que deve receber tratamento de cunho científico<sup>43</sup> - vem sendo associado às atividades de produção de artefatos líticos, por populações pré-coloniais Jê que ocuparam o litoral catarinense por volta do século IX da era cristã. Portanto, sem qualquer vinculação com as sociedades de tradição Guarani que ocuparam o litoral catarinense somente a partir do século XIV, segundo as datações divulgadas para os sítios arqueológicos desta tradição.

Figura 296. Placa instalada sobre a oficina lítica, na Praia do Trapiche.



Do período pós-colonial foram registradas as ruínas das antigas taipas localizadas na Ponta do Rebelo e outra na Praia da Sepultura, no município de Bombinhas.

#### Taipa Praia de Bombas

(Coordenada UTM 22J 747849 / 6994956 – Datum SAD69)

Este sítio está localizado na porção oeste de uma ponta situada ao sul da Praia de Bombas, área onde está instalado o Instituto Kat Schurmann. Trata-se de uma estrutura construída com blocos de rochas (taipa); provavelmente construída visando conter os avanços da maré; segundo informantes esta taipa demarcava a propriedade da família Rebelo. (Figuras 297 e 298)

Figura 297. Vista da Ponta do Rebelo, as ruínas da taipa encontram-se acima do afloramento rochoso junto ao

Figura 298. Detalhe da taipa, acima do afloramento rochoso.

<sup>43</sup> Inclusive estudos dedicados a este fenômeno foram realizados, destacando-se o de AMARAL (1996) em sua Dissertação de Mestrado, junto às oficinas líticas da Ilha de Santa Catarina.

rio Rebelo.



### Taipa Praia da Sepultura

(Coordenada UTM 22J 750046 / 6995433 – Datum SAD69)

Este sítio está localizado na Ponta do Zarling. Pode ser acessado por uma estrada particular que parte do final da Avenida Vereador Manoel José dos Santos. Trata-se de uma estrutura construída com blocos de rochas (taipa), provavelmente demarcava a propriedade da família Mafra. (Figuras 299 e 300)

Figura 299. Vista da Ponta do Mafra, as ruínas da taipa encontram-se abaixo da vegetação.



Figura 300. Detalhe da taipa, entre a vegetação.



Em síntese, segue o quadro de todos os sítios registrados através do levantamento arqueológico em campo - incluindo a ARIE e as áreas do entorno imediato e não-imediato. Foram registrados num total de 16 sítios arqueológicos, destes, nove sítios estão situados na ARIE Costeira de Zimbros, um no entorno imediato e seis no entorno não-imediato. (Tabela 103)

Tabela 110. Sítios Arqueológicos Identificados na ARIE Costeira de Zimbros; Área de Entorno Imediato e Área de Entorno Não-Imediato.

ARIE COSTEIRA DE ZIMBROS			
No.	Nome do Sítio	Período	Coordenadas UTM (Zona 22J)
1	Oficina Lítica Praia da Lagoa I	Pré-colonial	742790 / 6990292 (SAD69)
2	Oficina Lítica Praia Triste I	Pré-colonial	741863 / 6989410 (SAD69)
3	Fundação de Antiga Edificação Praia do Cardoso I	Pós-colonial	743245 / 6990847 (SAD69)
4	Fundação de Antiga Edificação Praia do Cardoso II	Pós-colonial	743202 / 6990787 (SAD69)
5	Fundação de Antiga Edificação Praia do Cardoso III	Pós-colonial	743184 / 6990769 (SAD69)
6	Antigo Caminho Praia da Lagoa I	Pós-colonial	742752 / 6990336 (SAD69)
7	Fundação de Antiga Edificação Praia Triste I	Pós-colonial	741925 / 6989414 (SAD69)
8	Colunas de antiga Edificação Praia Triste II	Pós-colonial	741896 / 6989497 (SAD69)
9	Conjunto de fundações de antigas edificações Praia Vermelha	Pós-colonial	740633 / 6988904 (SAD69)
ENTORNO IMEDIATO			
10	Casa Grande de Santa Luzia I	Pós-colonial	737846 / 6988391 (WGS84)
ENTORNO NÃO-IMEDIATO			
11	Oficina Lítica Praia de Bombas I	Pré-colonial	747838 / 6994907 (SAD69)
12	Oficina Lítica Praia do Trapiche I	Pré-colonial	749590 / 6994811 (SAD69)
13	Oficina Lítica Ilhota I	Pré-colonial	748402 / 6988926 (SAD69)
14	Oficina Lítica Ilhota II	Pré-colonial	748446 / 6988992 (SAD69)
15	Taipa Praia de Bombas	Pós-colonial	747800 / 6994912 (SAD69)
16	Taipa Praia da Sepultura	Pós-colonial	750046 / 6995433 (WGS84)

#### **4.7 Considerações Finais**

O levantamento arqueológico executado na ARIE Costeira de Zimbros teve como objetivo principal levantar informações preliminares sobre aspectos histórico-culturais das populações que viveram no espaço que hoje se identifica como Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Costeira de Zimbros e seu entorno, nas comunidades de Zimbros em Bombinhas e Santa Luzia em Porto Belo.

No decorrer dos trabalhos de campo, entretanto, houve a necessidade de ampliar a pesquisa atingindo toda a Península de Porto Belo por considerar que a mesma faz parte do sistema costeiro de Santa Catarina e que a literatura da arqueologia vem demonstrando a intensa ocupação humana nesta costa desde tempos mais remotos. Desta maneira, não se pode ignorar que a Costeira de Zimbros fez e faz parte do processo de ocupação litorânea, desde a ocupação por grupos pré-coloniais a, aproximadamente 5.000 anos antes do presente, até a ocupação atual.

Embora o levantamento arqueológico executado na ARIE tenha revelado a ocorrência de somente dois sítios do período pré-colonial - caracterizados como áreas de atividades de produção de artefatos líticos (oficinas líticas) - pode-se inferir que a Costeira de Zimbros fazia parte do território de exploração de sociedades pré-coloniais que habitaram outras áreas da Península de Porto Belo.

Destas sociedades, destacam-se aquelas com economia centrada na caça, pesca e coleta que possivelmente a utilizaram como ponto de apoio em suas expedições de caça e marítimas, pois além da área ser rica em pescados; os estudos arqueológicos mostraram que estas sociedades tinham domínio do mar e eram exímios pescadores, tanto de costões quanto de alto mar.

Ainda no período pré-colonial, em outras áreas desta Península foram encontradas evidências de ocupações de populações pré-coloniais Jê, com economia centrada na pesca, podendo ser considerados exímios pescadores. Estas populações tinham um sistema característico de ocupação, abrangendo áreas de residências e áreas de atividades específicas: as oficinas líticas de polimento e as inscrições rupestres. Por outro lado, não se identificou assentamentos de grupos da tradição Guarani na Península de Porto Belo, apesar de serem bem documentados em relatos históricos, produzidos a partir do século XVI, quando os europeus chegam à costa catarinense.



A partir do levantamento histórico e das evidências arqueológicas ficou demonstrado que a Costeira de Zimbros teve um papel de destaque – com as primeiras ocupações do início do século XIX – na economia, com a instalação de grandes propriedades rurais, sendo que ainda se encontram na área testemunhos deste período.

Além destas transformações que ocorreram na paisagem da Costeira, conta-se com registros de outras ocupações, do início do século XX, representados por estruturas de antigas edificações como fundações, muros, pilares de pedras; e posteriormente, por volta da década de 1960 a venda destas terras pelos pequenos proprietários, buscando condições mais favoráveis de urbanização.

Em síntese, são os sítios arqueológicos que marcam a paisagem contemporânea que representam os diferentes momentos da ocupação humana na Costeira de Zimbros. Este patrimônio reúne elementos cruciais para o entendimento das transformações na paisagem da área em estudo, que vão desde os sítios arqueológicos pré-coloniais (as oficinas líticas); até os sítios do período pós-colonial (representados por estruturas de antigas edificações) – considerados o patrimônio cultural material.

Devido à presença deste significativo patrimônio arqueológico na ARIE Costeira de Zimbros e em seu entorno, tornam-se urgentes medidas de salvaguarda, visto que além de serem protegidos por lei federal, constituem marcos dos diferentes períodos da ocupação histórico-cultural da área.

#### **4.8 Recomendações**

A partir dos resultados obtidos por meio deste Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico da ARIE da Costeira de Zimbros, elaborou-se uma lista de recomendações para o Plano de Manejo e Gestão da UC, bem como para a Prefeitura Municipal de Bombinhas.

##### **Para o Plano de Manejo e Gestão da ARIE da Costeira de Zimbros:**

Adotar medidas de proteção e gestão do Patrimônio Arqueológico identificado no interior da ARIE da Costeira de Zimbros;

Promover a execução de estudos arqueológicos prospectivos a fim de delimitar os sítios arqueológicos;

Exigir para toda e qualquer construção que cause intervenção no solo no interior da ARIE da Costeira de Zimbros a realização de um levantamento arqueológico prospectivo, pois existe a possibilidade da ocorrência de vestígios em subsuperfície, e, caso seja identificado

material arqueológico, solicitar a realização de estudos arqueológicos sistemáticos no local – escavações – ou inviabilizar a obra;

Promover e incentivar a realização de pesquisas arqueológicas de caráter científico no interior da ARIE da Costeira de Zimbros que tenham anuência do IPHAN e que visem trazer a tona novas informações sobre os grupos humanos que ocuparam esta área nos períodos pré-colonial, colonial e pós-colonial;

Contar com os serviços de, ao menos, um arqueólogo junto à equipe que irá planejar a gestão do Patrimônio Arqueológico da área;

Solicitar a autorização do IPHAN para realização de qualquer medida que venha a causar impacto direto ou indireto sobre o Patrimônio Arqueológico local, inclusive aquelas com fins de proteção;

Implantar um Programa de Educação Patrimonial junto às comunidades do entorno da ARIE da Costeira de Zimbros visando capacitá-los acerca da necessidade da preservação do patrimônio identificado na área da UC;

Sinalizar os locais de ocorrência de sítios arqueológicos informando que o mesmo é protegido por legislação federal, tendo em vista a salvaguarda do Patrimônio Arqueológico e disponibilização da informação ao público em geral;

Criar uma infraestrutura básica que possibilite o fornecimento de informações acerca do patrimônio arqueológico local a visitantes;

Integrar a visita dos sítios arqueológicos a possíveis rotas turísticas de modo a criar um turismo cultural na ARIE da Costeira de Zimbros, contando sempre com profissional da Arqueologia para colaborar no planejamento e da gestão desta atividade;

Buscar financiamento ou patrocínio em instituições públicas, privadas ou mistas, para realização de pesquisas e/ou para implantar medidas de proteção dos sítios arqueológicos;

Atuar junto à Prefeitura Municipal de Bombinhas e ao Governo do Estado de Santa Catarina no que remete a realização de projetos de gestão e proteção do Patrimônio Arqueológico registrado no município.



**Para a Prefeitura Municipal de Bombinhas:**

Adotar medidas de proteção e gestão do Patrimônio Arqueológico existente no município de Bombinhas;

Contar com um profissional da Arqueologia no quadro de funcionários municipais para gerir o Patrimônio Arqueológico identificado em Bombinhas e para garantir que novas edificações no município não destruam evidências de interesse arqueológico;

Elaborar uma Carta Arqueológica do município onde conste a localização georreferenciada de todos os sítios arqueológicos cadastrados, de modo a criar um instrumento de gestão do Patrimônio Arqueológico presente em Bombinhas;

Buscar financiamento, em caráter emergencial, para a execução de pesquisas arqueológicas em sítios impactados por edificações recentes, onde já foram perdidas informações acerca da ocupação pré-colonial e colonial da área;

Realizar parcerias com instituições de ensino superior para a realização das pesquisas arqueológicas para que a produção de conhecimento sobre a ocupação pretérita da área seja, também, um aprendizado.

Trabalhar de forma integrada com o município de Porto Belo, onde uma grande variedade de ocorrências arqueológicas também foi identificada, de modo que seja possível promover pesquisas em conjunto, tornando-se possível produzir conhecimento acerca da ocupação da Península de Porto Belo, bem como ações educativas que contribuam para a preservação dos sítios.

Recomenda-se que a placa seja retirada do sítio oficina lítica da Praia do Trapiche e se faça a substituição por outra com a devida consultoria de um arqueólogo.

#### 4.9 Referências Bibliográficas

AMARAL, M. M. V. 1995. As oficinas líticas de polimento da Ilha de Santa Catarina. Dissertação de Mestrado. Dep. de Pós-Graduação em História. PUC. Porto Alegre. Digitado.

AMARAL, Maria Madalena Velho; FOSSARI, Teresa Domitila & CASTELLANO, Cristina. Diagnóstico do Patrimônio Cultural Material e Imaterial – Litoral Centro-Sul/SC. GERCO. Florianópolis, 2010.

BARENTIN, Leopoldo. Tijucanos. Coletânea da história de Tijucas, Costa Esmeralda e Vale de Santa Paulina. Blumenau: Ed. Gráfica Odorizzi. 2004. 529p.:il.

BARENTIN, Leopoldo; BAYER, Edson Carvalho. Biléca. O Filho da Costa Esmeralda. Blumenau: Ed. Nova Letra. 2006. 288 p.:il.

BILÉSSIMO, Angelo R. Grandes fortunas em Santa Catarina entre os anos de 1850 e 1888. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade de Lisboa – Portugal. Lisboa, 2011.

\_\_\_\_\_. Entre a praça e o porto: Grandes fortunas nos inventários post mortem em Desterro entre os anos de 1860 e 1880. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

BOITEUX, Henrique. Os municípios de Tijucas Grande e Porto Bello. Florianópolis: Livraria Central. 1928.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Secretaria de Educação e Cultura. Florianópolis: Lunardelli. 1994.

CARDOSO, Paulino. Negros em Desterro: Experiências de populações de origem africana em Florianópolis na segunda metade só século XIX. Itajaí: Casa Aberta, 2008.

COELHO, Manoel Joaquim de Almeida. Obra completa. Florianópolis: IHGSC, 2005.

COMERLATO, F. Análise Espacial das Armações Catarinenses e suas Estruturas Remanescentes: Um Estudo Através da Arqueologia Histórica. Dissertação em História, concentração em Arqueologia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 1998.

\_\_\_\_\_. Delimitação do sítio Sambaqui da Rua 13 – Praia de Bombas, Bombinhas, SC. Florianópolis, mar. 1999.

CORRÊA, Isaque de Borba. A Escravatura em Camboriú. ELF Editora. 1988.

- DE MASI, M. A. N. Levantamento e Contextualização do Patrimônio Arqueológico da Ilha João Cunha e sua Relação com Empreendimento Hoteleiro Proposto. Nov. 2007.
- FOSSARI, T. D. Arqueologia e História das populações do Brasil pré-colonial. In: FARIAS, D. S. E. de (org.). Maracajá: Pré-História e Arqueologia. Tubarão/SC: Unisul, 2005.
- FOSSARI, Teresa Domitila. As populações pré-coloniais Jê da Ilha de Santa Catarina. Tese de Doutorado. Departamento de Geociências. UFSC. Florianópolis. SC. Dig. 2004.
- \_\_\_\_\_. Cultura pré-histórica da Ilha de Santa Catarina. História sócio-cultural de Florianópolis. IHGSC. Clube Doze de Agosto. Florianópolis: Ed. Lunardelli. pp. 15-26. 1991.
- FOSSARI, Teresa Domitila; AMARAL, Maria Madalena Vello do. Diagnóstico do Patrimônio Arqueológico na Área de Proteção Ambiental de Porto Belo. Integrante do Plano de Manejo. Florianópolis, 2012.
- FOSSARI, *et al* . Teresa Domitila. O povoamento pré-histórico da Ilha de Santa Catarina, 2º. Relatório. UFSC/IPHAN/FINEP Florianópolis, 1988a. 67p.
- FOSSARI, Teresa Domitila & RICHTER, Klaus. Relatório sobre a destruição de um sítio arqueológico no município de Porto Belo, Santa Catarina. Florianópolis, 1983.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, c.1790-c.1840. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HÜBENER, Laura Machado. O comercio da cidade do Desterro no século XIX. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1981.
- ICOMOS. Carta Internacional Para La Gestión Del Patrimonio Arqueológico 1990. [http://www.international.icomos.org/charters/arch\\_sp.pdf](http://www.international.icomos.org/charters/arch_sp.pdf) acessado em setembro/2012.
- KOHL, D. H. B. Porto Belo: sua história, sua gente. Blumenau: Odorizzi, 2001.
- LAVINA, R. Resgate Arqueológico do Sambaqui da Rua 13, Bombas – Bombinhas/SC: Portaria IPHAN nº 151 de 13 de julho de 2005. 1º Relatório Parcial. Criciúma/SC: UNESC/IPAT, 2005.
- LIMA, P. N. P. Diagnóstico Arqueológico – Rua do Papagaio nº 161, Bombinhas – SC. Florianópolis, mai. 2003.
- MENESES, U. B. A cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História. USP, São Paulo, n. 15, p. 103-117, 1983.

\_\_\_\_\_. Identidade cultural e arqueologia: valorização do patrimônio arqueológico brasileiro. In: BOSI, A. (org). Cultura Brasileira – Temas e Situações. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992. p. 182-190.

MONTARDO, D. L.; AMARAL, M. M. V. & SILVA, O. P. Levantamento Arqueológico das margens da BR-101 – Trecho Garuva-SC (Km 0,0)/Palhoça-SC (Km 216,5). Relatório de Pesquisa. Florianópolis: UFSC, 1996.

PIAZZA, Walter F. Santa Catarina: Sua História. Florianópolis: Ed. UFSC/Ed. Lunardelli. 1983.

\_\_\_\_\_. O escravo numa economia minifundiária. UDESC. IHGSC. São Paulo: Ed. Resenha Universitária Ltda. 1975.

PIRES, Feliciano Nunes. Falla que o excelentíssimo presidente da provincia dirigio a assemblea legislativa provincial de Santa Catarina. Desterro: Typographia da Sociedade Patriótica, 1835.

ROHR, João Alfredo. A Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e Ilhas adjacentes. Pesquisas, Série Antropologia, São Leopoldo, 19, 1969.

\_\_\_\_\_. A pré-história da Laguna. In: Santo António dos Anjos da Laguna: Seus valores históricos e humanos. Publicação comemorativa da passagem do seu tricentenário de fundação. Laguna: IOESC, 1976. p. 13-49.

\_\_\_\_\_. Sítios arqueológicos de Santa Catarina. Anais do Museu de Antropologia. Nº 17. Florianópolis: UFSC, 1984.

SANTOS, Silvio Coelho dos. Índios e brancos no sul do Brasil: A dramática experiência dos Xokleng. Florianópolis: EDEME. 313 p. 1973.

SILVA, Célia Maria. Ganchos/SC. Ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: FCC Edições/Ed. UFSC. 1992.

SOUSA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1987.

## **Anexo I – Entrevistas**

**ENTREVISTAS REALIZADAS NA ARIE E ENTORNO – MUNICÍPIO DE BOMBINHAS**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO								LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL		
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Sobre Sítios Arqueológicos	Sobre a História Local			
<b>ARIE Costeira de Zimbros</b>										
1	José Osni Soares, 63 anos	Praia Vermelha	Tijucas	Sua família é de Tijucas. É caseiro há 18 anos nas terras da Barom Imóveis nesta praia.	Que a estrada que liga a comunidade de Santa Luzia à Praia Vermelha foi aberta após 1960 pelos novos proprietários. Que o Sr. Nino Becker pretendia instalar um parque de lazer em suas terras nesta praia, inclusive abriu trilhas “morro acima”.	Mostrou as fundações de pedras das casas dos antigos moradores desta praia. E o local onde funcionava a antiga serraria.	Hoje, existe a casa onde ele mora e a casa do Sr. Nino Becker.			
2	Mauri Hermínio Martins, 60 anos	Praia Triste	Praia Triste	Seus pais nasceram em Canto Grande. Filho da Dona Dinha, que foram morar na Costeira por volta dos anos de 1950.	É caseiro das terras que antigamente era de sua família, hoje é de um senhor de Blumenau. Que as terras da praia Triste eram do Pedro Cardoso que tinha um casarão. E o Estelito Cardoso tinha uma casa na beira da praia. Que o casarão da Lagoa era do Joaquim Eliseu e tinham plantações de café, banana e criava porcos. E o casarão da praia do Cardoso era do Porfírio dono de escravos - as paredes foram derrubadas e as fundações estão sob a vegetação.	Que a rocha da oficina lítica desta praia estava sob as dunas, mas o rio fez sua “morada no canto” desenterrando a pedra com as evidências.	A empresa M. Rosemann foi a responsável pela abertura de uma estrada tendo em vista um loteamento por volta dos anos de 1980 - ligava a Vila Nova em Porto Belo à Praia Triste; esta estrada destruiu as ruínas de um antigo casarão situado nesta praia. Na encosta da elevação entre a Praia da Lagoa e a Praia Triste havia a casa do Sr. Luiz Fernando do Rio de Janeiro, que em 1980 construiu uma casa de madeira com muros de tijolos cercando o terreno. Depois de 4 anos foi embora levando a casa de madeira ficando o muro em alvenaria.			

ENTREVISTAS REALIZADAS NA ARIE E ENTORNO – MUNICÍPIO DE BOMBINHAS							
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO					LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL		
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Sobre Sítios Arqueológicos	Sobre a História Local
<b>Canto da Praia de Zimbros</b>							
3	Salvio de Oliveira, 60 anos; aposentado.	Rua Rio Tefé.	Blumenau.	Sua família é de Blumenau; ele mora há 15 anos no Canto de Zimbros.	Mostrou preocupação com a Conservação da ARIE, visto a grande passagem de trilheiros pela costeira de Zimbros.	Não soube informar	Uma de suas preocupações é com o Rio Tefé que desce do morro de Zimbros e desemboca no Canto desta praia. Que atualmente já está sendo poluído pelos esgotos clandestinos.
4	Joel Osvaldo da Silva, 47 anos; pescador, trabalha na marisqueira.	Rua Rio Iriri, 279.	Joinville.	Sua família é de Joinville; ele mora há 42 anos no Canto de Zimbros.	Antes a maioria das pessoas morava na costeira por causa das várias fontes d'água. Ainda são evidentes as fundações de antigos engenhos e casas. Que os trilheiros estão abrindo outros caminhos na Costeira.	Conhece um sambaqui em Bombas e outro em Canto Grande. Que na Praia do Cardoso existem as fundações de um antigo casarão.	Não soube informar.
5	Marino da Silva, 66 anos; pescador.	Rua Rio Potegi, 114.	Canto das Pedras.	Seus avós vieram de Itapema para o Canto das Pedras.	Segundo ele na Praia Triste todo mundo tinha roça pelos morros; também tinha escola. Na Praia do Cardoso moravam o Sr. Olegário, sua filha Dona Cecinha também; na Praia da Lagoa moravam o Zé da Lagoa e o Sr. Doquinha.	Não soube informar.	Antigamente a Igreja Católica de Zimbros ficava no Morro onde hoje se encontra a Caixa d'Água da Casan.
6	Maria Célia Martins, 60		Florianópolis.				



ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO – MUNICÍPIO DE BOMBINHAS							
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO				LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL			
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Sobre Sítios Arqueológicos	Sobre a História Local
<b>Praia de Zimbros</b>							
7	Conceição Maria da Silva Pereira (Cecinha), 65 anos, aposentada.	Rua Iriri, 729.	Praia do Cardoso.	Seus bisavós são desta praia. Seu avô paterno (Antonio Simeão) e seu pai (Olegário Simeão da Silva)	Na Praia do Cardoso seu pai tinha engenho, plantavam café, banana e mandioca. Ele foi morar na Praia do Cardoso em 1943, casaram e continuaram lá até 1972; depois foram morar na Vila de Zimbros.	Comentaram sobre o “cemitério de índio” em Canto Grande.	Não informou.
8	João Pereira, 80 anos.		Camboriú.	Sua família é de Camboriú.			
9	Manoel Ludgero da Silva, 87 anos (Nequinha); pescador aposentado.	Rua Rio Amazonas, 139.	Praia do Cardoso	Desde seus avós, sua família morava na Praia do Cardoso. Ele morou lá até 1945, quando casou e veio morar na Vila de Zimbros. Sua mãe era Felisbina Neves e seu avó (João Neves)	Quando seu avó (João Neves) morava na Praia do Cardoso tinham mais 8 moradores; só existia um engenho de farinha. E existia um casarão do tempo dos escravos (no terreno do Quinca Cima – avô do Helinho). Encontravam cacos de cerâmica “lustrosos” por dentro. Na Praia da Lagoa existia um casarão do tempo dos escravos com engenhos de farinha e açúcar. Na Lagoa existe um lugar chamado Casqueiro. Também encima do morro tinha engenho de Serra e próximo à Cachoeira Engenho de soca.	Apesar de morar próximo ao terreno da igreja não soube informar sobre o Sítio Raso de Sepultamentos localizado por Rohr em 1973 nas terras da igreja de Zimbros. (ROHR, 1984)	Quando veio morar na Vila de Zimbros em 1945 havia apenas 4 engenhos de farinha. A Igreja Católica de Zimbros ficava no Morro da Caixa d’Água da Casan. A nova foi construída há 48 anos; a torre é a mesma. As terras onde está a nova igreja era do Geremias Neves que vendeu para o Beto Carneiro. Antes era tudo “alagado” passava um rio que hoje é canalizado, mas os terrenos da igreja eram enxutos. Para construir sua primeira casa, vizinha ao terreno da igreja usou mais de 21 carrada de barro, pois era muito molhado.

ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO – MUNICÍPIO DE BOMBINHAS							
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO				LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL			
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Sobre Sítios Arqueológicos	Sobre a História Local
<b>Praia de Zimbros</b>							
10	Marlete Otília da Silva, 66 anos.	Rua Rio Amazonas, 1489	Praia do Cardoso.	Sua família desde seus tataravós são da Praia do Cardoso. Filha do Sr. Neca.	Na praia do Cardoso, seus avós paternos (Manoel Ludgero da Silva e Dona Quintalícia) também moravam lá, tinham lavoura. E havia um casarão do tempo dos escravos do Velho Porfírio.	Não soube informar sobre o Sítio Arqueológico localizado por Rohr (1984) nas terras da igreja de Zimbros.	Que abaixo de seu terreno passava uma cachoeira que foi canalizada. Apesar de morar ao lado do terreno da igreja nunca viu “terra preta ou conchas nesta área junto à igreja.
11	Manoel Bertoldo Matias (Neca), 84 anos, aposentado.	Rua Rio Amazonas.	Praia do Cardoso.	Seus bisavós são da Praia do Cardoso. Seu avô (Manoel Matias) e seu pai (Manoel Ludgero da Silva) também moravam lá.	Morou na Praia do Cardoso 66 anos; viviam da lavoura: rama, batata, taiá, inhame, aipim, café, laranja e também pescavam. Existiam as ruínas de um casarão do tempo dos escravos do Velho Porfírio e as ruínas de um antigo engenho do Sr. Olegário.	Comentou que existem “conchas e terra preta” no terreno da igreja de Zimbros; parece se tratar do Sítio Arqueológico localizado por Rohr (1984) em 1973.	A igreja foi construída no terreno do Jeremias Neves, num tabuleiro, ele tinha uma casa grande de madeira e laranjal. Há 9 anos quando fizeram a fundação do Salão Paroquial “apareceram conchas e terra preta” seu filho ajudou a cavar.
12	Deolinda Hercília Martins (Dinha), 83 anos.	Rua Periquito, 70	Canto Grande.	Sua família é de Canto Grande. Seu marido já é falecido (Hermínio Estanilau Martins).	Morou na Praia Triste durante 40 anos; seu marido era professor da única escola da Costeira. Tinham cafezal e bananal. Há 22 anos vieram para a Vila de Zimbros.	Comentou sobre o “cemitério de índio” em Canto Grande.	Ela ajudou a mudar a igreja de madeira do morro para o local atual. Era de madeira e posteriormente fizeram de material.
13	Antonio Rosa, 87 anos, aposentado.	Servidão Morro do Céu, 55	Praia Vermelha	Seus avós maternos são desta praia (José Martins da Cruz e Teodora).	Na Praia Vermelha tinham 16 casas, engenhos de cana e farinha. Viviam da pesca e da lavoura; tinham também laranjal. Manoel Defisa comprou parte do terreno onde existia um casarão nesta praia; encontravam cacos de porcelana fina. Que na Costeira - de Santa Luzia a Zimbros - viviam mais gente do que na Vila de Zimbros. Tinham 6 engenhos de farinha e 2 de açúcar.	Comentaram sobre o “cemitério de índio” em Canto Grande.	O casal ainda guarda objetos antigos como o açucareiro que era da avó do Sr. Antonio, Dona Teodora.
14	Elza Francisca de Lima Rosa, 85 anos.		Zimbros	Sua família era de Zimbros desde seus bisavós. Ela casou e foi morar na Praia Vermelha.			

**ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO**

ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO							
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO				LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL			
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Arqueologia Local	História Local
<b>Santa Luzia</b>							
15	Loreci Claudio, 53 anos, pescador	Rua João Régis Neto, em frente ao Bar do Nelinho.	Nasceu em Santa Luzia.	Sua família (Cláudio) mora ali há mais de 100 anos, sendo na maioria pescadores.	Santa Luzia vai até Ponta Grande. Informaram que nas praias tem muita concha, principalmente na Prainha antes da Ponta Grande. Existe uma trilha pra ir a pé para Bombinhas.	Casarão na rua da volta tem mais de 50 anos.	Juiz é o proprietário da casa no morro foi quem cercou a propriedade e fechou o acesso a rua da praia. Casarão que é do juiz era de Bastião Coelho, foi também do seu Guilherme. Plantavam café ali.
16	Norberto da Silva, 61 anos, pescador		Nasceu em Pinheiral.				
17	Rosélia (Martins) Cláudio, 51 anos.	Rua João Régis Neto 484.	Ganchos (Gov. Celso Ramos).	Esposa do Loreci. Um ascendente seu, Mané Chico, cuidava do farol do Arvoredo.	Os pescadores pescam “canguá” na Ponta Grande. Informou que na Praia Vermelha ou na Praia Triste tem muitas conchas, inclusive trouxeram para Santa Luzia e colocaram ao redor de uma casa (na frente do bar do Nelinho). Em Zimbros também tem muita concha.	Nada sabiam sobre casqueiros (sambaquis).	Que sua família é uma das mais antigas de Santa Luzia.
18	Quinho, Maria Santos Cláudio, Hamilton Cláudio, 60 anos, Cláudia Regina Cláudio, 36 anos.	Rua João Régis Neto, final da rua.		Família sempre morou em Santa Luzia. Seu Hamilton é filho de Genésio José Cláudio e Maria de Limas.	Atualmente não existe nenhum casarão antigo nem engenho próximo. A casa deles tem vista para o Rio Santa Luzia. No morro um Juiz de Joinville tem uma casa. Rua da Praia vai até Zimbros, corta o morro (fechada pelo juiz).	Nada sabiam sobre casqueiros (sambaquis).	Bastião Coelho plantava café no morro (atual casa do juiz), ± na década de 1970. Depois Sr. Delson Vilela também plantou. Estrada Nova tem uns 4 ou 5 anos, antes todos passavam pelo caminho da praia para ir até a cidade.

**ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO					LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL		
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Arqueologia Local	História Local
<b>Santa Luzia</b>							
19	Cláudio Cesar Costa, pescador.	Rua João Régis Neto.	Camboriú	Sua sogra: Maria de Lurdes Cláudio (irmã da Cláudia).	Na Praia Vermelha tem um jacaré, com ± 4m, este que invadia uma fazenda que havia ali na cachoeira e matava galinhas. Nestas praias aparecem muitos turistas para pescar. Caminho que passava nas terras do juiz tem mais de 100 anos, chamado de Rua da Praia vai até Zimbros. Hoje, terras sem ninguém, mas lá existem chãos de casas, provável comunidade, onde viviam Alberto, João, Xexeca. Na praia Triste morava o seu Nino, que tinha um engenho de farinha, movido a boi.	Informou que já encontrou panela de barro de índios. Informou que tinham escravos que moram na região. Falou da existência da Pedra do “Jocó”, que fica na Estrada Nova, onde teria sido enterrado um padre. A pedra caiu, pois cavaram explorando “tesouro”. Na pedra tem uma cruz, coração e flecha. Dá pra chegar de carro até ela. Falou que na prainha tem muito chão de casa antigo.	Antigamente, navios piratas ancoravam na ilha. História de Santa Luzia envolve escravos, incluindo o casarão (provável senzala), situada na rua da volta, que tem mais de 150 anos
20	Acássio Batistoti	Rua João Régis Neto.	Santa Luzia.	Sua família é de Tijucas.	Indicou o Sr. Walter (nome verdadeiro Waldemar da Silva), também conhecido como Preto Velho, um antigo pescador que conhece toda a região e que trabalhou em um engenho de farinha que existia na praia da Lagoa. Informou que as famílias mais antigas da região são: Batistoti, Cláudio e Limas.	Não soube informar.	Sua família é uma mais antigas de Santa Luzia junto com os Cláudio, Coelho e Limas.

**ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO**

ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO							
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO				LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL			
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Arqueologia Local	História Local
<b>Santa Luzia</b>							
21	Genésio José Carlos Cláudio, 81 anos	Rua João Régis Neto, final da rua.	Santa Luzia	Seus pais: José Carlos Cláudio e Maria Rosa Lopes.	Havia uns 30 engenhos de mandioca na região (um na praia Maria Amélia, um na Ponta Grande, um na Praia Triste, um na Praia Vermelha, um na Praia do Cardoso, um na praia da Lagoa), há ± 40 anos. Engenhos na praia de Maria Amélia e na Praia Vermelha (tem marca de engenho). Waldemar (Preto Velho) trabalhava em um engenho na praia da Lagoa.	Não souberam informar.	Atual casa do juiz era do pai dele, vendeu há ± 50 anos. Avó (Rosa Godoi) também morou no morro do juiz. Família Melo também tinha um casarão no morro. Sua família cultivava mandioca, café (processavam na propriedade), banana, laranja, milho.
22	Lindaura Maria de Lima Cláudio, 77 anos		Nova Descoberta	Seus pais: José Rocha de Lima Filho e Maria Bertolina da Silva.			
23	Dalila José Coelho, 79 anos.	Rua João Régis Neto 319.	Santa Luzia	Pais: Sebastião Coelho e Maria Batista Coelho.	Estrada Nova que vai até a Praia Vermelha existe há 15 anos. Nome do pai dela dá nome a Rua Sebastião Coelho. Conheceu comunidade na Praia Vermelha, mas acha que todos devem ter falecido.	Nada sabe de sambaqui, nem de índios. Pedra do Padre Jacó, não tem desenhos, só “limo” e mato. O padre ia até lá com crianças.	Seu pai tinha terra onde atualmente mora o juiz. Tinham cafezal no morro até a praia. O café era secado na areia, era vendido. Havia um engenho de cana em Santa Luzia, propriedade dos Berbigão. Famílias antigas: Cabral, Coelho, Silva, Berbigão, Claudio. Antes a comunidade era só católica, freqüentavam a Igreja Santa Luzia. Festas eram no salão perto da Igreja. Havia muitos pescadores, mas vendiam o peixe em casa.

							Escalavam peixe para guardar.
--	--	--	--	--	--	--	-------------------------------



**ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO**

ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO							
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO				LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL			
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Arqueologia Local	História Local
<b>Santa Luzia</b>							
24	Saulo da Silva (Lola), 60 anos, trabalha na Ilha de Porto Belo.	Rua João Régis Neto.	Santa Luzia.	Seu pai, Valdemar da Silva (Nego Velho), tem 88 anos, veio de Zimbros para Santa Luzia. Era casado com a Sra. Natividade Neves.	Seu pai Nego Velho, antigo pescador trabalhou em um engenho de farinha que existia na praia da Lagoa.	Conhece a casa dos escravos na rua da volta.	Pai era pescador, da época da canoa de um pau só.
25	Maria Ambrosina (Clarismundo) Cabral, 87 anos.	Rua Francisco Euclides Peixoto 296.	Santa Luzia.	Pais: Otávio Régis Clarismundo e Ambrosina Stein Clarismundo (de origem alemã). Avô descia madeira pelo rio Tijucas, era carpinteiro. O pai veio de Sorocaba, se criou em Santa Luzia.	Caminho muito antigo, para a Ponta Grande. Estrada Nova tem ± 30 anos, vai até Porto Belo, já a estrada para prainha tem ± 12 anos.	Casa Grande, senzala, era de propriedade de Francisco Peixoto (a esposa dele era irmã da sua avó), tinha ainda uma cachoeira e uma represa. No morro tinha um caminho para Perequê. Agora é da Portobello. Lá tinha engenho de soque, café, milho, madeireira, serraria. Família tinha muitas posses, plantação de café e milho. Família Peixoto de Tijucas proprietária da senzala. No sertão do Valongo existe um quilombo.	Famílias mais antigas Peixoto e Gallotti, de Tijucas. Os Gallotti vieram da Itália, sendo que o coronel era comerciante, tinha barcos a vela, negociava em SP e no RJ, negociava peixe por café e outros produtos. Os Andriani tinham um comércio de Secos e Molhados, um armazém que tinha máquina de sorvete. Família escalava tainha para o comércio. Pessoas iam de Zimbros para Tijucas para comprar e ao contrário para trabalhar. Avo tinha um casarão extremante com a federal. Local do Alambique do Pedro Alemão, na estrada de dentro. Neste local tinha engenho de soque e outros. As famílias Coelho e Cláudio moravam no início do morro de Santa Luzia.

ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO							
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO				LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL			
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Arqueologia Local	História Local
<b>Santa Luzia</b>							
26	Maria Balbina Régis, 109 anos.	Rua Primor 410.	Santa Luzia.	Seu marido era Pedro Ivo Alexandre. E seu pai José Eugênio Régis.	Conhece a família Claudio, a Prainha, a Ponta Grande e a estrada para Zimbros (onde moravam poucas pessoas, era menina). Conheceu os Carlos (falou que todos se acabaram). Faziam muita festa por ali, principalmente procissões, festas bonitas. Não freqüentava porque não tinha roupas para ir, pobreza.	Pai e mãe falavam que existem índios por ali, mas ela não conheceu. Na rua da volta tem uma casa velha, pequena, era casa do Chico Peixoto, onde havia um engenho, um engenho grande de farinha. Família Peixoto: Chico (casado com "Gerca" Silva) e Zé (casado com Luiza Silva). Negros trabalhavam para eles. Peixoto eram ricos assim como os Gallotti.	Trabalhava forneando farinha de mandioca, das 4h até 22h. O engenho era de propriedade do pai (José Eugenio Régis). Igreja de Santa Luzia era de madeira, pequena, ficava no mesmo lugar da atual. Seu pai era renteiro nos engenhos (Juca arrendava). Até anos 80 ou 90 ainda trabalhava no engenho. Pai dela também plantava café, cafezal era varrido todos os dias. Café: forneava 4 vezes, socava, peneirava, enchia lata – levava uns 15-20 dias.
27	Antônio Argino da Silva, 63 anos, pescador.	Rua Sebastião Coelho 357.	Ganchos (Gov. Celso Ramos).	Família de Santa Luzia, pais: Argino Antonio da Silva e Francisca Batista da Silva (Chica do Argino)	Comentou sobre a estrada antiga que liga Santa Luzia a Praia de Zimbros	Casa branca era de Pedro Tomazoni, este que tinha uma firma de pesca. Filho dele ainda é vivo, Hugo Tomazoni, mora antes da Ecapi. A Casa Branca foi construída por escravos. Em Ganchos tem um sambaqui, muita concha!	Família Claudio morou na Casa Branca, eram caseiros - João Claudio (já morto) e esposa que atualmente mora em Morretes. Tomazoni vendeu para Portobello (cerâmica). Na época dos avôs plantavam banana, cana.
28	Valmor Valdecir Alexandre (Boro), 56 anos.	Rua Sebastião Coelho 337.	Santa Luzia	Desde seus avós sua família é da localidade. Sua mãe (Augustinha) é parente da Balbina.	Comentou sobre a estrada antiga que liga Santa Luzia a Praia de Zimbros	A antiga casa branca foi construída por escravos, era do Chico Peixoto. um escravo matou patrão (antes do Chico Peixoto). Família Peixoto morreu. A casa já foi reformada, pedra e tijolos.	Família Alexandre tinha engenho de farinha, açúcar, serraria, descascador de arroz. Tomazoni comprou do Peixoto e vendeu p/Portobello em 1973. Seu pai cuidava da água para Portobello, hoje é ele que cuida.



**ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO**

ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO							
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO				LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL			
No.	Nome/idade/ profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Arqueologia Local	História Local
<b>Santa Luzia</b>							
29	Augusta Zacarias (Simas) Alexandre, 75 anos.	Rua Sebastião Coelho 1122.	Sertão da Miséria	Desde seus avós sua família é da localidade. (Maria Morissa, avó paterna). Seus pais (Manoel Alexandre e Maria Olindira Simas)	José Eugenio Silva (Juca) era dono de engenho. Vivia da roça, lavoura de arroz, milho farinha... Rua da volta era muita lama, atolava muito.	Pedro Tomazoni era proprietário do casarão, não usava para nada, só tinha um galinheiro. Conheceu a casa em pé, muito bonita, grande. Escravos que a construíram, foi feita pelos Peixoto (época do avô ou bisavô). Quando pequena veio ao casarão para moer milho com os Peixoto, metade para família e metade ficava no engenho. Havia uma roda d'água da atafona (farinha de milho), e um alambique; um engenho no morro, no meio do mato. Peixoto vivia de roça, bananal, arrozeira, cana, milho, cafezal, mandioca... vendia tudo.	A Igreja de Santa Luzia era pequena e de madeira. Não conheceu a estrada da praia antigamente. Marido lavrador, depois trabalhou na Portobello. Portobello extraiu madeira, arrumou estrada, há 33 anos ±. Marido cuidava da água até falecer. Conheceu Chico Peixoto, Adelino Peixoto. morreu onde ela mora. Cemitério sempre foi o mesmo. Tinha festa de Santa Luzia.
30	João dos Santos, 53 anos	Rua Manoel Irineu da Silva, 145	Governador Celso Ramos	Sua família é de Governador Celso Ramos	Foi caseiro da propriedade do Sr. Osnildo Becker na Praia Vermelha, desde 2000 até 2012. Que o Sr. Arno Barom comprou as terras de uma "alemoa". Existiam uma serraria movida à roda d'água e que era do Adão. Tinha no passado muita plantação de café e "eiras para secagem dos grãos".	Comentou sobre as várias fundações de antigas casa na Praia Vermelha.	Que a estrada que liga Santa Luzia a Praia Vermelha foi aberta após 1960 e até poucos anos ainda fizeram as estruturas de escoamento de água dos riachos que passam pela estrada.

**ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO DA ARIE – MUNICÍPIO DE PORTO BELO**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO					LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL		
No.	Nome/idade/ profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Arqueologia Local	História Local
<b>Praia da Ponta Grande</b>							
31	Nilto José Carlos, 50 anos; pescador.	Praia da Ponta Grande	Santa Luzia	Seus familiares desde seus bisavós são de Santa Luzia.	Comentaram sobre a estrada antiga que liga Santa Luzia a Praia de Zimbros.	Não souberam informar.	Que antigamente nesta praia, os moradores tinham roça em todo o morro.
32	Antônio Napoleão Carlos, 54 anos; pescador.						

**ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO NÃO-IMEDIATO – BOMBINHAS**

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO					LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL		
No.	Nome/idade/ profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Sobre Sítios Arqueológicos	Sobre a História Local
<b>Praia de Canto Grande</b>							
33	Leri Antenor de Maria, 76 anos	Av. Flamboyant, 43	Canto Grande	Desde seus avós sua família mora em Canto Grande.	Sabe pouca coisa.	Comentou sobre o cemitério de índios embaixo da igreja de Canto Grande.	Antigamente plantavam em quase todo o morro do Canto Grande.
34	José Florêncio Filho (Juca), 73 anos	Rua Jacarandá, 206	Canto Grande	Seu avô Florencio de Maria veio dos Açores para Canto Grande. Seu pai José Florencio nasceu em 1898 e morreu em 2002.		Quando desmancharam a primeira igreja apareceu uma panelinha de pedra, uma lança bem pontiaguda, cabeça de bugre e cacos de cerâmica. “Faziam uma cova de barro onde colocavam o defunto com crâneo com cabelo, colar de conchas, uma peça com casco de tartaruga. Hoje tá tudo embaixo das edificações (salão paroquial, igreja e a rua).	As famílias mais antigas eram: Florêncio, Flausino, Monteiro e Mello. Existiam 4 engenhos, plantavam nos morros: mandioca, feijão. A primeira igreja de Canto Grande foi construída na época de seu avô, em 1970 a desmancharam e em 1980 construíram a atual.
35	Valmor E. da Silva, 47 anos	Rua Jequitibá, 121	Canto Grande	Desde seus bisavós moram aí.		Comentou sobre o sambaqui embaixo da igreja da localidade.	Sua família morava nas partes mais altas do morro e tinham suas roças.

**ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO NÃO-IMEDIATO – BOMBINHAS**

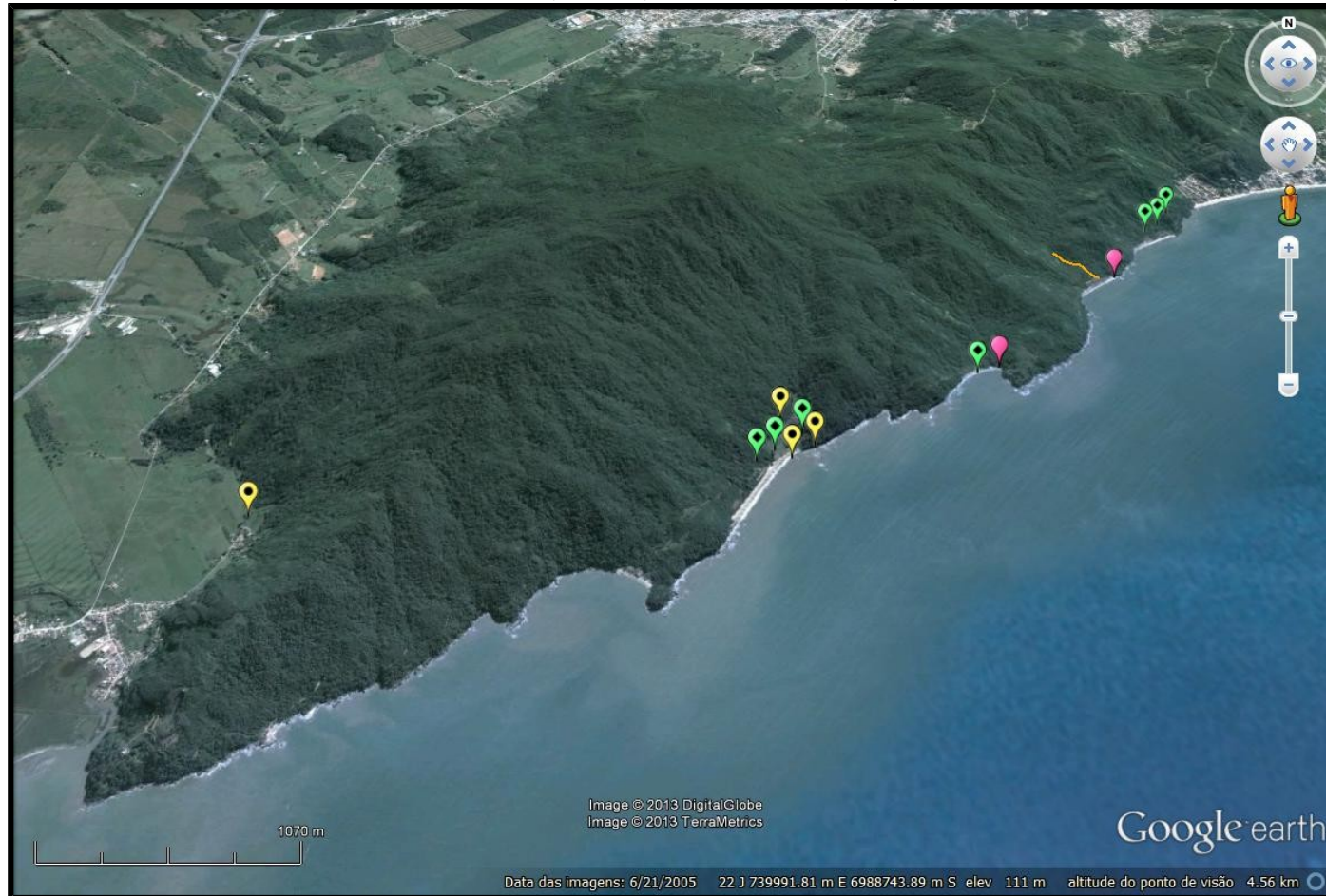
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO					LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL		
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Sobre Sítios Arqueológicos	Sobre a História Local
<b>Praia de Canto Grande</b>							
36	Felizardo João da Silva, 49 anos	Rua Jequitibá	Canto Grande			Comentou sobre o sambaqui embaixo da igreja da localidade e que no costão da praia da Ilhota tem marcas nas pedras (oficina lítica).	Antigamente havia uma quantidade grande de peixes - linguado na baía de Canto Grande/Zimbros, hoje não existe mais.
37	Henrique José dos Passos, 74 anos	Rua Jequitibá	Canto Grande	Nasceu na Praia da Tainha; sua família é muito antiga. Ele é a sexta geração dos Mello.	Antigamente usavam a estrada da Costeira de Zimbros para chegar à Santa Luzia.	Tinha um sambaqui onde hoje está o Salão Paroquial da Igreja de Canto Grande. Que o “índio cortava um buraco redondo e colocava barro vermelho ao redor para proteger e colocavam o cadáver sentado; e em cima colocavam uma pedra mais fina (laje) e em cima desta mais argila vermelha; cada buraco era de 80 a 100m.” Encontraram “uma pedra grande bem preta que parecia uma travessa embaixo da capelinha de madeira, havia um barranco com terra preta, caramujo e índio enterrado.”	Comentou que antigamente tinha mais moradores no morro da Tainha do que na praia. Havia 16 engenhos (de cana e farinha) faziam cachaça, melado e plantavam em todo o morro. Viviam da roça e da pesca. Que a primeira capela de Canto Grande foi construída em 1930 e era de madeira; em 1960 construíram a de material. Esta foi desmanchada por ser muito pequena e construíram a atual.
38	José Antonio Monteiro, 67 anos.	Rua Jequitibá, 80	Canto Grande	Desde seus bisavós, sua família mora em Canto Grande. Seu bisavó paterno (José Antonio Monteiro)	Comentou que antigamente moravam muitas famílias na Costeira de Zimbros e havia uma estrada muito antiga.	Comentou que perto da igreja de Canto Grande, se cavar aparece terra preta e conchas.	Que na ilhota há os vestígios da fundação de uma casa e muros de pedras feitos pelo Sr. Carlos, e que foram embargados.



ENTREVISTAS REALIZADAS NO ENTORNO NÃO-IMEDIATO – BOMBINHAS							
IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO				LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÃO ORAL			
No.	Nome/idade/profissão	Endereço	Local de Nascimento	Família	Sobre a ARIE	Sobre Sítios Arqueológicos	Sobre a História Local
<b>Praia da Conceição – Ponta da Ilhota</b>							
39	Florência Lindomar de Melo. (Nena) 51 anos.	Avenida Lindomar de Melo, 417	Ilhota/ Praia da Conceição	Seus avós (Pedro Estevão Caetano e Florencia de Melo) moravam nestas terras.	Sabe somente que existia uma estrada muito antiga na Costeira de Zimbros.	As casas da família estão sobre um sítio arqueológico, é evidente terra preta. Que seu pai tirou uma “cabeça de índio” quando fez um buraco para a fundação de uma casa há 18 anos. Mostrou uma oficina lítica na beira da praia, ela chama de “forninho”, pois parece um forninho de fazer farinha. Associa as bacias de polimento como locais de secar, fornalha e forno raso para encalar a farinha.	A ponta da Ilhota fazia parte das terras de sua família, usavam para roça de mandioca; seu avô permitiu que fosse construída a estrada para ligar Mariscal à Praia da Conceição. Há mais de 40 anos venderam a Ponta da Ilhota para o Sr. Carlos (não sabe o sobrenome); este senhor estava construindo um casarão bem no alto da Ponta, mas foi embargada a obra, há mais de 20 anos.
40	Hermínio Damásio Vieira, 70 anos	Rua das Palmeiras	Praia da Conceição.	Desde seus bisavós (Damásio João Vieira e Deolinda Vieira da Conceição), sua família mora na Praia da Conceição.	Que existiam muitos moradores nas Praias do Cardoso, Triste e Vermelha, na costeira de Zimbros.	Comentou que no terreno da igreja de Canto Grande acharam uma “gamela de pedra e levaram para o Padre Augusto, em 1982.	Que a estrada que beira a Praia da Conceição foi construída em 1974. Comentou que há tempos atrás o mar passou por cima desta estrada e “descarnou o terreno da família da Dona Nena”.

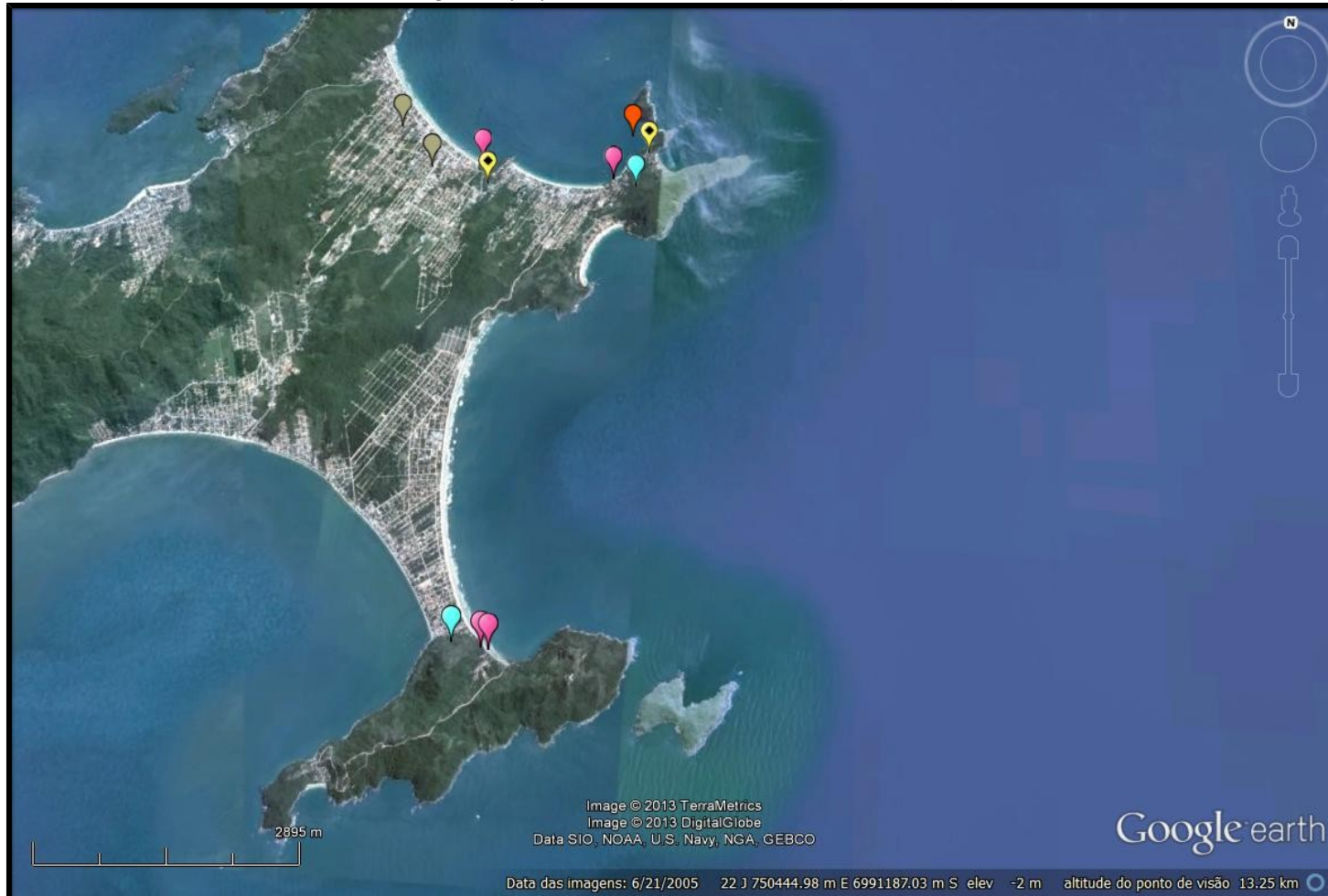
**Anexo II – Localização dos Sítios Arqueológicos - Arie Costeira de Zimbros e Entorno Imediato**

Figura 301. Sítios arqueológicos identificados na ARIE da Costeira de Zimbros e no Entorno Imediato: oficinas líticas (em rosa); ruínas de casarões do início do século XIX (em amarelo); fundações de antigas edificações do início do século XX (em verde) e caminho histórico (laranja).



**Anexo III – Localização dos Sítios Arqueológicos – Entorno Não-Imediato**

Figura 302. Sítios arqueológicos identificados no Entorno Não- Imediato: sambaqui (em laranja); oficinas líticas (em rosa); sambaquis escavados (bege); ocupações Jê (azul); ruínas de antigas taipas de duas grandes propriedades do início do século XIX (em amarelo).



**Anexo IV – Localização dos Sítios Arqueológicos na Península de Porto Belo**



Figura 303. Sítios arqueológicos identificados na Península de Porto Belo: oficinas líticas (em rosa); sambaquis (em laranja); ocupações Jê (azul); inscrição rupestre (vermelho); sambaquis escavados (bege); sítios do período imperial (em amarelo) e sítios do período republicano (em verde).

